

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	18
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	21
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	23
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	27
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	28
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	29
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	30
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
---	----

Notas Explicativas	54
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	130
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	133
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	134
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	137
---	-----

## Índice

---

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

138

---

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.020.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.020.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	3.081.575
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>3.081.575</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	19.592.537	21.222.637	16.306.975
1.01	Ativo Circulante	3.817.080	3.669.699	1.207.857
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	581.354	713.347	851.759
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.735.495	1.383.565	16.430
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.735.495	1.383.565	16.430
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	1.727.493	1.378.392	14.237
1.01.02.01.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	8.002	5.173	2.193
1.01.03	Contas a Receber	799.730	941.564	74.820
1.01.03.01	Clientes	799.730	941.564	74.820
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	178.355	129.018	74.820
1.01.03.01.02	Mútuos com Partes Relacionadas	621.375	812.546	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	99.541	93.781	75.336
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	600.960	537.442	189.512
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	71.115	75.268	0
1.01.08.01.01	Ativos Mantidos para Venda	71.115	75.268	0
1.01.08.03	Outros	529.845	462.174	189.512
1.01.08.03.01	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	17.127	8.344	3.800
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	510.014	453.465	185.279
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	2.704	365	433
1.02	Ativo Não Circulante	15.775.457	17.552.938	15.099.118
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.166.285	685.154	1.115.111
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	755.636	377.254	834.013
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	410.649	307.900	281.098
1.02.01.10.03	Contas a Receber de Operações com Derivativos	249.690	228.482	249.303
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	160.807	63.974	31.750
1.02.01.10.05	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	152	14	45
1.02.01.10.06	Títulos e Valores Mobiliários	0	15.430	0
1.02.02	Investimentos	14.464.810	16.717.998	13.871.266
1.02.02.01	Participações Societárias	14.464.810	16.717.998	13.871.266

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
1.02.03	Imobilizado	65.197	58.531	47.720
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	59.638	53.518	45.045
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	410	11	50
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.149	5.002	2.625
1.02.04	Intangível	79.165	91.255	65.021

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	19.592.537	21.222.637	16.306.975
2.01	Passivo Circulante	1.587.150	3.016.436	1.495.259
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	199.823	179.034	119.546
2.01.01.01	Obrigações Sociais	21.658	18.053	10.705
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	178.165	160.981	108.841
2.01.02	Fornecedores	37.556	53.151	21.864
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.379	53.006	20.802
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	177	145	1.062
2.01.03	Obrigações Fiscais	40.274	50.355	14.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.607	42.702	12.033
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	8	8
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	39.599	42.694	12.025
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	667	7.653	2.166
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	667	7.653	2.166
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	861.751	2.461.021	1.158.947
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	640.406	15.730
2.01.04.02	Debêntures	861.751	1.820.615	1.143.217
2.01.05	Outras Obrigações	447.746	272.875	180.703
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.782	2.907	4.225
2.01.05.02	Outros	445.964	269.968	176.478
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	405.180	74.108	11.690
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	3.149	16.709	20.271
2.01.05.02.05	Contas a Pagar de Operações com Derivativos	37.238	179.141	144.476
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	397	10	41
2.02	Passivo Não Circulante	5.543.234	6.741.638	6.546.954
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.818.562	5.729.703	6.343.888
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.159.212
2.02.01.02	Debêntures	4.818.562	5.729.703	5.184.676
2.02.02	Outras Obrigações	28.462	24.458	28.929

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.196	1.196	1.916
2.02.02.02	Outros	27.266	23.262	27.013
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	2.112	4.998	16.919
2.02.02.02.04	Contas a Pagar de Operações com Derivativos	6.882	0	0
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18.240	18.264	10.084
2.02.02.02.11	Passivo de Arrendamento	32	0	10
2.02.03	Tributos Diferidos	195.105	168.322	125.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	195.105	168.322	125.595
2.02.04	Provisões	501.105	819.155	48.542
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31	0	12
2.02.04.02	Outras Provisões	501.074	819.155	48.530
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	501.074	819.155	48.530
2.03	Patrimônio Líquido	12.462.153	11.464.563	8.264.762
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.022.942	6.022.942
2.03.02	Reservas de Capital	255.912	141.123	15.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-43.328	-8	-8
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	287.527	141.131	15.942
2.03.02.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo	11.713	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	5.437.586	4.453.843	1.151.378
2.03.04.01	Reserva Legal	947.638	862.396	655.742
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.358.626	3.275.249	330.424
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	316.198	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	131.322	0	165.212
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	745.713	846.655	1.074.508

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	117.232	260.132	124.172
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-840	-77.189	-53.638
3.02.01	Depreciação e amortização	0	-339	-1.233
3.02.02	Serviços	-40	-2.737	-1.805
3.02.04	Custo com pessoal	-759	-70.734	-46.226
3.02.05	Materiais, equipamentos e veículos	0	-207	-88
3.02.06	Outros	-41	-3.172	-4.286
3.03	Resultado Bruto	116.392	182.943	70.534
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.220.538	4.837.610	991.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-256.425	-308.990	-227.512
3.04.02.01	Serviços	-64.742	-70.884	-63.949
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-35.000	-26.513	-16.656
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-107.084	-185.679	-108.339
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-2.345	-1.102	-257
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-10.685	-5.288	-3.638
3.04.02.06	(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	-31	12	111
3.04.02.07	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	0	-1.301	-700
3.04.02.09	Água, luz, telefone, internet e gás	-507	-930	-1.340
3.04.02.10	Contribuições a sindicatos e associação de classe	-1.241	-510	-2.490
3.04.02.11	Aluguéis de imóveis e condomínios	-6.156	-7.238	-4.312
3.04.02.12	Gastos com viagens e estadias	-4.637	-4.645	-831
3.04.02.13	Outros (inclui outras receitas e despesas operacionais)	-20.547	647	-4.767
3.04.02.14	Impostos, taxas e despesas com cartórios	-659	-1.289	-167
3.04.02.16	Indenizações	-189	-1.066	0
3.04.02.17	Despesas legais e judiciais	-51	-537	-985
3.04.02.18	Despesas provisões e multas indedutíveis	-2.551	-2.667	-19.192
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.476.963	5.146.600	1.218.579
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.336.930	5.020.553	1.061.601
3.06	Resultado Financeiro	-607.882	-899.748	-363.121

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.729.048	4.120.805	698.480
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.208	12.283	-2.849
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.704.840	4.133.088	695.631
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.704.840	4.133.088	695.631
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,84465	2,04608	0,34437
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,84398	2,04608	0,34437

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.704.840	4.133.088	695.631
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-100.942	-227.853	114.051
4.02.01	Ajuste Patrimonial - Plano de Pensão	-228	535	-317
4.02.02	Ajuste na Conversão de Demonstrações Contábeis de controladas no exterior	-99.669	-229.247	114.368
4.02.03	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	-4.879	1.280	0
4.02.04	Ativação de Hedge de Fluxo de Caixa	3.297	22	0
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	537	-443	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.603.898	3.905.235	809.682

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.878.386	1.794.778	1.237.263
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.511	-9.297	-92.586
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.704.840	4.133.088	695.631
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.208	-12.283	2.849
6.01.01.04	Depreciação e amortização	34.582	26.813	17.852
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	869	99	41
6.01.01.06	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	64	2	7
6.01.01.07	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-36.375	-48.372	55.323
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	868.272	984.188	419.106
6.01.01.10	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	10.463	0	0
6.01.01.11	Resultado com operações de derivativos	83.390	221.120	-77.672
6.01.01.12	Rendimentos sobre aplicações financeiras	-104.439	0	44.076
6.01.01.13	Juros e variação monetária sobre acordo de leniência e PIC	337	1.385	3.637
6.01.01.14	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e pre	1.558	68	103
6.01.01.15	Depreciação – direito de uso em arrendamento	418	39	37
6.01.01.16	Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	-182.704	-124.730	-24.852
6.01.01.17	Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.391	-39.692	-10.136
6.01.01.18	Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos - Maas e MTH	15.430	-4.586	0
6.01.01.19	Equivalência patrimonial	-2.476.963	-5.146.600	-1.218.579
6.01.01.20	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	170	164	-9
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.860.875	1.804.075	1.329.849
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	33.400	-92.001	-21.010
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-86.629	-23.638	19.044
6.01.02.04	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	4.953.142	1.807.550	1.298.284
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outros créditos	-8.921	-4.513	1.889
6.01.02.06	Adiantamentos a fornecedores	-2.339	68	385
6.01.02.08	Fornecedores	-15.733	31.105	1.808
6.01.02.09	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-4.420	-7.280	-2.522
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	-10.081	44.655	14.275

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
6.01.02.12	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	-1.527	-80	-214
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	20.765	65.834	37.364
6.01.02.14	Outras obrigações	-16.782	-17.625	-19.454
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-919.749	-791.074	-3.366.543
6.02.01	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-244.662	-1.364.155	1.318.816
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-10.862	-13.559	-1.462
6.02.03	Adições ao ativo intangível	-18.766	-49.853	-11.826
6.02.05	Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	-1.346.092	-303.534	-4.396.284
6.02.06	Liberação de mútuos com partes relacionadas	-73.828	-96.999	-390.577
6.02.07	Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)	200.290	0	366.132
6.02.09	Redução de capital em investidas	738.000	1.083.350	0
6.02.10	Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	-161.000	-104.511	-251.302
6.02.11	Resgates / aplicações (conta reserva)	-2.829	-2.980	-40
6.02.12	Caixa Líquido adquirido na incorporação da CIIS, Infra SP e aquisição de participação MTH	0	61.167	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.090.630	-1.142.116	1.578.045
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	-239.619	-165.634	-27.155
6.03.03	Ações em tesouraria - recompra de ações	-44.825	0	0
6.03.04	Captações (líquidas de custos de transação)	0	3.337.338	3.489.066
6.03.05	Emprést,financiam,debêntures e arrendamento(pagto principal e juros)	-3.415.699	-3.545.573	-1.548.772
6.03.09	Dividendos pagos a acionistas da controladora	-390.025	-768.204	-335.051
6.03.13	Arrendamento - pagamentos de principal e juros	-462	-43	-43
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-131.993	-138.412	-551.235
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	713.347	851.759	1.402.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	581.354	713.347	851.759

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	114.789	0	0	0	114.789
5.04.08	Aquisição de participação acionária - Controlar	0	-11	0	0	0	-11
5.04.09	Aumento de participação - VLT Carioca	0	4.999	0	0	0	4.999
5.04.10	Aquisição de mútuo - VLT Carioca	0	141.408	0	0	0	141.408
5.04.11	Ações em tesouraria - recompra de ações	0	-44.825	0	0	0	-44.825
5.04.12	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	13.218	0	0	0	13.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-184.876	1.168.619	-100.942	882.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.704.840	0	1.704.840
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-184.876	-536.221	-100.942	-822.039
5.05.02.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-404.899	0	-404.899
5.05.02.07	Dividendo adicional proposto	0	0	131.322	-131.322	0	0
5.05.02.08	Distribuição de dividendos em 25 de outubro de 2023	0	0	-316.198	0	0	-316.198
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-100.942	-100.942
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.168.619	-1.168.619	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.168.619	-1.168.619	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	255.912	5.437.586	0	745.713	12.462.153

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	125.189	-165.212	0	0	-40.023
5.04.06	Dividendos	0	0	-165.212	0	0	-165.212
5.04.08	Aquisição Barcas	0	-71.145	0	0	0	-71.145
5.04.09	Aquisição de participação acionária - VLT Carioca	0	27.580	0	0	0	27.580
5.04.10	Aquisição de mútuo - Barcas	0	4.364	0	0	0	4.364
5.04.11	Aquisição de mútuo - VLT Carioca	0	164.390	0	0	0	164.390
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.467.677	-227.853	3.239.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.133.088	0	4.133.088
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-665.411	-227.853	-893.264
5.05.02.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-73.829	0	-73.829
5.05.02.07	Distribuição de dividendos	0	0	0	-591.582	0	-591.582
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-227.853	-227.853
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.467.677	-3.467.677	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.467.677	-3.467.677	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15.240	0	0	0	15.240
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8	0	0	0	-8
5.04.08	Aumento da participação - VLT Carioca	0	16.195	0	0	0	16.195
5.04.09	Transação com sócios - Aeris	0	-947	0	0	0	-947
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	29.102	365.206	114.051	508.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	695.631	0	695.631
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	29.102	-330.425	114.051	-187.272
5.05.02.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-11.413	0	-11.413
5.05.02.07	Dividendo adicional proposto	0	0	165.212	-165.212	0	0
5.05.02.08	Distribuição de dividendos	0	0	-136.110	-153.800	0	-289.910
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	114.051	114.051
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	365.206	-365.206	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	365.206	-365.206	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
7.01	Receitas	136.654	303.689	141.951
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	136.654	299.103	141.951
7.01.02	Outras Receitas	0	4.586	0
7.01.02.06	Perdas (Ganhos) em Alienações e Aquisições de Investimentos	0	4.586	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.116	-93.718	-99.624
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-436	-1.105
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-109.116	-93.282	-98.519
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.538	209.971	42.327
7.04	Retenções	-35.000	-26.852	-17.889
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.000	-26.852	-17.889
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.462	183.119	24.438
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.870.467	6.635.199	2.241.390
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.476.963	5.146.600	1.218.579
7.06.02	Receitas Financeiras	1.393.504	1.488.599	1.022.811
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.863.005	6.818.318	2.265.828
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.863.005	6.818.318	2.265.828
7.08.01	Pessoal	89.725	226.343	133.407
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.399	199.406	114.978
7.08.01.02	Benefícios	6.633	17.708	12.438
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.142	7.063	5.306
7.08.01.04	Outros	3.551	2.166	685
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.118	62.206	49.726
7.08.02.01	Federais	59.726	48.362	44.400
7.08.02.02	Estaduais	40	64	18
7.08.02.03	Municipais	7.352	13.780	5.308
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.001.322	2.396.681	1.387.064
7.08.03.01	Juros	1.996.370	2.383.187	1.377.570
7.08.03.02	Aluguéis	4.952	13.494	9.494
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.704.840	4.133.088	695.631

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
7.08.04.02	Dividendos	404.899	665.411	165.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.299.941	3.467.677	530.419

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	54.643.132	50.547.300	41.356.444
1.01	Ativo Circulante	10.994.963	12.621.169	7.909.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.548.717	5.229.073	4.593.600
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.627.920	3.047.640	1.185.805
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.627.920	3.047.640	1.185.805
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.455.438	2.894.314	1.087.018
1.01.02.01.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	172.482	153.326	98.787
1.01.03	Contas a Receber	2.387.789	3.159.577	1.396.635
1.01.03.01	Clientes	2.387.789	3.159.577	1.396.635
1.01.03.01.01	Contas a Receber das Operações	955.016	878.463	690.414
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	74.600	53.522	1.594
1.01.03.01.03	Contas a Receber dos Poderes Concedentes	1.358.173	2.227.592	704.627
1.01.04	Estoques	416.519	246.925	121.227
1.01.06	Tributos a Recuperar	321.952	316.265	192.816
1.01.07	Despesas Antecipadas	119.027	89.794	65.996
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	573.039	531.895	353.377
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	250.803	267.706	0
1.01.08.01.01	Ativos Mantidos para Venda	250.803	267.706	0
1.01.08.03	Outros	322.236	264.189	353.377
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	1.069	4.829	4.988
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6.908	0	3.906
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	133.107	143.050	278.680
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	101.020	64.489	17.477
1.01.08.03.05	Outros Créditos	80.132	51.821	48.326
1.02	Ativo Não Circulante	43.648.169	37.926.131	33.446.988
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.574.516	8.499.043	10.113.697
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	109.861	68.522	47.018
1.02.01.04	Contas a Receber	6.453.751	4.788.298	6.537.102
1.02.01.04.01	Contas a Receber das Operações	780	0	11.272

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
1.02.01.04.02	Contas a Receber dos Poderes Concedentes	6.452.971	4.788.298	6.525.830
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.225.877	964.663	928.206
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.225.877	964.663	928.206
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	295.525	261.013	207.301
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.489.502	2.416.547	2.394.070
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	252.179	229.569	251.887
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	311.727	140.747	120.952
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	1.666.128	1.792.607	1.833.934
1.02.01.10.06	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	189.956	146.909	119.489
1.02.01.10.07	Títulos e Valores Mobiliários	0	15.430	0
1.02.01.10.08	Estoque	69.512	91.285	67.808
1.02.02	Investimentos	983.743	835.881	848.796
1.02.02.01	Participações Societárias	706.382	835.881	848.796
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	277.361	0	0
1.02.03	Imobilizado	868.621	1.038.459	1.136.670
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	411.664	743.523	840.427
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	14.828	20.682	157.352
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	442.129	274.254	138.891
1.02.04	Intangível	31.221.289	27.552.748	21.347.825
1.02.04.01	Intangíveis	31.221.289	27.552.748	21.347.825
1.02.04.01.02	Intangível	25.428.351	24.801.064	20.070.509
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	5.792.938	2.751.684	1.277.316

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	54.643.132	50.547.300	41.356.444
2.01	Passivo Circulante	8.482.420	10.766.539	5.852.489
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	520.084	484.965	370.385
2.01.01.01	Obrigações Sociais	69.276	63.198	53.431
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	450.808	421.767	316.954
2.01.02	Fornecedores	1.247.057	771.347	514.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.209.522	757.351	461.599
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	37.535	13.996	52.918
2.01.03	Obrigações Fiscais	685.407	829.235	392.113
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	607.190	752.177	320.404
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	301.536	534.705	215.063
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	305.032	216.877	104.090
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	622	595	1.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.191	1.764	2.297
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.191	1.764	2.245
2.01.03.02.02	ICMS Parcelado	0	0	52
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	77.026	75.294	69.412
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	72.656	70.731	63.872
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	2.552	2.413	2.260
2.01.03.03.03	ISS diferido	1.818	2.150	3.280
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.170.768	7.312.189	3.484.916
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	276.364	877.927	799.400
2.01.04.02	Debêntures	3.894.404	6.434.262	2.685.516
2.01.05	Outras Obrigações	1.513.772	1.117.119	1.054.876
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	242.738	283.451	406.115
2.01.05.02	Outros	1.271.034	833.668	648.761
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	479.911	141.245	72.921
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	274.212	251.016	181.134
2.01.05.02.05	Obrigações a Executar	111.983	24.938	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	53.350	207.968	158.172
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	10.056	9.144	47.145
2.01.05.02.09	Receita Diferida	4.035	52.689	0
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	337.487	146.668	189.389
2.01.06	Provisões	204.198	65.092	35.682
2.01.06.02	Outras Provisões	204.198	65.092	35.682
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	204.198	65.092	35.682
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	141.134	186.592	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	141.134	186.592	0
2.02	Passivo Não Circulante	33.083.483	27.958.011	26.938.155
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.483.501	21.719.065	23.266.233
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.481.203	6.752.838	7.237.591
2.02.01.02	Debêntures	19.002.298	14.966.227	16.028.642
2.02.02	Outras Obrigações	3.030.306	3.057.863	2.257.565
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.417	80.837	112.081
2.02.02.02	Outros	3.024.889	2.977.026	2.145.484
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.679	41.810	37.110
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	2.396.270	2.329.700	1.748.175
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	80.999	67.618	103.204
2.02.02.02.06	Contas a Pagar - Operações de Derivativos	28.223	34.547	8.661
2.02.02.02.07	Obras a Executar	412.668	330.006	0
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	6.168	12.517	125.664
2.02.02.02.09	Receita Diferida	54.882	37.944	13.206
2.02.02.02.10	Mútuos Cedidos à Terceiros	0	122.884	109.464
2.02.03	Tributos Diferidos	2.620.688	2.505.364	918.807
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.620.688	2.505.364	918.807
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.604.104	2.490.935	905.791
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	16.584	14.429	13.016
2.02.04	Provisões	948.988	675.719	495.550

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2021</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	325.377	299.925	391.944
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	293.146	255.897	363.371
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições a Recolher	22.710	33.177	24.947
2.02.04.01.09	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	9.521	10.851	3.626
2.02.04.02	Outras Provisões	623.611	375.794	103.606
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	623.318	374.679	102.910
2.02.04.02.05	Provisão para Passivo a Descoberto	293	1.115	696
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.077.229	11.822.750	8.565.800
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.022.942	6.022.942
2.03.02	Reservas de Capital	255.912	141.123	15.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-43.328	-8	-8
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	287.527	141.131	15.942
2.03.02.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo	11.713	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	5.437.586	4.453.843	1.151.378
2.03.04.01	Reserva Legal	947.638	862.396	655.742
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	316.198	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	131.322	0	165.212
2.03.04.11	Reserva para equalização de dividendos e investimentos	4.358.626	3.275.249	330.424
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	745.713	846.655	1.074.508
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	615.076	358.187	301.038

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.932.725	19.181.691	12.244.247
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.813.464	-7.985.602	-7.601.600
3.02.01	Custo de construção	-3.948.202	-1.618.466	-1.068.825
3.02.02	Serviços	-1.245.435	-1.149.466	-1.004.215
3.02.03	Custo da outorga	-336.644	-329.231	-385.949
3.02.04	Depreciação e amortização	-1.494.232	-1.666.168	-3.087.711
3.02.05	Custo com pessoal	-1.326.965	-1.485.963	-1.350.381
3.02.06	Provisão de manutenção	-482.782	-315.319	-5.427
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-404.886	-353.329	-242.667
3.02.08	Outros	-609.796	-588.892	-456.425
3.02.09	Custo de obras	-964.522	-478.768	0
3.03	Resultado Bruto	8.119.261	11.196.089	4.642.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.895.457	-1.083.912	-999.646
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.074.849	-1.338.025	-1.084.507
3.04.02.01	Despesas com pessoal	-854.248	-713.215	-361.294
3.04.02.02	Serviços	-357.725	-379.589	-330.662
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-31.268	-27.258	-20.944
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-78.916	-66.752	-65.074
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-69.499	-40.121	-33.559
3.04.02.06	(Provisões) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	-37.256	107.418	-35.511
3.04.02.07	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-53.787	-52.935	-43.912
3.04.02.08	Provisão para perda esperada - contas a receber	19.783	-24.693	-2.509
3.04.02.09	Água, luz, telefone, internet e gás	-16.190	-15.635	-13.274
3.04.02.10	Contribuições a sindicatos e associação de classe	-8.870	-8.199	-9.925
3.04.02.11	Aluguéis de imóveis e condomínios	-5.954	-7.881	-7.856
3.04.02.12	Gastos com viagens e estadia	-22.985	-21.164	-4.148
3.04.02.13	Outras despesas (receitas) operacionais	-183.412	59.650	12.927
3.04.02.14	Impostos, taxas e despesas com cartórios	-8.858	-9.495	-1.276
3.04.02.15	Indenizações	-150.189	-1.116	-481

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
3.04.02.16	Ressarcimento ao usuário	-1.137	-317	-318
3.04.02.17	Ganhos na alienação de investimento - TAS	1.372	511.103	0
3.04.02.18	Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei n.º 13.448/2017)	-73.575	-30.295	-104.114
3.04.02.19	Despesas, provisões e multas indedutíveis	-132.932	-599.583	-40.447
3.04.02.20	Despesas legais e judiciais	-9.203	-17.948	-22.130
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	84.861
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.223.804	10.112.177	3.643.001
3.06	Resultado Financeiro	-3.212.477	-3.107.173	-1.762.760
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.011.327	7.005.004	1.880.241
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.156.826	-2.792.824	-1.074.645
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.854.501	4.212.180	805.596
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.854.501	4.212.180	805.596
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.704.840	4.133.088	695.631
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	149.661	79.092	109.965
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,84465	2,04608	0,34437
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,84398	2,04608	0,34437

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.854.501	4.212.180	805.596
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-102.834	-180.253	118.202
4.02.01	Ajuste patrimonial - plano de pensão	-228	535	-317
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	-99.669	-229.247	114.368
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	-4.879	1.280	0
4.02.04	Ativação de hedge de fluxo de caixa	3.297	22	0
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	537	-443	0
4.02.07	Ajustes na conversão de controladas no exterior - acionistas não controladores	-1.892	47.600	4.151
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.751.667	4.031.927	923.798
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.603.898	3.905.235	809.682
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	147.769	126.692	114.116

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.817.411	6.485.584	4.590.146
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.930.677	4.663.555	5.738.352
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.854.501	4.212.180	805.596
6.01.01.02	Impostos diferidos (IR, CS, ISS, Pis e Cofins)	-158.003	1.514.263	380.256
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	136.422	176.957	278.679
6.01.01.04	Depreciação, amortização e impairment	1.438.040	1.569.973	2.986.336
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	124.534	409.157	23.617
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, notas	3.470.330	3.253.506	1.625.961
6.01.01.07	Juros e variação monetária de obrigações com o Poder Concedente e termo de autocomposição, acordo de	165.833	150.635	253.872
6.01.01.08	Adições e remunerações do contas a receber dos Poderes Concedentes e Estimativa de perda Lei n.º 13.	-1.821.615	-1.131.556	-1.005.947
6.01.01.09	Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures e resultado com operações de derivativos	185.652	214.891	-114.771
6.01.01.10	Constituição da provisão de manutenção e ajuste a valor presente da provisão de manutenção	534.680	331.772	14.119
6.01.01.11	Receita de reequilíbrio - Aeris, ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, BH Airport, AutoBAn e bai	-1.174.810	-5.919.560	0
6.01.01.12	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, pre	388.035	188.867	99.647
6.01.01.13	(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	-21.959	17.088	-1.575
6.01.01.14	Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	22.034	60.668	16.961
6.01.01.15	Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados e Juros sobre mú	20.420	16.913	7.033
6.01.01.16	Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes e reversão do ajuste a valor presen	85.746	54.381	54.831
6.01.01.17	Equivalência patrimonial	-179.392	-254.113	-84.861
6.01.01.18	Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e fornecedores estrangeiros	-38.182	-56.087	57.154
6.01.01.19	Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	135.108	162.947	166.449
6.01.01.20	Rendimentos sobre aplicações financeiras	-236.697	-309.327	174.995
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.886.734	1.822.029	-1.148.206
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-55.373	-369.863	-13.223
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-23.171	-70.291	9.726
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-166.951	-144.943	-2.228
6.01.02.04	Estoques	-147.821	-149.175	0
6.01.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	251.935	228.753	70.171
6.01.02.06	Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes	1.901.932	1.743.155	637.034

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outros créditos	-100.591	-76.807	-113.533
6.01.02.08	Adiantamentos a fornecedores e adiantamento a fornecedores com partes relacionadas	-36.531	0	0
6.01.02.09	Contas a receber dos Poderes Concedentes	323.602	-450.940	-1.182.475
6.01.02.10	Fornecedores	496.434	344.406	-95.132
6.01.02.11	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8.622	-196.073	-72.411
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher, parcelados, provisão de imposto de renda e contribuição social	1.186.363	1.380.953	703.204
6.01.02.13	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-1.345.936	-962.622	-749.333
6.01.02.14	Realização da provisão de manutenção	-146.935	-30.593	-85.458
6.01.02.15	Obrigações com os Poderes Concedentes e obrigações a executar	-81.922	200.630	-34.663
6.01.02.16	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	-200.006	-58.516	-64.136
6.01.02.17	Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	38.988	139.837	116.289
6.01.02.18	Outras obrigações	125.800	296.486	24.936
6.01.02.19	Mútuos cedidos a terceiros	-141.705	-2.368	-803
6.01.02.20	Termo de autocomposição e acordo de leniência	0	0	-296.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.817.471	-4.023.604	-8.211.679
6.02.01	Aplicações financeiras líquidas de resgate	675.573	-1.504.023	1.370.175
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-336.793	-276.411	-143.167
6.02.03	Adições ao ativo intangível	-5.104.159	-2.693.619	-9.336.411
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	37.418	-19.891	-36.148
6.02.06	Mútuos com partes relacionadas - recebimentos	0	2.003	0
6.02.09	Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	-460	-209	-1
6.02.11	Caixa líquido recebido na venda de participação da TAS	0	587.239	0
6.02.13	Resgates / aplicações (conta reserva)	-60.495	-76.043	-66.127
6.02.14	Títulos patrimoniais	0	-15.430	0
6.02.16	Ativos e passivos mantidos para venda	-28.555	-27.220	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.679.293	-1.822.275	4.668.939
6.03.01	Ações em tesouraria - recompra de ações	-44.825	0	0
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	-274.322	-190.376	6.157
6.03.04	Empréstimos, financiamentos e debêntures (Captações)	10.772.063	5.849.349	11.371.794

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
6.03.05	Empréstimos, financiamentos e debêntures (pagamentos de principal e juros)	-12.838.402	-6.701.998	-6.326.977
6.03.07	Mútuos com partes relacionadas (captações)	0	0	3.674
6.03.08	Mútuos com partes relacionadas (pagamentos)	-187	0	-1.826
6.03.09	Dividendos pagos a acionistas da controladora	-382.393	-769.079	-275.179
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas não controladores	-61.085	-6.777	-62.302
6.03.11	Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	177.779	38.106	11.960
6.03.14	Arrendamento - pagamentos de principal e juros	-27.921	-41.500	-58.362
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-1.003	-4.232	-2.793
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-680.356	635.473	1.044.613
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.229.073	4.593.600	3.548.987
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.548.717	5.229.073	4.593.600

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563	358.187	11.822.750
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563	358.187	11.822.750
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	114.789	0	0	0	114.789	170.205	284.994
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	177.750	177.750
5.04.08	Aquisição de participação acionária - Controlar	0	-11	0	0	0	-11	0	-11
5.04.09	Aumento de participação - VLT Carioca	0	4.999	0	0	0	4.999	-7.574	-2.575
5.04.10	Aquisição de mútuo - VLT Carioca	0	141.408	0	0	0	141.408	0	141.408
5.04.11	Ações em tesouraria - recompra de ações	0	-44.825	0	0	0	-44.825	0	-44.825
5.04.12	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	13.218	0	0	0	13.218	29	13.247
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-184.876	1.168.619	-100.942	882.801	86.684	969.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.704.840	0	1.704.840	149.661	1.854.501
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-184.876	-536.221	-100.942	-822.039	-62.977	-885.016
5.05.02.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-404.899	0	-404.899	0	-404.899
5.05.02.07	Dividendo adicional proposto	0	0	131.322	-131.322	0	0	0	0
5.05.02.08	Distribuição de dividendos	0	0	-316.198	0	0	-316.198	-51.511	-367.709
5.05.02.09	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	0	0	-9.574	-9.574
5.05.02.10	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-100.942	-100.942	-1.892	-102.834
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.168.619	-1.168.619	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.168.619	-1.168.619	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	255.912	5.437.586	0	745.713	12.462.153	615.076	13.077.229

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762	301.038	8.565.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762	301.038	8.565.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	125.189	-165.212	0	0	-40.023	-44.564	-84.587
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-50.621	-50.621
5.04.06	Dividendos	0	0	-165.212	0	0	-165.212	0	-165.212
5.04.08	Aquisição - Barcas	0	-71.145	0	0	0	-71.145	-6.818	-77.963
5.04.09	Aquisição de participação societária - VLT Carioca	0	27.580	0	0	0	27.580	-58.278	-30.698
5.04.10	Aquisição de mútuo - Barcas	0	4.364	0	0	0	4.364	0	4.364
5.04.11	Aquisição de mútuo - VLT Carioca	0	164.390	0	0	0	164.390	0	164.390
5.04.12	Redução de capital - Toronto	0	0	0	0	0	0	71.153	71.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.467.677	-227.853	3.239.824	101.713	3.341.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.133.088	0	4.133.088	79.092	4.212.180
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-665.411	-227.853	-893.264	22.621	-870.643
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-227.853	-227.853	47.600	-180.253
5.05.02.07	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-73.829	0	-73.829	0	-73.829
5.05.02.08	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-591.582	0	-591.582	-18.233	-609.815
5.05.02.09	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-6.746	-6.746
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.467.677	-3.467.677	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.467.677	-3.467.677	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	141.123	4.453.843	0	846.655	11.464.563	358.187	11.822.750

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163	198.599	7.939.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163	198.599	7.939.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15.240	0	0	0	15.240	-11.687	3.553
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	76.529	76.529
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8	0	0	0	-8	0	-8
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-52.144	-52.144
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-10.158	-10.158
5.04.08	Transação com sócios - Aeris	0	-947	0	0	0	-947	0	-947
5.04.09	Aumento da participação - VLT Carioca	0	16.195	0	0	0	16.195	-25.914	-9.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	29.102	365.206	114.051	508.359	114.126	622.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	695.631	0	695.631	109.965	805.596
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	29.102	-330.425	114.051	-187.272	4.161	-183.111
5.05.02.06	Distribuição de Dividendos	0	0	-136.110	-153.800	0	-289.910	0	-289.910
5.05.02.07	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-11.413	0	-11.413	0	-11.413
5.05.02.08	Dividendo adicional proposto	0	0	165.212	-165.212	0	0	0	0
5.05.02.09	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	114.051	114.051	4.161	118.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	365.206	-365.206	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	365.206	-365.206	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762	301.038	8.565.800

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
7.01	Receitas	20.168.044	20.243.538	13.158.511
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.921.329	20.150.120	13.021.941
7.01.02	Outras Receitas	226.932	118.111	139.079
7.01.02.01	Juros capitalizados	226.932	113.525	139.079
7.01.02.07	Ganho em compra vantajosa de investimento	0	4.586	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	19.783	-24.693	-2.509
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.197.465	-5.419.115	-3.845.644
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.184.408	-1.804.032	-1.519.920
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.164.692	-1.305.248	-821.222
7.02.04	Outros	-4.848.365	-2.309.835	-1.504.502
7.02.04.01	Custo de construção	-3.948.202	-1.618.465	-1.068.825
7.02.04.02	Outorga	-417.381	-376.051	-430.250
7.02.04.03	Provisão de manutenção	-482.782	-315.319	-5.427
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.970.579	14.824.423	9.312.867
7.04	Retenções	-1.573.148	-1.732.920	-3.152.785
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.573.148	-1.732.920	-3.152.785
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.397.431	13.091.503	6.160.082
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.333.302	2.475.903	1.727.934
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	84.861
7.06.02	Receitas Financeiras	2.153.910	2.221.790	1.643.073
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.730.733	15.567.406	7.888.016
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.730.733	15.567.406	7.888.016
7.08.01	Pessoal	1.940.299	1.976.356	1.551.049
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.393.266	1.516.234	1.218.832
7.08.01.02	Benefícios	441.644	371.694	264.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	72.541	64.765	48.618
7.08.01.04	Outros	32.848	23.663	18.993
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.374.978	3.922.014	2.000.803
7.08.02.01	Federais	1.874.478	3.474.141	1.594.399

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021</b>
7.08.02.02	Estaduais	13.255	16.815	19.710
7.08.02.03	Municipais	487.245	431.058	386.694
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.560.955	5.456.856	3.530.568
7.08.03.01	Juros	5.482.765	5.358.447	3.464.165
7.08.03.02	Aluguéis	78.190	98.409	66.403
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.854.501	4.212.180	805.596
7.08.04.02	Dividendos	404.899	665.411	165.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.299.941	3.467.677	530.419
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	149.661	79.092	109.965

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração

#### 1. Sobre a Companhia

##### 1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da CCR S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

##### 1.2. Apresentação

A CCR é a *holding* do Grupo CCR que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestruturas metroferroviárias, aeroportuárias, aquaviárias, telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades.

A CCR opera rodovias no Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, controlando, individualmente ou em conjunto, onze concessões de rodovias. Além disso, administramos seis concessões de mobilidade urbana localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e vinte aeroportos, sendo 17 deles no Brasil, em diversos Estados, e 3 deles no exterior, em Quito (Equador), San José (Costa Rica) e em Curaçao (Curaçao).

As empresas nas quais a CCR atualmente detém participação direta e/ou indiretamente, estão listadas nas notas explicativas n.ºs 1 e 12 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia tem como objetivo o crescimento qualificado de sua base de ativos, abrangendo as diversas concessões conquistadas nos últimos anos em todos os modais em que opera. Além disso, visando a expansão, a CCR pretende analisar oportunidades de mercado que atendam aos critérios de retorno mínimo exigido. Adicionalmente, será considerada a viabilidade de otimizar o atual portfólio por meio de estratégias de reciclagem.

##### 1.3. Destaques do ano de 2023

Em 2 de março de 2023, a Companhia divulgou que ocorreu a homologação do Termo de Acordo da Barcas, onde o Estado reconheceu a obrigação de indenizar Barcas, no montante de R\$ 704.496 mil (data-base de março de 2023), pelos custos operacionais incorridos referentes ao 2º, 3º e 4º quinquênios, atualizado pela variação IPCA até a data do pagamento.

Em 13 de março de 2023, a Companhia anunciou a eleição do Sr. Miguel Nuno Simões Nunes F. Setas para a posição de Diretor Presidente do Grupo CCR.

Em 18 de abril de 2023, a Companhia divulgou que, em face da não aprovação de regulamentação que permitisse a efetiva implantação do aeroporto comercial privado, bem como diante do contexto de mercado e contratual, decidiu pela devolução não onerosa de 29,76% do terreno adquirido para implantação das operações e, também, pela descontinuidade do Projeto NASP.

No dia 2 de maio de 2023, a CCR iniciou o pagamento dos dividendos deliberados na AGO de 2023, no valor de R\$ 73.829 mil, aproximadamente R\$ 0,04 por ação ordinária.

Em 30 de maio de 2023, a Companhia aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações, autorizando a aquisição, pela CCR, de até 3.200.000 ações ordinárias de sua própria emissão.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de maio de 2023, a Companhia comunicou a extensão de 10 anos do prazo da concessão da Aeris, bem como a implementação de tarifa adicional em função dos impactos causados pela pandemia da COVID-19.

Em 28 de junho de 2023, a Companhia divulgou que celebrou o 26º Termo Aditivo Modificativo ao contrato de concessão da ViaOeste que, entre outras definições, estendeu o contrato de operação até março de 2025.

Em 29 de junho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, a Companhia divulgou que houve reajuste da tarifa de pedágio pela variação do IPCA para a Renovias e inclusão de R\$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, para as concessionárias AutoBAn, SPVias e RodoAnel Oeste. A referida mitigação, inclui, dentre outras coisas, perdas incorridas em decorrência da pandemia da COVID-19.

Em 15 de setembro de 2023, a Companhia divulgou que o Poder Concedente reconheceu o desequilíbrio econômico-financeiro, no montante de R\$ 297.892 mil, em favor da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, devido às perdas de receita tarifária resultante da redução de demanda na Linha 5, decorrente da pandemia da COVID-19.

Em 30 de novembro de 2023, a CCR iniciou o pagamento de dividendos correspondente ao saldo da Reserva de Lucros a Realizar constituída no exercício de 2022, no valor de R\$ 316.198 mil, aproximadamente R\$ 0,16 por ação ordinária.

Em 30 de novembro de 2023, a Companhia divulgou que o Poder Concedente reconheceu o desequilíbrio econômico-financeiro, no montante de R\$ 682.607 mil, em favor da ViaQuatro devido às perdas de receita tarifária resultante da redução de demanda na Linha 4, decorrente da pandemia da COVID-19.

Em 11 de dezembro de 2023, a Companhia divulgou que o Poder Concedente aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão da BH Airport, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da concessionária, no valor de R\$ 28.073 mil, em razão dos prejuízos causados, no ano de 2023, pela pandemia da COVID-19.

Em 22 de dezembro de 2023, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados nos dias 15 de setembro de 2023 e 30 de novembro de 2023, a Companhia divulgou que os montantes reconhecidos em favor da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 e ViaQuatro, seriam reequilibrados na forma de adicional à Tarifa de Remuneração por passageiro, nos montantes de R\$ 0,2095 (em valores de fevereiro de 2023) até 08 de agosto de 2038, e R\$ 0,4631 (em valores de fevereiro de 2023) até 21 de junho de 2040, respectivamente.

No decorrer de 2023, a Companhia aumentou gradualmente sua participação acionária indireta no VLT Carioca, passando a deter 95,17%, mediante diluição e aquisição de participação dos demais acionistas.

### 1.4. Perspectivas

No ano de 2023, a CCR focou na assertividade da execução do investimento comprometido e, para 2024, permanecerá atenta às oportunidades que possam antecipar a nossa agenda de criação de valor.

No modal Rodovias, o programa de concessões rodoviárias no Brasil segue em expansão. Em 2023, houve 5 leilões, sendo 3 estaduais, com projetos em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, ampliando a diversificação dos Poderes Concedentes, totalizando mais de 1,7 mil km em rodovias concedidas e R\$ 30 bilhões em investimentos, conforme os dados dos editais.

Segundo dados públicos, estão em andamento processos de licitação ou relicitação de 15 projetos entre rodovias federais e estaduais, considerando apenas aqueles que já passaram por consulta pública e aguardam a finalização da análise do órgão regulador e/ou decisão dos respectivos Poderes Concedentes para lançamento dos editais de leilão. São 13 projetos federais e o restante estaduais, totalizando 5,5 mil km de extensão e R\$ 130 bilhões em investimentos, conforme dados da consulta pública.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dois projetos estão com datas de leilão agendadas para Abril de 2024, BR-040 (Juiz de Fora – BH) e Litoral Paulista, concessões do Governo Federal e do Estado de São Paulo, respectivamente.

No modal Aeroportos, após a mobilização para assumir 16 aeródromos simultaneamente, uma operação inédita globalmente, a CCR segue investindo naquilo que entende como essencial para as cidades e regiões em que estão as operações: identificação da vocação e desenvolvimento de mercados locais, atração de investimentos e modernização da infraestrutura de serviços. Em menos de dois anos, a CCR trouxe mudanças relevantes para o portfólio de aeroportos, viabilizando diversos novos destinos, sendo alguns internacionais para Buenos Aires, Santiago e Montevideú.

Nesse modal, a Administração, seguirá com o *de-risking* do portfólio, através não apenas da execução do programa de investimentos dos 16 aeródromos recém conquistados, mas também com a otimização operacional e financeira da plataforma e a maximização do valor dos negócios atuais ao mesmo tempo em que avaliará movimentos de consolidação na América Latina como alavanca de valor para o negócio, limitando a exposição de capital no setor.

Em mobilidade urbana, a Companhia seguirá com o seu plano de investimento. O mesmo padrão de serviço de nossas demais linhas, será colocado em prática na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, com o andamento do programa de melhorias e cumprimento do cronograma de investimento previsto no contrato de concessão. A Companhia adquiriu 36 novos trens, que trarão economia de energia elétrica, maior confiabilidade e conforto aos clientes. Além disso, no Metrô Bahia, a Companhia iniciou a operação de mais duas estações, Campinas e Águas Claras, levando o serviço para aproximadamente 20 mil clientes todos os dias. Já no VLT Carioca, continua a implantação do Terminal de Integração Gentileza - TIG, que integrará o VLT com linhas de ônibus e o BRT da Av. Brasil.

A Companhia está mapeando oportunidades em diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, está programado para 29 de fevereiro de 2024, o leilão de concessão do TIC Eixo Norte. Outros projetos estão sob análise, como o Metrô-DF e o VLT-W3, ambos em Brasília, cujas audiências públicas ocorreram em 2020 e que estão atualmente sob análise prévia do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como, os estudos das regionais da CBTU localizadas no Nordeste e da TRENURB, conduzidos atualmente pelo BNDES e das Linhas 11,12 e 13 da CPTM conduzidos pelo International Finance Corporation - IFC

A CCR continua atuando na captura de sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios e com consequentes reflexos positivos em suas margens operacionais.

## 2. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (IC02), ambos da B3. Além

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

### 2.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Movimento *Ambição Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

### 2.2. Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das divisões (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental, como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

Mudança climática é um tema material para o Grupo CCR. A Política de Mudanças Climáticas foi revisada e aprovada no final de 2022 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR. Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se torna a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Mais informações em <https://sciencebasedtargets.org/target-dashboard>

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser verificados no *site* <https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

### 2.3. Social

#### 2.3.1. Gestão de Pessoas

A CCR tem como propósito **melhorar a vida das pessoas através da mobilidade** e como pilar estratégico a **valorização das suas pessoas** e para isso desenvolve ações estruturadas e planejadas para garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, reconhecimento e respeito à diversidade.

A Diretoria de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional (até então chamada de Diretoria de Gente e Gestão), reporta-se diretamente ao Diretor-Presidente e consolida as áreas de atração e seleção, desenvolvimento de pessoas, educação corporativa, diversidade e inclusão, remuneração e benefícios, parceiros de negócios, relações sindicais e trabalhistas, qualidade, segurança do trabalho e saúde.

Os destaques em 2023, alinhados com a nossa visão de “Liderar o setor de mobilidade” foram os projetos de Evolução da Cultura “3 Is” (Integridade, Integração e Impacto) e da nossa Estrutura Organizacional, **visando a criação de valor por meio de uma organização ágil, simples e eficiente**, que age de forma integrada e colaborativa,

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

com iniciativas e capacidades diferenciadas, evoluindo o modelo de Plataforma de Negócios e fortalecendo a atuação do Centro de Serviços Compartilhados, resultando em uma *holding* ainda mais estratégica.

Com o objetivo de manter as pessoas saudáveis, seguras e disponíveis para suas atividades, a Gestão de Segurança da CCR busca assegurar a continuidade dos negócios, demonstrando a confiabilidade operacional em suas atividades.

A cultura de segurança vem demonstrando sua efetividade no controle de riscos associados ao trabalho, e no desenvolvimento da maturidade organizacional frente aos desafios de proporcionar um ambiente seguro para os colaboradores. Em 2023, reduzimos 47% a taxa de acidentes em relação a 2022, o resultado positivo está fundamentado em cinco pilares: o cumprimento de requisitos legais; a padronização de processos; o controle de riscos operacionais; a conscientização e treinamento das pessoas e a melhoria contínua da gestão de segurança. O programa de Segurança é pautado em ferramentas que influenciam os colaboradores a terem comportamento preventivo e proativo, considerando:

- Observação Comportamental (OC): promove a interação do Líder com o Liderado para correção de comportamentos inseguros e prover as práticas seguras no ambiente de trabalho.
- Índice de Práticas Seguras (IPS): inspeção técnica realizada pelo time da Segurança no ambiente de trabalho com objetivo de identificação e de tratar os riscos de acidentes.
- Eu Vejo Eu Protejo: Ferramenta para reporte de riscos e condições inseguras no ambiente de trabalho para todos os colaboradores.

Ressaltamos ainda a valorização da jornada de engajamento através da aplicação da Pesquisa Pulso; ampliação do plano de sucessão da alta liderança e consolidação da Academia CCR, que computou 520.388 mil horas em treinamentos para o público geral e 5.368 para os líderes do Grupo CCR; além disto, a revisão e estruturação do Plano Diretor de Diversidade e Inclusão, pois acreditamos que um ambiente diverso e inclusivo é fundamental para construir caminhos mais saudáveis. Outro destaque foi a implantação do Plano de Cargos e Salários para o público operacional, que estabeleceu um sistema único, alinhado com a estratégia de remuneração da CCR e em linha com as melhores referências de mercado.

Em 2023, a CCR foi incluída entre as cinco empresas mais lembradas em promoção de saúde dos colaboradores no Top of Mind RH e foi considerada que tem o Melhor Time de Aquisição de Talento no LinkedIn Talent Awards Brasil.

Esse conjunto de iniciativas resulta em elevado grau de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2023, somavam **18.754 pessoas**, alocadas no Brasil (nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Tocantins, Maranhão e Pernambuco), na Costa Rica, Equador e Curaçao. Em 2023, o Grupo CCR foi certificado pela Great Place to Work como um excelente lugar para trabalhar, com um índice de satisfação de 85%.

### 2.3.2. Diversidade & Inclusão (D&I)

A CCR tem como ambição refletir a diversidade da sociedade brasileira no que tange à representatividade de grupos subrepresentados e se compromete com políticas afirmativas e uma gestão inclusiva com foco nas pessoas, na equidade e no acesso às oportunidades. Para tanto, em 2023, publicou a norma interna de **Diversidade e Inclusão**, reforçando seus objetivos estratégicos na agenda de D&I, que visa (i) promover a inclusão na relação com colaboradores, clientes, fornecedores e outros públicos; (ii) ampliar a representatividade de grupos minorizados no quadro de colaboradores; e (iii) ser um tema transversal em 100% dos processos de gestão de pessoas, com estratégias por plataforma de negócio.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A agenda anual contemplou a realização das seguintes iniciativas:

- Consolidação da Comissão de Diversidade e Inclusão, por pessoas representantes dos negócios;
- Capacitações específicas para grupos e áreas-chave (lideranças, áreas de atendimento, comunicação, Pessoas e Desenvolvimento Organizacional e QSSMA);
- Ações para sensibilização e engajamento nas temáticas de gênero, raça, deficiência e LGBTQIAP+, através de roda de conversas, que contou com a participação de mais de 2.200 colaboradores.
- Mais de 3.700 colaboradores participaram das capacitações em EaD de D&I, direcionadas para reflexões sobre os principais conceitos e comportamentos inclusivos.
- 85,80% de adesão dos colaboradores na autodeclaração racial, demonstrando que 46% do nosso quadro de colaboradores é composto por pretos ou pardos;
- Implantação da autodeclaração de gênero; e
- Evolução do Programa de Desenvolvimento e Aceleração de Carreira para Mulheres, resultando em 42% de mulheres em nosso quadro de média e alta liderança.

### 2.3.3. Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipêlo (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em [www.institutoccr.com.br](http://www.institutoccr.com.br).

### 2.4. Governança corporativa, Auditoria interna e *Compliance*

A CCR e suas controladas são signatárias do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção, estando comprometidas, portanto, com a adoção da cartilha de integridade no setor da construção. Nosso sucesso é pautado em princípios de integridade e respeito, e em nossos valores descritos no Código de Conduta Ética e Política de Empresa Limpa, alinhados com as diretrizes definidas pelo Novo Mercado.

Reforçamos constantemente, com o apoio da Administração, a contínua divulgação e atualização do Programa de Integridade, criado em 2015, por meio do qual orientamos todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países em que atuam.

Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o programa contém diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente realizamos treinamentos e campanhas de comunicação, com o objetivo de engajar a todos na cultura de Integridade.

Acompanhando o cumprimento destas iniciativas, a CCR e suas controladas realizam o monitoramento do Programa de Integridade, mapeando eventuais não conformidades, que são alvo de aplicação de medidas disciplinares.

A CCR e seu Conselho de Administração estão comprometidos com o aprimoramento contínuo de sua governança corporativa, que contempla iniciativas relacionadas a atualização e melhorias nos mecanismos de controle e da estrutura de governança da Companhia como um todo. Referidas iniciativas vêm sendo implementadas por meio de diversas medidas, como:

- 1) Revisão integral do processo decisório, incluindo alçadas de decisão, políticas e normas internas, bem como dos respectivos processos de Governança, *Compliance* e de Auditoria Interna, incluindo o Estatuto Social, o Código de Conduta Ética (2019/2020) e atualização do processo decisório em 2023;
- 2) Criação do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos Estatutário (2020);
- 3) Implementação de ferramenta interna para acompanhamento de processos decisórios que dependam de aprovação de diferentes alçadas, viabilizando o rastreamento dos processos decisórios (2020);
- 4) Aprovação do fluxo decisório para os temas relacionados a doações, patrocínios e responsabilidade social, que passaram a ser centralizados no Instituto CCR, com registro no Portal de Doações e Patrocínios (2020);
- 5) Vice-Presidência de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC), com reporte direto ao Conselho de Administração, que passou a ser responsável, além de Governança, Riscos, *Compliance* e Controles Internos, também por ESG (2021) e Inovação (2023);
- 6) Consolidação do modelo de governança e *Compliance* nas controladas com sócios (2021);

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- 7) Avaliação anual independente do Conselho de Administração (CA-CCR), comitês de assessoramento, secretaria de conselho e análise do resultado da avaliação, com proposição de aperfeiçoamentos contínuos no funcionamento dos fóruns avaliados;
- 8) Aprovação pelo CA-CCR do Plano Diretor ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*), novo posicionamento estratégico ESG (2021) e revisão do Plano Diretor ESG (2023);
- 9) Revisão da matriz de riscos pelo CA-CCR seguindo metodologias consolidadas no mercado (2022 e 2023);
- 10) Aprovação pelo Conselho de Administração da nova versão do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e de seus Comitês de Assessoramento (2022 e 2023);
- 11) Alteração do bloco de controle do Grupo CCR e Acordo de Acionistas, mantido o modelo de governança praticado (2022);
- 12) Criação e posterior reestruturação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da CCR, que atualmente são: (i) Comitê de Gente e ESG; (ii) Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos Estatutário; e (iii) Comitê de Estratégia (resultado da consolidação do Comitê de Resultados e Finanças e Comitê de Novos Negócios em um único Comitê) (2022);
- 13) Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos Estatutário, 100% composto por membros independentes (2022 e 2023);
- 14) Obtenção da certificação internacional ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno, para a  *Holding*, o CSC (Centro de Serviços Compartilhados) e a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

A área de suprimentos tem a finalidade principal de fornecer os insumos e serviços necessários para que o Grupo CCR exerça a sua prestação de serviço com qualidade, de forma ágil e eficiente para o cliente final e representa todas as atividades de compra e contratação de serviços para as obras civis, manutenção e conservação dos ativos, insumos, produtos, armazenagem, beneficiamento, estoques internos e gerenciamento dos terceiros com quem se relaciona.

Treinamentos periódicos e oficinas de atualização são parte deste programa de melhorias.

Para a CCR, todo empenho em governança representa criação de capital intelectual e um diferencial importante para a cooperação em consórcios e na gestão compartilhada em diferentes operações.

A Administração é profissional e desvinculada dos maiores acionistas. Os quatro maiores acionistas têm participações equilibradas, não havendo aprovação singular por qualquer um deles.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado, segmento que contempla empresas com os padrões mais rigorosos de governança da Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Além disso, atendendo às Instruções da CVM e conforme disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia informa ao mercado, anualmente, no mês de maio, por meio de seu Formulário de Referência, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR e suas partes relacionadas, vigentes em 31 de dezembro do exercício anterior e/ou celebrados nos últimos três exercícios sociais. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o plano de investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos é, em parte relevante, financiada por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução, com apoio de profissionais e empresas especializadas. Todas as informações acima estão divulgadas no *site* da Companhia e da CVM, garantindo a rastreabilidade de seu processo decisório.

O Programa de Integridade do Grupo CCR (criado em 2015 com a elaboração do Código de Ética e Política de Empresa Limpa) atende às mais rígidas regras e previsões legais antissuborno e anticorrupção vigentes no Brasil e no mundo, em especial, a Lei n.º 12.846/2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências), o Decreto n.º 11.129/2022 (que regulamenta a Lei n.º 12.846/2013) e o FCPA (Foreign Corrupt Practices Act)(EUA).

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os temas previstos no artigo 57 do Decreto n.º 11.129/2022 foram amplamente considerados na elaboração e implementação do Programa de Integridade do Grupo CCR, tanto na elaboração das normas e políticas internas, como na concepção dos pilares do Programa: compromisso da administração, regras para doações e patrocínios, *due diligences* de terceiros, monitoramento de processos, procedimentos para interação com agentes públicos, orientações de conduta em períodos eleitorais e durante processos licitatórios, de M&A (*Mergers and Acquisitions*), entre outros.

A observância das regras que compõem o Código de Conduta Ética da CCR, que tratam de forma objetiva de temas relacionados a conflitos de interesses, doações e contribuições em geral, relacionamento com pessoas politicamente expostas, lavagem de dinheiro e o registro das operações em seus livros contábeis, dentre outros, é pré-condição para a empregabilidade de todos os colaboradores da Companhia, em especial de sua liderança, que deverá zelar a todo momento pela sua eficácia.

Assim é também com a Política da Empresa Limpa, que trata especificamente da conduta de nossos colaboradores em relação aos agentes públicos em geral. A política visa dar transparência e rastreabilidade ao necessário relacionamento da CCR, no cumprimento de seu objeto social, com os órgãos públicos e seus agentes, procurando dessa forma mitigar riscos de condutas inadequadas. Dúvidas e possíveis desvios de conduta são temas tratados pela Linha Ética da CCR, um canal de comunicação independente e anônimo, que auxilia a Companhia a monitorar a aderência de seus colaboradores às regras e princípios de governança.

Por meio das normas e políticas estabelecidas, treinamentos contínuos, programa de comunicação e avaliações de riscos, o programa de Integridade do Grupo CCR vem adquirindo maturidade, mitigando riscos de corrupção e elevando a segurança empresarial.

Em 2023, a área de Integridade desenvolveu e enviou mais de 30 comunicados ao público interno e externo, tratando de suas políticas e procedimentos e divulgando melhorias no Programa de Integridade. Treinamos presencialmente 642 líderes, mediante visitas do time de Integridade a todas as unidades do Grupo e 14.243 colaboradores via EaD (online), de forma que 92% do público-alvo foi treinado em nossas políticas. Além disso, realizou 4.986 análises de terceiros (*due diligences*) considerados de alto risco, de acordo com nossas normas. Ofereceu curso de capacitação a 192 fornecedores que obtiveram certificação da Fundação Dom Cabral. Ainda, performou 160 testes de monitoramentos com o objetivo de medir a efetividade dos controles e a aderência às políticas e normas, resultando em 193 planos de ação para melhorias dos nossos controles internos.

O Canal Confidencial da CCR recebeu 1.740 relatos, um aumento de 46% em relação a 2022, em resposta às comunicações e treinamentos realizados, demonstrando o aumento da confiança de nossos colaboradores e públicos que se relacionam conosco nos sistemas que compõe o Programa de Integridade da CCR.

Todas as unidades do Grupo CCR possuem Programa de Integridade implementado, conforme legislação aplicável, inclusive as internacionais. Em 2022, aprimoramos nossos processos e controles em todas as nossas unidades, principalmente, aquelas com sócios, reafirmando o comprometimento da alta administração com a governança corporativa, políticas e procedimentos do grupo.

Durante 2022, nomeamos 24 colaboradores para atuarem como embaixadores de *Compliance*. Ao todo, temos 42 embaixadores, distribuídos em todas as unidades do Grupo CCR. Em 2023, a área de *Compliance* criou e revisou 73 instrumentos normativos, além da avaliação de riscos para 132 solicitações de doação e patrocínios recebidas via portal, e 87 parcerias com foco social, dentre elas, programas de voluntariado e convênios, para avaliação de riscos de terceiros.

Por fim, como resultado de um intenso processo de transformação, robustez e consolidação do Programa de Integridade, em 2023 o Grupo CCR obteve e expandiu para todas as operações a certificação internacional ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno e a ISO 37301 – Sistema de Gestão de Compliance.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em relação ao Acordo de Leniência firmado com o Ministério Público Federal - PR, a CCR cumpriu com todas as obrigações pecuniárias, bem como implementou todas as recomendações realizadas pela monitoria independente, para o aprimoramento do Programa de Integridade do Grupo CCR. A monitoria externa foi encerrada em fevereiro de 2022 e aguarda-se o parecer final do MPF. Mais informações a respeito deste tema estão divulgadas nos Fatos Relevantes da Companhia disponíveis no site de Relações com Investidores da CCR.

Visando o fortalecimento das práticas de Governança Corporativa, as áreas de Riscos, *Compliance*, Controles Internos e Auditoria Interna foram reestruturadas e os níveis de reporte dessas áreas sofreram adequações. O objetivo foi estabelecer um processo coordenado e contínuo de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, validados pela Auditoria Interna.

A Auditoria Interna exerce uma função independente e seu escopo de atuação é amplo, visando contribuir para a confiabilidade dos relatórios financeiros, salvaguarda dos ativos e conformidade com leis e regulamentos internos. A partir de janeiro de 2023, o reporte da Auditoria Interna passou a ser diretamente ao Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos.

São responsabilidades da auditoria interna, entre outras:

- 1) Executar o plano anual de auditoria interna, aprovado pelo Conselho de Administração, programando e monitorando os trabalhos a serem realizados nas diversas áreas;
- 2) Observar o cumprimento dos instrumentos normativos e detectar os desvios de sua aplicação pela Companhia, sugerindo a sua correção;
- 3) Fazer o acompanhamento das auditorias e apresentar os relatórios que informem ao CAC e à alta Administração a adequação e eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança do Grupo CCR;
- 4) Aferir e validar a implementação e efetividade da gestão de riscos, *compliance* e controles internos da Companhia, por meio de acompanhamento e realização de testes periódicos nos processos, com ênfase nos riscos prioritários; e
- 5) Comunicar novos riscos à equipe de gestão de riscos e fragilidades para a equipe de controles internos.

São realizadas auditorias internas anuais, oriundas de um plano de auditoria interna aprovado pelo Conselho de Administração. O plano de auditoria interna é monitorado pelo Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, que se reporta periodicamente ao Conselho de Administração (CA) da Companhia. Os objetos de auditoria interna em 2023 foram: Gestão e Cumprimento do contrato de concessão para Mobilidade e Rodovias, Gestão de Projetos e Obras, Reequilíbrio Econômico-Financeiro, Gestão de Engenharia, Estratégia de Compras realizada por Suprimentos, Gestão do Contrato de Importação – Metrô Bahia, *Cybersecurity for OT (Operation Technology)*, Receitas, obrigações trabalhistas e tributárias (terminais de cargas de Navegantes e Curitiba), Gestão de contrato de terceiros (Medições), Remuneração fixa, Auditoria do Programa de Integridade – Aeris, Regularização de áreas ocupadas, Gestão dos projetos de automação, Gestão de crises e continuidade de negócios ViaSul e ViaCosteira, Gestão de Frotas em Aeroportos, APOC – *Airport Operation Center*, Gestão Regulatória, Gestão do Contrato de Concessão (Curaçao), Gestão de Manutenção (Quiport), Gestão de Mudanças (Aeroportos Bloco Sul), Revisão do cálculo do Programa de Participação de Resultados de Novos Negócios (PPRNN) e Gestão de comunicação com *stakeholders* externos. Adicionalmente realizou auditoria contínua de 12 indicadores durante o ano de 2023.

Todos os riscos muito altos, altos e médios, da matriz de riscos, são avaliados a cada 24 meses.

### Auditoria Interna de 2023 em números

As atividades desenvolvidas em 2023, pela área de Auditoria Interna envolveram:

- i) 23 processos auditados em diferentes divisões e unidades de negócio (incluindo os realizados pela consultoria contratada e pela auditoria interna corporativa) e 12 indicadores de auditoria contínua;

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ii) Revisão e atualização do “Universo Auditável”, estabelecimento das regras para rotação de ênfase e planos de ação;
- iii) Reuniões com o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos para os seguintes reportes: 1) *Status* do plano de auditoria; 2) Resultados das auditorias internas executadas; 3) Acompanhamento do *status* de implementação dos planos de ação oriundos das auditorias internas executadas;
- iv) Estabelecimento do Plano de Auditoria Contínua, com execução de 12 indicadores analisados; e
- v) Elaboração e aprovação pelo Conselho de Administração do “Regimento de Auditoria Interna”.

Mais informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no *site*, por meio do endereço [www.grupoccr.com.br/ri](http://www.grupoccr.com.br/ri).

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a Companhia a superar desafios e limites.

Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

### 2.5. Política de Remuneração

Nos termos da Política de Remuneração, os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia fazem jus a remuneração integralmente fixa e ao recebimento do benefício de seguro de vida. Os conselheiros não recebem remuneração variável, nem remuneração adicional pela participação em comitês de assessoramento do Conselho de Administração. Os membros suplentes do Conselho de Administração, quando indicados, não fazem jus a qualquer remuneração.

Os membros da Diretoria Estatutária da CCR têm sua remuneração composta pelos seguintes tipos de remuneração: fixa, variável e benefícios, conforme a descrição abaixo:

<b>Remuneração Fixa</b>	<p>A remuneração fixa é representada pelo salário base, fixado de acordo com a posição ocupada pelo profissional, sua representatividade, e os valores condizentes com o mercado selecionado e comparável com o Grupo CCR.</p> <p>Pesquisas salariais, com consultorias especializadas, são realizadas periodicamente, a fim de verificar a necessidade de atualização das faixas salariais e múltiplos de salários da remuneração variável.</p> <p>As alterações salariais podem ocorrer por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades, resultante da avaliação periódica das competências comportamentais;</li> <li>(b) promoção, em função do acesso a um nível de maior complexidade em relação ao atual;</li> <li>(c) reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e</li> <li>(d) enquadramento, decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência com base em pesquisas de mercado, para posicionar o salário-base no ponto inicial da faixa salarial do respectivo cargo.</li> </ul>
<b>Remuneração Variável</b>	<p>Composta pela Participação nos Lucros e Resultados (Lei n.º 10.101/00 e Acordo PLR), realizada conforme o cumprimento ou superação de metas empresariais, e pelo Programa de Gratificação de Longo Prazo (PGLP), quando aplicável.</p>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	<p>Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Naquilo que não contrariar o Acordo de Participação nos Lucros e/ou Resultados, a PLR é paga anualmente e deve ser pautada: (a) pelo incentivo aos profissionais da Companhia para que atuem na obtenção de melhores resultados anuais; (b) de acordo com a natureza da função do Diretor Estatutário da CCR e (c) sua contribuição e impacto para os resultados da Companhia, sempre de forma comparativa às metas e critérios estabelecidos em programa elaborado pela Companhia.</li> <li>• A PLR é devida aos membros da Diretoria Estatutária que tenham mantido vínculo empregatício com a Companhia durante o período de apuração do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).</li> <li>• A PLR tem como condição para pagamento (gatilho), o atingimento mínimo da meta financeira do Grupo CCR.</li> <li>• A PLR será calculada a partir de múltiplos salariais pré-definidos de acordo com o <i>grade</i> (resultado obtido através da avaliação de cargos) do diretor estatutário da CCR.</li> <li>• A PLR será composta por meta financeira e metas individuais, independentes uma da outra, com pesos que levam em consideração a natureza da função e sua contribuição direta para os resultados da Companhia: <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) Meta financeira do Grupo CCR decorrentes de indicadores definidos e aprovados pelo Conselho de Administração;</li> <li>(b) Metas individuais desdobradas a partir dos objetivos estratégicos da Companhia. A definição e a apuração das metas devem ser aprovadas em fóruns específicos.</li> </ul> </li> </ul> <p>Programa de Gratificação de Longo Prazo (PGLP):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O PGLP, a partir de 2023, é um incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas (Ações de Retenção e Ações de Performance) como forma de premiação para a Diretoria Executiva e colaboradores considerados estratégicos para o Grupo CCR, em decorrência de avaliação de performance superior e com o objetivo de motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e de seus acionistas para o crescimento e perpetuidade da empresa.</li> <li>• O incentivo financeiro do PGLP ocorre pela valorização da ação da CCR e proporcional ao atingimento da meta do TSR nas Ações por Performance, após um prazo de carência pré-determinado (<i>vesting</i>), no qual o colaborador outorgado deve permanecer no Grupo CCR. O cálculo do TSR é feito com base na variação entre o valor inicial da ação (CCRO3) no ano-base e o valor da ação apurada no ano anterior ao resgate, adicionando-se os dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no período.</li> <li>• O valor do PGLP outorgado aos participantes do programa está diretamente relacionado a um múltiplo salarial, em função do <i>grade</i> da posição ocupada e à posição na matriz de desempenho e potencial do participante no respectivo ano.</li> <li>• Após o período de carência, o outorgado tem a opção de efetuar resgates até o prazo máximo definido para o programa.</li> </ul>
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O pacote de remuneração também é composto por benefícios que incluem assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, alimentação e previdência privada.</li> <li>• A Companhia: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não adota mecanismos de remuneração e indenização para administradores destituídos de seus cargos ou aposentados. Contudo, quando do desligamento de administradores e demais colaboradores de alto escalão, cabe ao Conselho de Administração, em cada caso concreto, a seu exclusivo critério, deliberar sobre o pagamento de valores indenizatórios e/ou verbas e gratificações rescisórias a tais pessoas, levando-se em consideração a sua trajetória profissional no Grupo CCR.</li> </ul> </li> </ul>



**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****3.2. Desempenho CCR**

(R\$ milhares)	2023	2022	Varição %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	19.921.329	20.150.120	-1,1%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	15.973.127	18.531.654	-13,8%
- Receita de Pedágio	8.264.206	7.410.995	11,5%
- Outras Receitas	7.708.921	11.120.659	-30,7%
Deduções da Receita Bruta	(988.604)	(968.429)	2,1%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	14.984.523	17.563.225	-14,7%
(+) Receita de Construção	3.948.202	1.618.466	143,9%
Custos e Despesas (a)	(12.888.313)	(9.323.627)	38,2%
- Depreciação e Amortização	(1.573.148)	(1.732.920)	-9,2%
- Serviços de Terceiros	(1.603.160)	(1.529.055)	4,8%
- Custo da Outorga	(200.222)	(152.274)	31,5%
- Custo com Pessoal	(2.181.213)	(2.199.178)	-0,8%
- Custo de Construção	(3.948.202)	(1.618.466)	143,9%
- Provisão de Manutenção	(482.782)	(315.319)	53,1%
- Outros Custos	(2.763.164)	(1.599.458)	72,8%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(136.422)	(176.957)	-22,9%
EBIT ajustado	6.044.412	9.858.064	-38,7%
Margem EBIT ajustada (b)	40,3%	56,1%	-15,8 p.p.
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	-29,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	(149.661)	(79.092)	89,2%
EBIT (c)	6.074.143	10.033.085	-39,5%
Margem EBIT	32,1%	52,3%	-20,2 p.p.
(+) Depreciação e amortização	1.573.148	1.732.920	-9,2%
EBITDA (c)	7.647.291	11.766.005	-35,0%
Margem EBITDA	40,4%	61,3%	-20,9 p.p.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

(R\$ milhares)	2023	2022	Varição %
(+) Provisão de manutenção (d)	482.782	315.319	53,1%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	136.422	176.957	-22,9%
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(179.392)	(254.113)	-29,4%
(+/-) Participação dos acionistas não controladores	149.661	79.092	89,2%
(+/-) Efeitos não recorrentes (f)	(465.989)	(5.219.592)	-91,1%
EBITDA ajustado (f)	7.770.775	6.863.668	13,2%
Margem EBITDA ajustada (f)	58,8%	56,4%	2,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.212.477)	(3.107.173)	3,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	179.392	254.113	-29,4%
(-) Provisão de manutenção (d)	(482.782)	(315.319)	53,1%
(-) Apropriação de despesas antecipadas (e)	(136.422)	(176.957)	-22,9%
(-) Depreciação e amortização	(1.573.148)	(1.732.920)	-9,2%
(+/-) Efeitos não recorrentes (f)	465.989	5.219.592	-91,1%
Lucro Antes do IR & CS	3.011.327	7.005.004	-57,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.156.826)	(2.792.824)	-58,6%
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	1.854.501	4.212.180	-56,0%
Participação dos Acionistas não Controladores	(149.661)	(79.092)	89,2%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.704.840	4.133.088	-58,8%
Endividamento bruto (g)	30.654.269	29.031.254	5,6%
Investimentos (caixa)	5.279.603	2.719.056	94,1%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.174.867	1.117.396	5,1%

(a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas.

(b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(c) Calculados de acordo com a Resolução CVM n.º 156/2022. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

(d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(f) Os efeitos não recorrentes, em 2022: a receita de reequilíbrio da BH Airport de R\$ 134.335 mil, a receita da dissolução das empresas Alba Concessions e Alba Participations de R\$ 132.101 mil, os custos do Acordo de Haveres e Deveres da RodoNorte de R\$ 335.205 mil, a receita da venda da TAS de R\$ 505.246 mil, a receita do reequilíbrio da AutoBAN de R\$ 5.254.058 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 470.943 mil. Em 2023: a receita de reequilíbrio da BH Airport de R\$ 27.855 mil, os custos de devolução do terreno do NASP de R\$ 121.376 mil, a receita do Acordo da Barcas de R\$ 569.921 mil, a receita do reequilíbrio da Aeris de R\$ 192.131 mil, a receita do reequilíbrio da ViaQuatro de R\$ 682.607 mil, a receita do reequilíbrio da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 de R\$ 297.892 mil, o custo da provisão de contingência de multas na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 68.548 mil, os custos do TAC da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 150.000 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

futuro na ViaOeste de R\$ 964.522 mil. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se os efeitos não recorrentes na receita e ainda a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS e CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(g) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

### Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

Principal componente da receita operacional bruta, a receita de pedágio totalizou R\$ 8.264.206 mil em 2023 (+11,5% sobre 2022) e representou 51,7% do total da receita bruta, excluindo-se a receita de construção. A variação deste componente da receita é consequência do aumento das tarifas médias de 6,0%, além da recuperação de tráfego, que apresentou crescimento de 4,7%, em comparação ao ano anterior, e ainda da contribuição da RioSP durante todo o ano de 2023 e 10 meses em 2022. Compensando parcialmente esses efeitos, houve o encerramento da NovaDutra em 28 de fevereiro de 2022. O bom desempenho observado no tráfego também se deve ao início da cobrança dos eixos suspensos em veículos com o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), em todas as rodovias do grupo, exceto ViaLagos, ViaRio e Renovias, representando aproximadamente 4,0% do total de eixos equivalentes comerciais do 4T23.

A rubrica de outras receitas brutas apresentou queda de 30,7% devido, majoritariamente, ao efeito do reequilíbrio da AutoBAn, de R\$ 5.254.058 mil em 2022, parcialmente compensado em 2023 pelos efeitos (i) da receita do acordo de Barcas, de R\$ 569.921 mil, (ii) da receita de reequilíbrio da Aeris, de R\$ 192.131 mil, (iii) da receita de reequilíbrio da ViaQuatro, de R\$ 682.607 mil, e (iv) da receita de reequilíbrio da ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, de R\$ 297.892 mil.

### Custos e despesas totais

Houve acréscimo de 38,2% em relação a 2022, totalizando R\$ 12.888.313 mil em 2023. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 1.573.148 mil em 2023. A redução de 9,2% decorreu, principalmente, da provisão de *impairment* registrada na ViaOeste, no montante aproximado de R\$ 98.335 mil, além da TAS que contribuiu com aproximadamente R\$ 24.169 mil, ambos em 2022.
- A rubrica de serviços de terceiros totalizou R\$ 1.603.160 mil em 2023, com acréscimo de 4,8%. Esse resultado decorreu, majoritariamente, pelas contribuições da ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, Blocos Sul e Central, Pampulha e RioSP, durante todo o ano de 2023, enquanto que em 2022 essas empresas contribuíram parcialmente.
- O custo da outorga atingiu R\$ 200.222 mil em 2023. O acréscimo de 31,5% reflete o aumento das outorgas variáveis, em consequência do aumento de passageiros transportados em BH Airport e Curaçao, além do aumento da receita de pedágio na AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias, devido à melhora no tráfego de veículos. Em 2023, o percentual de outorga variável na ViaOeste foi de 3%, enquanto em 2022 foi de 1,5%, impacto de R\$ 22.461 mil na comparação entre os períodos.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 2.181.213 mil em 2023, registrando queda de 0,8%. Essa redução foi reflexo, principalmente, da alienação da TAS em julho de 2022 com impacto de R\$ 213.133 mil, compensado parcialmente pelo efeito do dissídio médio salarial de aproximadamente 5,57% realizado em 2023, e das contribuições da ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, Blocos Sul e Central, Pampulha e RioSP durante todo o ano de 2023 e que impactaram parcialmente durante o ano de 2022.
- Os custos de construção atingiram R\$ 3.948.202 mil, aumento de 143,9% em relação a 2022. A variação refletiu, majoritariamente, o efeito (i) das obras de adequação, implantação de melhorias e investimentos

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

obrigatórios nos Blocos Sul e Central, e (ii) do aumento no volume de investimentos na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e na RioSP, conforme previsto no cronograma de investimentos acordado com o Poder Concedente.

- A provisão de manutenção atingiu R\$ 482.782 mil em 2023, registrando aumento de 53,1%. O aumento decorreu, principalmente, do efeito das provisões do novo ciclo de manutenção do pavimento na SPVias e na AutoBAn, em função do acordo definitivo firmado com o Poder Concedente.
- Os outros custos atingiram R\$ 2.763.164 mil em 2023, em comparação a R\$ 1.599.458 mil em 2022, crescimento de 72,8%. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função dos efeitos em 2023 (i) na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 os custos da provisão de contingência de multas no montante de R\$ 68.548 mil e os custos do TAC no montante de R\$ 150.000 mil, e (ii) na ViaOeste, o reconhecimento de aproximadamente R\$ 964.522 mil por dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro e, portanto, são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos efeitos não recorrentes em 2022 (i) da venda da TAS, no montante de R\$ 505.246 mil, e (ii) o reconhecimento de aproximadamente R\$ 470.943 mil na ViaOeste, por dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro.

### Resultado financeiro

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 3.212.477 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 3.107.173 mil em 2022. O aumento de 3,4% reflete, principalmente, o saldo de dívida bruta 5,6% maior entre os períodos. Houve ainda, o efeito do aumento do CDI médio entre os períodos comparados de 0,73 p.p., compensado parcialmente pela redução do IPCA entre os períodos comparados em 1,16 p.p..

### Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora

Em 2023, o lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora atingiu R\$ 1.704.840 mil, apresentando uma redução de 58,8% em relação ao ano de 2022.

### Endividamento Bruto

Em 2023, o endividamento bruto consolidado alcançou R\$ 30.654.269 mil, em comparação a R\$ 29.031.254 mil em 2022, aumento de 5,6%.

Ao longo de 2023, a Companhia contratou dívidas, principalmente, em função das obrigações inerentes aos novos negócios conquistados em 2021, como Blocos Sul e Central e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

Além disso, a Companhia concluiu a maior emissão de debêntures verdes de infraestrutura ocorrida no mercado de capitais brasileiro, que se tem notícia até o momento, sendo que o desembolso ocorreu em abril de 2023. Tal emissão contou com certificação de debênture sustentável, conforme legislação em vigor, tendo em vista que os recursos serão aplicados em transporte de baixa emissão de carbono.

As dívidas em dólar representavam 5,69% do endividamento bruto total, e como informação adicional, em 31 de dezembro de 2023, a exposição líquida em dólar das empresas com receitas em reais era de US\$ 12.174 mil, referente aos fornecimentos de equipamentos para a ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

Neste mesmo período, a dívida bruta pró-forma (inclui também empresas não controladas na proporção de participação da CCR) era de R\$ 32.216.545 mil.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2023, os investimentos somaram R\$ 5.279.603 mil. As concessionárias que mais investiram foram a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, RioSP, ViaSul e Bloco Sul, representando, respectivamente, 38,4%, 17,4%, 10,6% e 7,0% do total.

Na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, houve desembolsos, principalmente, em função da compra de equipamentos, material rodante e revitalização de via permanente. Na RioSP os investimentos foram focados (i) na recuperação de pavimento, (ii) nas duplicações de diversos trechos da BR-116 e da BR-101 e, (iii) no sistema de iluminação da rodovia. Na ViaSul, houve desembolsos, majoritariamente, com duplicações em múltiplos trechos da BR-386, recuperação de pavimento e implantações de dispositivos de segurança. Os investimentos do Bloco Sul foram focados na ampliação e adequação dos aeroportos para atendimento às especificações mínimas da infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço.

### Dividendos Pagos

Em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor de R\$ 73.829 mil (ano base 2022), correspondentes a, aproximadamente, R\$ 0,04 por ação ordinária, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2023, realizada em 19 de abril de 2023.

Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos relativos ao saldo da Reserva de Lucros a Realizar constituída no exercício de 2022, no valor de R\$ 316.198 mil (ano base 2022), correspondentes a, aproximadamente, R\$ 0,16 por ação ordinária, *ad referendum* da AGO, que será realizada em abril de 2024.

Destacou-se em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 404.899 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2023. Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 131.322, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023. Ambos os valores deverão ser pagos após a ratificação na AGO de 2024.

## 4. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2023, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- **ICO2 2023:** Pelo 13º ano consecutivo, a CCR integrou a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3.
- **ISE 2023:** O Grupo CCR integra pela 13ª vez consecutiva a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.
- **Programa Brasileiro GHG Protocol:** Pelo 10º ano consecutivo, o Grupo CCR recebeu o Selo Ouro do PBGHG – Programa Brasileiro GHG Protocol.
- **Melhores do ESG 2023 do Guia Exame:** Destaque na categoria de Transporte e Logística do Prêmio, que reconhece as empresas que mais contribuem para a evolução da sustentabilidade e para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.
- **A BH Airport** conquistou os seguintes prêmios e reconhecimento: (i) Prêmio ASQ de Compromisso com a Satisfação do Cliente, (ii) Prêmio Aeroportos Sustentáveis, da ANAC, na categoria +5 milhões de Passageiros, (iii) Prêmio Via Viva 2023 – Categoria Índice de Desempenho Ambiental, e (iv) Reconhecimento da Assembleia e Conferência Anual do Conselho Internacional de Aeroportos da América Latina e Caribe,

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

em 2023, pelo inovador programa de implantação de 400HZ, reduzindo significativamente o consumo de carbono e o ruído no pátio.

- O **Aeroporto Internacional Mariscal Sucre**, administrado pela Quiport, obteve os seguintes reconhecimentos da Airport Service Quality (ASQ): **(i)** Aeroporto Líder da América do Sul, - Certificação de Experiência do Passageiro no nível 5 (o mais alto possível) - **(ii)** Melhor aeroporto da América Latina e do Caribe, atendendo entre 5 e 15 milhões de passageiros, **(iii)** Melhor aeroporto da América Latina e do Caribe, atendendo entre 5 e 15 milhões de passageiros, **(iv)** Aeroporto com a equipe mais dedicada da América Latina e do Caribe, **(v)** Aeroporto mais agradável da América Latina e do Caribe, **(vi)** Aeroporto mais limpo da América Latina e do Caribe, **(vii)** Prêmio do Diretor Geral da ACI Mundial por Excelência, concedido aos aeroportos que acumularam múltiplos prêmios ao longo de um período de cinco anos, nos últimos 10 anos, como parte do programa ASQ (Airport Service Quality).
- O **Aeroporto de Imperatriz** conquistou os seguintes prêmios: **(i)** Melhor Aeroporto Regional do Nordeste, e **(ii)** Melhor Aeroporto Regional do Brasil no prêmio Aviação + Brasil 2023.
- O **Aeroporto Juan Santamaria**, administrado pela Aeris, conquistou os seguintes reconhecimentos: **(i)** melhor aeroporto da América Central em 2023 pelo World Airport Awards 2023 de Skytrax, **(ii)** pelo desenvolvimento do plano estratégico de gestão ambiental para um aeroporto sustentável pela Assembleia e Conferência Anual do Conselho Internacional de Aeroportos da América Latina e Caribe (ACI) em 2023. Também obteve a certificação nível 3 de "Customer Experience" conferida pelo Conselho Internacional de Aeroportos em 2023.
- **Top Open Corps:** A Companhia ficou no Top 3 da categoria Saneamento, Gestão de Resíduos e Infraestrutura no TOP Open Corps.
- **Institutional Investor:** O Grupo CCR foi reconhecido no ranking "Latin American Executive Team", da Institutional Investor. No total, a CCR conquistou sete categorias no pódio no segmento Transportation.
- **Certificação AA do MSCI:** A CCR recebeu a avaliação AA do MSCI ESG Rating, que considera as práticas das três dimensões ESG, ocupando o 1º lugar no mercado nacional no setor de Transporte e Infraestrutura.
- **Valor Inovação:** A CCR foi classificada entre as cinco empresas mais inovadoras do País no setor de infraestrutura segundo Prêmio Valor Inovação Brasil 2023, que lista companhias com as melhores práticas de inovação a partir de uma pesquisa da consultoria Strategy&, da PWC.
- **Valor 1000:** A lista que classifica as 1000 maiores empresas do Brasil trouxe a CCR como a melhor do setor de Transportes e Logística.
- **Melhores da Dinheiro:** A Companhia foi apontada como "A Empresa do Ano" e ficou com o 1º lugar do setor de Serviços de Transporte, além de ser reconhecida como Destaque em Sustentabilidade Financeira.
- **Estadão Mais:** O Grupo CCR está entre as 5 empresas brasileiras com as melhores práticas em Sustentabilidade e Mudanças Climáticas, segundo o prêmio Empresas Mais, do Jornal O Estado de S. Paulo.
- **Prêmio Maiores e Melhores do Transporte:** A AutoBAn venceu as categorias Concessionária de Rodovias e Melhores Empresas do Transporte no Setor de Serviços do prêmio Maiores & Melhores do Transporte, um dos mais importantes do setor no Brasil.
- **Top Of Mind de RH:** O Grupo CCR está entre as cinco empresas mais lembradas por profissionais de gestão de pessoas quando o assunto é Promoção de Saúde dos colaboradores.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **CCR é um excelente lugar para trabalhar pela GPTW:** A CCR foi certificada pelo Great Place to Work® (GPTW) Brasil como um excelente lugar para trabalhar, com um índice de confiança de 83%.
- **Prêmio Destaque ANTT 2023:** A RioSP, MSVia e ViaCosteira foram reconhecidas pelas iniciativas desenvolvidas em benefício aos usuários, colaboradores, meio ambiente e sociedade.
- **Laqus Premia 2023:** A CCR conquistou o reconhecimento na categoria Líder em Eficiência estratégica.
- **Prêmio Aberje de Comunicação:** Os *cases* de comunicação “Segue o Trilho”, da ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, e “Free Flow – Sua viagem vai que vai”, de CCR Rodovias, venceram as etapas regionais (São Paulo e Rio de Janeiro/Espírito Santo) do Prêmio Aberje, uma das maiores premiações de comunicação corporativa do país.
- **Seleção Clap 2023:** Novo *site* do Grupo CCR está na seleção do Clap 2023 - uma das mais relevantes premiações para trabalhos gráficos realizados em países de língua espanhola e portuguesa, na categoria “melhor design de site para uma organização”.
- **Golden Tombstone IBEF 2023:** O Golden Tombstone IBEF 2023 premiou a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 na categoria *Debt*, que reconhece anualmente as empresas e os agentes envolvidos nas melhores operações financeiras de captação de recursos.
- **Pesquisa CNT de Rodovias:** A Rodovia dos Lagos (RJ-124) foi considerada a melhor do país segundo a 26ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias 2023, da Confederação dos Transportes.
- **4º InovaInfra:** Dois projetos do Grupo CCR foram premiados pela iniciativa que reconhece projetos inovadores desenvolvidos e aplicados em obras por concessionárias ou empresas de engenharia: Inovação Aberta com o Desafio de Economia de Combustível e Projeto de Construção e monitoramento de trecho experimental em acostamento da Via Dutra.

### 5. Considerações finais

#### 5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

#### 5.2. Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### 5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### 5.4. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, a todos os colaboradores do Grupo CCR e demais *stakeholders*.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024.

A Administração.

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. (CCR ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, à Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sob a sigla "CCRO3".

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.615 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional.

No segmento de mobilidade urbana, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos e barcas, que somam aproximadamente 188,5 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a CCR possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CCR de forma direta ou indireta:

#### Holding e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR USA (em liquidação)	USA	CCR España Emprendimientos	100
CPC	Brasil	CCR	100
Controlar (em liquidação)	Brasil	SIP	49,57
Lam Vias	Brasil	CCR	100
SIP	Brasil	CCR	100
SPCP	Brasil	CCR	100

## Notas Explicativas

### Rodovias

Concessões	País	Investidoras	% de participação	KMs	Fim da concessão
AutoBAn	Brasil	CCR	100	317	Dezembro de 2037
ViaCosteira	Brasil	CCR	100	220,4	Agosto de 2050
ViaLagos	Brasil	CCR	100	57	Janeiro de 2047
MSVia	Brasil	CCR	100	845,4	Abril de 2044
ND (a)	Brasil	CCR	100	-	-
PRN (em liquidação) (a)	Brasil	CCR	100	-	-
RDN (a)	Brasil	CCR	100	-	-
Renovias	Brasil	CCR	40	345,7	Outubro de 2024
RioSP	Brasil	CCR	100	626	Fevereiro de 2052
RodoAnel Oeste	Brasil	CCR	99,59	32	Maio de 2038
SPVias	Brasil	CCR	100	516	Setembro de 2029
ViaOeste	Brasil	CCR	100	169,3	Março de 2025
ViaRio	Brasil	CCR	66,66	13	Abril de 2047
ViaSul	Brasil	RS Holding	100	473,4	Fevereiro de 2049

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Inovap 5 (em liquidação)	Brasil	CCR	100
RS Holding	Brasil	CCR	100
Samm	Brasil	CCR	100

(a) As concessões foram encerradas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.

### Mobilidade Urbana

Concessões	País	Investidoras	% de participação	KMs	Fim da concessão
Barcas	Brasil	CCR	100	-	Fevereiro de 2025
Metrol Bahia	Brasil	CCR	100	41	Outubro de 2043
Linha 15 (b)	Brasil	CCR	80	-	-
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	Brasil	CCR	83,34	27,8	Agosto de 2038
ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	Brasil	CCR	80	78,9	Janeiro de 2052
VLT Carioca	Brasil	CCR	95,17	28	Dezembro de 2038
ViaQuatro	Brasil	CCR	75	12,8	Junho de 2040

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
ON Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	100
ATP	Brasil	Barcas	100
Five Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	100
Four Trilhos	Brasil	ViaQuatro	100
MTH	Holanda	CCR	100

(b) Licitação suspensa. Aguarda-se a adjudicação da concessão, que terá prazo de 20 anos, a partir da data da emissão de ordem de início da operação comercial da Linha 15 – Prata.

## Notas Explicativas

### Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeropuertos	42,50	1	Maio de 2036
		Desarrollos	52,40		
		Terminal	2,60		
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curaçao	CCR España Concesiones	39
		CPA	51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimientos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IBSA BVI	USA	Green Airports	50
		SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
IAF	Espanha	CPC	46,50
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimientos	100
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiama	USA	CCR España Empreendimientos	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

### Outras informações

As concessões do Grupo CCR consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

## Notas Explicativas

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

### Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e Barcas, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

### 1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

#### 1.1.1. Principais eventos regulatórios

##### a. Termos Aditivos n.ºs 7, 8 e 9 – VLT Carioca

Em 11 de janeiro de 2023, foi celebrado o 7º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de alteração das cláusulas 1.3 e 20 do contrato de concessão original, no tocante às garantias prestadas pelo município referentes aos pagamentos de aportes públicos e contraprestações pecuniárias, que anteriormente estavam vinculadas a Fundo de Investimento Imobiliário. As garantias foram substituídas por cessão fiduciária pelo Poder Concedente à concessionária sobre as receitas patrimoniais municipais oriundas de concessões e permissões de uso e de conta depósito.

Em 26 de setembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de (i) incorporar ao contrato obras adicionais à implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), no montante de R\$ 38.282, a ser pago via aporte público, mediante comprovação de marcos contratuais; (ii) implementar a recomposição de equilíbrio econômico-financeiro, no montante de R\$ 25.972, referente a obras já executadas na implantação do TIG, sendo que esse valor foi pago via aporte público no dia 7 de novembro de 2023; (iii) reduzir de 60 para 30 dias o prazo de aprovação e pagamento de marcos contratuais sobre as obras de implantação do TIG; e (iv) incluir cláusula contratual estabelecendo que, a partir da entrada em operação do TIG e para efeito do cálculo da CAT B (mitigação do risco de demanda devida pelo Poder Concedente), será utilizada a curva de demanda prevista no contrato de concessão a partir do ano 8, aplicando-se um *ramp up* de 50%, 70%, 90% e 100%, respectivamente, nos primeiros quatro trimestres. Ao final dos quatro trimestres, será aplicada a curva de demanda integral do 9º ano em diante.

## Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2023, foi celebrado o 9º Termo Aditivo entre o VLT Carioca e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de (i) recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor da concessionária, em razão da operação da Extensão VLT no valor de R\$ 48.800, valores na data-base de junho de 2023, a ser pago em parcelas mensais pelo Poder Concedente à concessionária, entre abril de 2024 e o final do contrato de concessão (dezembro de 2038) e (ii) incorporar ao contrato de concessão a operação e a manutenção do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), mediante exploração das receitas comerciais dele advindas. A recomposição de R\$ 48.800 foi registrada na rubrica contas a receber com os Poderes Concedentes em contrapartida do ativo intangível.

### b. Termo de Acordo – Barcas

Em 3 de fevereiro de 2023, foi celebrado Termo de Acordo entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro, tendo como objeto, dentre outros, (i) assegurar a continuidade da prestação do serviço público de transporte aquaviário pela concessionária após o encerramento do prazo original de vigência do contrato de concessão (11 de fevereiro de 2023), bem como conferir ao Estado um prazo de até 24 meses para concluir os estudos e realizar licitação objetivando nova concessão, sendo que esse prazo será constituído de um primeiro período de até 12 meses e de eventual prazo complementar, não superior a 12 meses e (ii) definir valor e prazo para pagamento de indenização à concessionária pelos custos operacionais incorridos na prestação do serviço público, baseados nos custos reais da operação, excluída toda e qualquer margem de lucro contratualmente prevista, observadas as condições precedentes previstas no Termo de Acordo.

Em 2 de março de 2023, o Termo de Acordo foi homologado pelo Juízo de Direito da 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

No âmbito do Termo de Acordo, o Estado reconheceu a obrigação de indenizar Barcas, no montante de R\$ 598.939, na data-base de dezembro de 2020 (R\$ 704.496 na data-base de março de 2023 - data da homologação), pelos custos operacionais incorridos referentes ao 2º, 3º e 4º quinquênios, atualizado pela variação IPCA até a data do pagamento.

Desta forma, na data da homologação, foi reconhecido como receita operacional, o montante atualizado de R\$ 566.923, o qual está líquido do saldo de R\$ 137.573 que já estava reconhecido como Contas a receber dos Poderes Concedentes. Até dezembro de 2023, foi recebido o montante de R\$ 472.865.

## Notas Explicativas

Adicionalmente, o Termo de Acordo também disciplinou os pagamentos, pelo Estado, de valores referentes ao 5º quinquênio, ao período complementar e eventual período complementar adicional de prestação do serviço público, cujos valores serão apurados e homologados oportunamente nos termos e condições previstos no Termo de Acordo.

Em 20 de dezembro de 2023, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana, enviou ofício à Barcas manifestando a necessidade de sua continuidade na prestação do serviço de transporte aquaviário pelo período complementar adicional, certo e não superior a 12 (doze) meses, contados a partir de 11 de fevereiro de 2024.

### c. Termo Aditivo n.º 3/2023 – MSVia

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a MSVia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025.

Esse aditivo de prorrogação de prazo aconteceu nessas condições, pois a concessão se encontra em processo de relicitação, tendo expirado o prazo máximo previamente pactuado.

Tendo em vista a ausência de outras disposições contratuais relacionadas, os efeitos contábeis decorrentes deste aditivo são apenas de movimentação ordinária do saldo indenizável, em atenção aos critérios previstos na regulação aplicável.

### d. Termo Aditivo n.º 4 – Aeris Holding Costa Rica

Em 30 de maio de 2023, foi aprovado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da operação do Aeroporto Juan Santamaria, firmado pela Aeris com a gestora do Aeroporto Internacional Juan Santamaria e o Consejo Técnico de Aviación Civil, que entrou em vigor em 30 de maio de 2023.

O aditivo tem por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas incorridas pela Aeris relativas à pandemia da COVID-19, por meio de (i) implementação de uma tarifa adicional a ser cobrada dos passageiros do Aeroporto e (ii) extensão do prazo da concessão por 10 anos adicionais ao período originalmente contratado, passando o término do contrato para 5 de maio de 2036, reconhecida como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida a receita no resultado da Aeris, no montante de R\$ 192.131 (USD 38.558 mil).

### e. Termo Aditivo Modificativo n.º 26 – ViaOeste

Em 28 de junho de 2023, foi celebrado o 26º Termo Aditivo entre a ViaOeste e o Estado de São Paulo, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para 29 de março de 2025, mediante a inclusão de novos investimentos na concessão, reconhecimento de desequilíbrio financeiro de processos administrativos em favor da ViaOeste e repasse, ao Poder Concedente, do percentual de 20,71% da receita de arrecadação, correspondente ao excedente tarifário.

O valor total dos investimentos incluídos na concessão deve ser apurado pela ARTESP no prazo de até 120 dias da celebração do referido TAM, e o valor dos processos administrativos reequilibrados deve ser submetido à instrução técnica e deliberação pela ARTESP no prazo de até 180 dias da data de assinatura do aditivo, já transcorridos. A concessionária aguarda posicionamento da ARTESP acerca dessas questões.

## Notas Explicativas

### f. Reequilíbrio Cautelar – COVID-19 – Concessionárias de São Paulo

Em 29 de junho de 2023, concomitantemente ao reajuste anual das tarifas de pedágio da AutoBAn, SPVias e RodoAnel Oeste, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos com a autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, incluiu, na tarifa básica de pedágio, o valor adicional de R\$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, inclusive das perdas incorridas dos efeitos da pandemia da COVID-19 na demanda das concessionárias supracitadas. Nessa mesma data, foi autorizado reajuste de 3,935829% (variação do IPCA) na tarifa de pedágio da Renovias, também como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais.

### g. Reequilíbrio COVID-19 – ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17

Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o 8º Termo Aditivo entre a ViaQuatro e o Estado de São Paulo, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 4 – Amarela, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R\$ 682.607, e deverá ser integralmente quitado até 21 de junho de 2040.

Na mesma data, foi celebrado o 2º Termo Aditivo entre a ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 e o Estado de São Paulo, tendo também como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devido às perdas de receita tarifária resultantes da redução de demanda de passageiros na Linha 5 – Lilás, advinda da pandemia da COVID-19, no valor de R\$ 297.891, e deverá ser integralmente quitado até 8 de agosto de 2038.

Os valores acima serão recebidos na forma de adicional tarifário e foram registrados na rubrica de receita operacional em contrapartida ao contas a receber dos Poderes Concedentes. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 8.1.

### h. Reequilíbrio COVID-19 – BH Airport

Em 7 de dezembro de 2023, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão da BH Airport, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da concessionária, no valor de R\$ 28.073, em razão dos prejuízos causados, no ano de 2023, pela pandemia da COVID-19. Essa recomposição foi registrada como receita em contrapartida ao contas a receber dos Poderes Concedentes e, após anuência do Ministério de Portos e Aeroportos, foi utilizada para reduzir o saldo passivo de outorga fixa a pagar. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 8.1.

## 1.1.2. Demais eventos relevantes

### a. Aquisição de participação – VLT Carioca

Em 28 de fevereiro de 2023, foi celebrado instrumento contratual para aquisição da totalidade das ações detidas pela OTP Mobilidade S.A. (OM), OTP S.A. e Gumi Brasil Participações S.A. no VLT Carioca, equivalente a 1,3473% de seu capital social na data do instrumento, bem como a cessão à CCR da totalidade dos direitos creditórios, principalmente mútuos, detidos pela OM no VLT Carioca.

Em 14 de julho de 2023, após a satisfação das condições precedentes, a transação foi concluída, mediante pagamento de R\$ 50.719 e transferência para a Companhia, a partir desta data, da totalidade das ações e dos direitos creditórios detidos pela OM no VLT Carioca. O ganho desta transação, no montante de R\$ 148.982, foi reconhecido no patrimônio líquido.

## Notas Explicativas

### b. Devolução de parte do terreno e não continuidade do projeto do NASP

A investida SPCP possui um terreno de 1.277 hectares, localizado nas cidades de Cajamar e Caieiras, no estado de São Paulo, adquirido inicialmente para desenvolvimento do NASP – Novo Aeroporto de São Paulo.

Em 29 de março de 2023, a Administração da Companhia decidiu por (i) tomar as medidas necessárias para devolução de aproximadamente 30% da área adquirida destinada ao desenvolvimento do NASP, sem contrapartida financeira, uma vez que o gatilho de devolução previsto no contrato de compra e venda do terreno foi atingido, por não ter se obtido, até o momento, o decreto de autorização para desenvolvimento de aeródromo privado e (ii) não dar continuidade ao projeto do NASP, mantendo o restante do terreno para valorização de capital.

Foi registrada provisão para devolução do terreno e custos de transferência de propriedade, no montante de R\$ 120.576, com contrapartida na rubrica Despesas, provisões e multas indedutíveis. Com relação à área que não será devolvida, seu valor foi reclassificado para Propriedade para investimento e mensurado pelo método de custo. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 15.

### c. Proposta de acordo e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - ViaMobilidade – Linhas 8 e 9

Em 17 de abril de 2023, a Companhia comunicou ao mercado que a ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 formalizou, naquela data, proposta de acordo junto ao Ministério Público Estadual e ao Estado de São Paulo, consistente na realização de novos investimentos, não previstos no contrato de concessão e que não induziriam o reequilíbrio contratual, buscando trazer melhorias adicionais, em continuidade aos esforços da concessionária para aprimoramento da prestação dos serviços relativos às Linhas 8 e 9 de trens metropolitanos.

A proposta foi objeto de tratativas entre as partes e, em 14 de agosto de 2023, resultou no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre a concessionária e o Ministério Público do Estado de São Paulo, com a anuência do Estado de São Paulo.

O TAC estabeleceu o arquivamento dos inquéritos instaurados pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e pela Promotoria de Justiça do Consumidor e o encerramento de discussões sobre a prestação de serviços da concessionária, que se comprometeu a pagar indenização de R\$ 150.000, registrada no balanço patrimonial como passivo, tendo como contrapartida o resultado do período.

A obrigação será cumprida em até 4 anos, por meio de (i) aprimoramento na infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 82.000, (ii) edificações de escolas ou centros educacionais, no montante de R\$ 50.000, (iii) investimento na estação Antônio João e construção do Centro Esportivo em Grajaú, no montante de R\$ 15.000, e (iv) pagamento ao Fundo de Interesses Difusos, no montante de R\$ 3.000, efetuado em 22 de dezembro de 2023.

Além disso, o TAC prevê a antecipação da realização de investimentos contratuais, com valor aproximado de R\$ 636.000, sem que isso represente qualquer tipo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

### d. Encerramento da transação de venda da Samm

Em 28 de dezembro de 2023, a CCR encerrou a transação de venda da totalidade das quotas de sua controlada Samm, em razão do não cumprimento, pela compradora Luna Fibra S.A., de condição precedente prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 27 de dezembro de 2022.

## Notas Explicativas

A CCR reforça que continuará sua estratégia de revisão do portfólio e de alocação de capital e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre novas oportunidades para alienação da Samm, consequentemente, o ativo permanece classificado como mantido para venda no balanço patrimonial.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

#### Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 6 de fevereiro de 2024, o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 8 de fevereiro de 2024.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas nas notas explicativas:

15. **Propriedade para investimento:** determinação se um ativo deve ser classificado como propriedade para investimento;

## Notas Explicativas

26. **Ativos e passivos mantidos para venda:** determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda;

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.9. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
14. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 18.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
19. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
23. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Base de consolidação

##### Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

## Notas Explicativas

### Controladas e controladas em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa n.º 12.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. A eliminação é demonstrada como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida; e
- As participações de acionistas não controladores, no patrimônio líquido e no resultado do exercício nas controladas, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.

## Notas Explicativas

### 3.2. Moeda estrangeira

#### Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

#### Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e às IFRS, e posteriormente convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

### 3.3. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

As receitas de multimídia (telecomunicações) são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. O Grupo CCR também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

## Notas Explicativas

Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes são reconhecidas como complemento da receita das concessionárias, à medida que as concessionárias têm o direito de serem remuneradas pelos Poderes Concedentes em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber dos Poderes Concedentes, oriundos de demanda real inferior à demanda projetada nos Contratos de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21.

### 3.4. Instrumentos financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

## Notas Explicativas

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## Notas Explicativas

### Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Ativo financeiro a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o

## Notas Explicativas

dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

**Hedge de valor justo:** *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

## Notas Explicativas

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

**Hedge de fluxo de caixa:** *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

## Notas Explicativas

### Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

#### 3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

#### 3.7. Ativo imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

##### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

## Notas Explicativas

### 3.8. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 14.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.16.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

### 3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

#### Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

## Notas Explicativas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## Notas Explicativas

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.11. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

### 3.12. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### 3.13. Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

## Notas Explicativas

### 3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

## Notas Explicativas

### 3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

### 3.16. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura, a exemplo do existente nas concessões da BH Airport, ViaMobilidade – Linhas 5 e 17, ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, Bloco Sul, Bloco Central, Pampulha e RioSP.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

## Notas Explicativas

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### 3.17. Informação por segmento

As informações por segmento são apresentadas de acordo com o IFRS 8 / CPC 22 – Informações por Segmento em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento e itens que possam ser alocados em bases razoáveis. As informações por segmento são elaboradas com base nos números contábeis e sem ajustes extracontábeis.

### 3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### 3.19. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente registrada pelo seu custo, compreendendo qualquer dispêndio diretamente atribuível, e subsequentemente mensurada pelo método de custo.

### 3.20. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

## Notas Explicativas

### 3.21. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 26.

### 3.22. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Grupo CCR adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

### 3.23. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

## 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

## Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

### Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### 5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 8, 11, 16, 17 e 23.

### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (4) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 11, 16, 17, 23 e 24.

As tarifas das concessões do Grupo CCR são reajustadas por índices de inflação.

### c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2023, a R\$ 841.888 (R\$ 920.458 em 31 de dezembro de 2022).

A Aeris e a CAP possuem operações com empréstimos e financiamentos em USD, que é a moeda funcional dessas investidas.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.ºs 16 e 23.

### d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar

## Notas Explicativas

o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	1.197.558	732.015	700.151	1.040.194	4.615.517
Fornecedores e outras contas a pagar	40.705	2.112	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas AFAC - partes relacionadas	1.782	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	1.196
Contas a pagar de operação com derivativos	405.180	-	-	-	-
	37.238	-	-	-	6.882

  

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	885.650	1.569.829	794.707	814.521	10.447.007
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais (a)	5.599.187	3.727.438	3.627.797	3.698.929	19.702.652
Fornecedores e outras contas a pagar	1.584.544	80.095	891	-	13
Mútuos com partes relacionadas	211.644	-	-	7.015	-
Mútuos cedidos a terceiros	153.226	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas AFAC - partes relacionadas	44.804	2.013	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	1.196
Contas a pagar de operações com derivativos	479.911	-	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	53.350	-	-	-	28.223
	282.225	173.681	155.911	155.911	2.866.181

(a) Valores brutos dos custos de transação.

## 6. Segmentos operacionais

### 6.1. Resultados dos segmentos operacionais

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir estão apresentados os resultados dos segmentos operacionais, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

## Notas Explicativas

	2023					2022				
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados (*)	Consolidado
Receitas brutas	10.202.347	7.051.703	2.662.433	4.846	<b>19.921.329</b>	13.868.363	3.972.156	2.299.971	9.630	<b>20.150.120</b>
Receitas financeiras	456.679	363.308	119.997	1.388.211	<b>2.328.195</b>	441.128	303.013	90.232	1.387.417	<b>2.221.790</b>
Despesas financeiras	(1.284.101)	(1.277.295)	(829.398)	(2.149.878)	<b>(5.540.672)</b>	(951.732)	(1.181.849)	(807.301)	(2.388.081)	<b>(5.328.963)</b>
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(843.144)	(307.231)	(356.728)	(66.045)	<b>(1.573.148)</b>	(1.050.970)	(293.552)	(330.357)	(58.041)	<b>(1.732.920)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(836.649)	(430.125)	118.068	(8.120)	<b>(1.156.826)</b>	(2.602.032)	(204.472)	702	12.978	<b>(2.792.824)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	51.929	-	127.890	(427)	<b>179.392</b>	148.662	-	105.870	(419)	<b>254.113</b>
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	1.375.735	1.048.390	144.026	(713.650)	<b>1.854.501</b>	4.841.415	551.173	396.403	(1.576.811)	<b>4.212.180</b>

(\*) CCR e SPCP.

## 6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2023					2022				
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	22.637.147	18.828.503	13.093.552	83.930	<b>54.643.132</b>	20.370.169	15.624.714	12.518.850	2.033.567	<b>50.547.300</b>
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	108.086	-	598.296	(293)	<b>706.089</b>	145.310	-	690.571	(1.115)	<b>834.766</b>
CAPEX	2.185.217	2.794.325	681.400	15.201	<b>5.676.143</b>	1.442.496	1.154.718	1.008.868	63.290	<b>3.669.372</b>
Passivos dos segmentos divulgáveis	(14.331.040)	(12.858.810)	(7.745.995)	(6.630.058)	<b>(41.565.903)</b>	(11.212.986)	(11.162.665)	(7.422.490)	(8.926.409)	<b>(38.724.550)</b>

## 7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	1.189	267	382.843	330.055
Aplicações financeiras (a)	580.165	713.080	4.165.874	4.899.018
<b>Total</b>	<b>581.354</b>	<b>713.347</b>	<b>4.548.717</b>	<b>5.229.073</b>

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>1.735.495</b>	<b>1.383.565</b>	<b>2.627.920</b>	<b>3.047.640</b>
Aplicações financeiras (a)	1.727.493	1.378.392	2.455.438	2.894.314
Conta reserva (b)	8.002	5.173	172.482	153.326
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>109.861</b>	<b>68.522</b>
Conta reserva (b)	-	-	109.861	68.522
<b>Total</b>	<b>1.735.495</b>	<b>1.383.565</b>	<b>2.737.781</b>	<b>3.116.162</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,05% do CDI, equivalente a 13,37% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,46% do CDI, equivalente a 12,74% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e  
 (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas n.ºs 16 e 17).

## Notas Explicativas

## 8. Contas a receber – Consolidado

## 8.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>2.313.189</b>	<b>3.106.055</b>
Contas a receber das operações (a)	969.982	915.388
Provisão para perda esperada (b)	(14.966)	(36.925)
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	1.358.173	2.227.592
<b>Não circulante</b>	<b>6.453.751</b>	<b>4.788.298</b>
Contas a receber das operações (a)	780	-
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	6.452.971	4.788.298
<b>Total</b>	<b>8.766.940</b>	<b>7.894.353</b>

- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias e metroviárias;
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
- (c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a: aporte, reequilíbrios, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, indenizações de custos operacionais e bens reversíveis e indenizáveis para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2022		2023				
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (g)	Transferência	Outros	Saldo final
<b>Circulante</b>	<b>2.227.592</b>	<b>634.160</b>	<b>(1.901.932)</b>	<b>417.318</b>	<b>(88.138)</b>	<b>69.173</b>	<b>1.358.173</b>
<b>Aporte (a)</b>	<b>89.668</b>	<b>-</b>	<b>(189.879)</b>	<b>14.494</b>	<b>-</b>	<b>183.384</b>	<b>97.667</b>
VLT Carioca	89.668	-	(189.879)	14.494	-	183.384	97.667
<b>Reequilíbrio (b)</b>	<b>112.443</b>	<b>28.073</b>	<b>(107.468)</b>	<b>-</b>	<b>217.895</b>	<b>(31.820)</b>	<b>219.123</b>
ViaQuatro	108.696	-	(107.468)	-	182.236	-	183.464
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	-	-	35.659	-	35.659
BH Airport	3.747	28.073	-	-	-	(31.820)	-
<b>Contraprestação pecuniária fixa (a)</b>	<b>538.554</b>	<b>6.498</b>	<b>(492.003)</b>	<b>2.592</b>	<b>493.578</b>	<b>954</b>	<b>550.173</b>
VLT Carioca	284.592	4.579	(212.606)	-	205.526	-	282.091
Metrô Bahia	253.962	1.919	(279.397)	2.592	288.052	954	268.082
<b>Contraprestação pecuniária variável (a)</b>	<b>36.393</b>	<b>89.860</b>	<b>(107.888)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.365</b>
VLT Carioca	31.463	21.578	(43.991)	-	-	-	9.050
Metrô Bahia	4.930	68.282	(63.897)	-	-	-	9.315
<b>Mitigação de demanda</b>	<b>279.613</b>	<b>292.935</b>	<b>(531.829)</b>	<b>-</b>	<b>191.742</b>	<b>-</b>	<b>232.461</b>
Metrô Bahia (c)	164.041	-	(197.487)	-	191.742	-	158.296
ViaQuatro (d)	45.856	125.607	(138.417)	-	-	-	33.046
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (d)	34.284	141.028	(144.127)	-	-	-	31.185
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (d)	35.432	26.300	(51.798)	-	-	-	9.934
<b>Indenizações de custos operacionais</b>	<b>-</b>	<b>216.794</b>	<b>(472.865)</b>	<b>361.880</b>	<b>134.575</b>	<b>-</b>	<b>240.384</b>
Barcas (e)	-	216.794	(472.865)	361.880	134.575	-	240.384
<b>Bens reversíveis e indenizáveis</b>	<b>1.170.921</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.352</b>	<b>(1.125.928)</b>	<b>(83.345)</b>	<b>-</b>
MSVia (f)	1.036.346	-	-	38.352	(991.353)	(83.345)	-
Barcas	134.575	-	-	-	(134.575)	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>4.788.298</b>	<b>1.173.593</b>	<b>-</b>	<b>678.691</b>	<b>88.138</b>	<b>(275.749)</b>	<b>6.452.971</b>
<b>Reequilíbrio (b)</b>	<b>1.207.685</b>	<b>980.499</b>	<b>-</b>	<b>60.325</b>	<b>(217.895)</b>	<b>-</b>	<b>2.030.614</b>
ViaQuatro	1.207.685	682.607	-	60.325	(182.236)	-	1.768.381
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	297.892	-	-	(35.659)	-	262.233
<b>Contraprestação pecuniária fixa (a)</b>	<b>3.544.663</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>596.413</b>	<b>(493.578)</b>	<b>35.609</b>	<b>3.683.107</b>
VLT Carioca	1.505.846	-	-	226.506	(205.526)	35.609	1.562.435
Metrô Bahia	2.038.817	-	-	369.907	(288.052)	-	2.120.672
<b>Mitigação de demanda</b>	<b>35.950</b>	<b>193.094</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(191.742)</b>	<b>-</b>	<b>37.302</b>
Metrô Bahia (c)	35.950	193.094	-	-	(191.742)	-	37.302
<b>Bens reversíveis e indenizáveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.953</b>	<b>991.353</b>	<b>(311.358)</b>	<b>701.948</b>
MSVia (f)	-	-	-	21.953	991.353	(311.358)	701.948
<b>Total</b>	<b>7.015.890</b>	<b>1.807.753</b>	<b>(1.901.932)</b>	<b>1.096.009</b>	<b>-</b>	<b>(206.576)</b>	<b>7.811.144</b>

- (a) Direito contratual de receber aporte público e/ou contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores

## Notas Explicativas

são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas. Como informação complementar da rubrica aporte, o montante de R\$ 183.384, apresentado na coluna de outros para o VLT Carioca, refere-se à transferência, do intangível (Infraestrutura em construção), de obras reequilibradas do TIG, conforme previsto no 5º, 8º e 9º Aditivos ao Contrato de Concessão;

- (b) Reequilíbrios aos contratos de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8), ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 (Termo Aditivo n.º 2) e BH Airport (determinação da ANAC), sendo o saldo de reequilíbrio de BH Airport utilizado para compensação da outorga a pagar e (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU, que será recebido pela ViaQuatro, através de adicional à tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6;
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda, em razão da demanda realizada ser menor em comparação à projetada, conforme anexo n.º 8 do contrato de concessão do Metrô Bahia. Do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2023, R\$ 158.296 é relativo ao 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023) e R\$ 37.302 é relativo aos 10 primeiros meses de apuração do 5º ano de operação plena (período de 1º de março de 2023 a 28 de fevereiro de 2024);
- (d) Saldo de mitigação de demanda para ViaMobilidade – Linhas 5 e 17, ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 e ViaQuatro, recebido ao longo do trimestre subsequente ao do fato gerador;
- (e) Indenização de Barcas a receber do Poder Concedente relativas aos 2º, 3º e 4º quinquênios, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023, o qual deverá ser liquidado até fevereiro de 2024;
- (f) Indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da devolução antecipada da concessão da MSVia, conforme legislação e regulamentação aplicável. Em função da formalização do TAM n.º 3/2023 que prorrogou o prazo para até março de 2025, houve uma transferência de curto para longo prazo. O montante de R\$ 394.703 apresentado na coluna de outros, refere-se: (i) R\$ 73.575 pela estimativa de perda segundo a Lei n.º 13.448/2017, tendo sido aplicada a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, (ii) R\$ 273.668 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1, (iii) R\$ 11.066 pela atualização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), e (iv) R\$ 36.394 pela transferência para imobilizado e intangível; e
- (g) Remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos.

### 8.2. Aging do contas a receber

<b>Idade de vencimentos dos títulos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Créditos a vencer	8.682.525	7.593.683
Créditos vencidos até 60 dias	28.712	103.105
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	55.703	61.508
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	7.427	32.753
Créditos vencidos há mais de 180 dias	7.539	140.229
<b>Total</b>	<b>8.781.906</b>	<b>7.931.278</b>

## Notas Explicativas

### 8.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2023	2022
2024	1.484.804	658.497
2025	561.381	482.231
2026	521.285	421.968
2027	484.221	390.341
2028 em diante	3.402.060	2.835.261
<b>Total</b>	<b>6.453.751</b>	<b>4.788.298</b>

## 9. Imposto de renda e contribuição social

### 9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.729.048</b>	<b>4.120.805</b>	<b>3.011.327</b>	<b>7.005.004</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>(587.876)</b>	<b>(1.401.074)</b>	<b>(1.023.851)</b>	<b>(2.381.701)</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>				
Equivalência patrimonial (a)	849.864	1.757.485	60.993	86.398
Despesas indedutíveis	(1.987)	(1.846)	(22.562)	(46.056)
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e PIC	(188)	(656)	(188)	(656)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(6.535)	(1.652)	(14.065)	(4.909)
Lucros auferidos no exterior	-	-	(10.808)	(4.828)
Juros sobre capital próprio	(159.623)	(113.988)	2.212	1.363
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	-	37.156	30.485
Reclassificação de ajuste acumulado de conversão	-	-	-	44.914
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(120.893)	(225.868)	(293.378)	(547.764)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	3.030	-	8.215	-
Outros ajustes tributários (b)	-	(118)	99.450	29.930
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(24.208)</b>	<b>12.283</b>	<b>(1.156.826)</b>	<b>(2.792.824)</b>
Impostos correntes	-	-	(1.318.781)	(1.280.908)
Impostos diferidos	(24.208)	12.283	161.955	(1.511.916)
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>1,40%</b>	<b>-0,30%</b>	<b>38,42%</b>	<b>39,87%</b>

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e
- (b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

### 9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>				
<b>Ativo</b>	<b>74.533</b>	<b>82.300</b>	<b>3.004.943</b>	<b>2.489.788</b>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	64.370	39.004	2.290.031	2.025.267
Provisões (b)	8.654	38.083	440.507	295.052
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - MSVia	-	-	80.304	82.294
Ressarcimento de custos indenizáveis	-	-	4.364	-
Ajuste a valor presente	-	-	108.255	61.296
Operação assistida	-	-	9.990	11.957
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	861	569	13.081	6.987
Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária)	-	-	4.267	2.923
Variação cambial	-	2.529	-	2.576
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	638	1.794	822	1.436
Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	50.245	-
Outros	10	321	3.077	-
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(74.533)</b>	<b>(82.300)</b>	<b>(1.779.066)</b>	<b>(1.525.125)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.225.877</b>	<b>964.663</b>
<b>Passivo</b>	<b>(269.638)</b>	<b>(250.622)</b>	<b>(4.383.170)</b>	<b>(4.016.060)</b>
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (c)	-	-	(1.618.328)	(1.714.646)
Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(944.386)	(854.909)
Capitalização de juros	-	-	(627.487)	(576.889)
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	(764.910)	(447.569)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação societária	(134.876)	(130.179)	(122.483)	(130.179)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d)	-	-	(95.352)	(103.852)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação societária	(55.241)	(65.059)	(67.634)	(65.059)
Custo de transação de empréstimos	(12.106)	(14.978)	(79.641)	(58.444)
Diferença de critério de amortização fiscal <i>versus</i> contábil - Aeris	-	-	-	(44.446)
Resultado de operações com derivativos	(62.521)	(35.512)	(58.029)	(11.782)
Ganho na remensuração a valor justo na aquisição de participação societária	(4.894)	(4.894)	(4.894)	(4.894)
Variação cambial	-	-	(26)	-
Outros	-	-	-	(3.391)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>74.533</b>	<b>82.300</b>	<b>1.779.066</b>	<b>1.525.125</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>(195.105)</b>	<b>(168.322)</b>	<b>(2.604.104)</b>	<b>(2.490.935)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(195.105)</b>	<b>(168.322)</b>	<b>(1.378.227)</b>	<b>(1.526.272)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Movimentação do imposto diferido</b>				
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>(168.322)</b>	<b>(125.595)</b>	<b>(1.526.272)</b>	<b>22.415</b>
<b>Reconhecimento no resultado</b>	<b>(24.208)</b>	<b>12.283</b>	<b>161.955</b>	<b>(1.511.916)</b>
<b>Reconhecimento no patrimônio líquido</b>	<b>(2.575)</b>	<b>(11.102)</b>	<b>(8.580)</b>	<b>33.215</b>
Impostos diferidos sobre <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	667	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(6.672)	33.215
Outros	(2.575)	(11.102)	(2.575)	-
<b>Movimentações patrimoniais</b>	<b>-</b>	<b>(43.908)</b>	<b>(5.330)</b>	<b>(69.986)</b>
Classificado como mantido para venda (Samm)	-	-	(5.330)	(26.078)
Impostos diferidos decorrentes da Incorporação da CIIS	-	(43.908)	-	(43.908)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>(195.105)</b>	<b>(168.322)</b>	<b>(1.378.227)</b>	<b>(1.526.272)</b>

- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	Controladora	Consolidado
2024	-	32.822
2025	-	57.594
2026	-	63.773
2027	-	69.576
2028	-	160.383
2029 em diante	64.370	1.905.883
<b>Total</b>	<b>64.370</b>	<b>2.290.031</b>

## Notas Explicativas

- (b) Provisões: de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada – contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;
- (c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

Não foi registrado ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.604.167 e R\$ 3.794.855, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.242.579 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.218.788 em 31 de dezembro de 2022).

### 10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão – Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>133.107</b>	<b>143.050</b>
ViaLagos	286	286
AutoBAn	51.595	51.595
ViaOeste	7.648	17.591
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
<b>Não circulante</b>	<b>1.666.128</b>	<b>1.792.607</b>
ViaLagos	6.312	6.598
AutoBAn	670.733	722.328
ViaOeste	1.912	2.932
RodoAnel Oeste	987.171	1.060.749
<b>Total</b>	<b>1.799.235</b>	<b>1.935.657</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 136.422 (R\$ 176.957 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

### 11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

## Notas Explicativas

## 11.1. Controladora

Saldos	2023				2022				
	Controladoras	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	
<b>Ativo</b>	-	<b>1.839.439</b>	<b>225.872</b>	<b>511.937</b>	-	<b>1.575.336</b>	<b>196.949</b>	<b>885.412</b>	<b>2.657.695</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	161.039	-	161.039	-	76.039	-	-	76.039
Aplicações financeiras	-	-	-	506.777	-	-	-	861.643	861.643
Bancos conta movimento	-	-	-	1.011	-	-	-	16	16
Contas a receber	-	168.543	9.743	69	-	122.831	6.187	-	129.018
Derivativos	-	-	-	3.728	-	-	-	23.482	23.482
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	510.014	-	-	-	453.465	-	-	453.465
Mútuos	-	999.843	216.129	-	-	922.999	190.762	-	1.113.761
Outros créditos	-	-	-	352	-	-	-	271	271
<b>Passivo</b>	<b>364.261</b>	<b>1.694</b>	<b>2</b>	<b>1.367.153</b>	<b>75.017</b>	<b>2.049</b>	<b>3</b>	<b>1.484.070</b>	<b>1.561.139</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	-	287	909	-	-	287	1.196
Fornecedores e contas a pagar	-	1.694	2	86	-	2.049	3	855	2.907
Derivativos	-	-	-	7.384	-	-	-	27.723	27.723
Dividendos e juros sobre capital próprio	363.352	-	-	41.828	74.108	-	-	-	74.108
Outros débitos	-	-	-	279	-	-	-	1.952	1.952
Debêntures	-	-	-	1.317.289	-	-	-	1.227.184	1.227.184
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	-	226.069	226.069

Transações	2023				2022			
	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(7.807)	(7.807)	-	-	(2.641)	(2.641)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	(706)	(706)	-	-	(155)	(155)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	(61)	-	-	(61)	(57)	-	-	(57)
Custos / despesas - multas	(2.402)	-	-	(2.402)	-	-	-	-
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	(3.987)	-	-	(3.987)	(3.780)	-	-	(3.780)
Despesas financeiras - derivativos	-	-	(84.863)	(84.863)	-	-	(26.254)	(26.254)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	(104)	-	(10)	(114)	(3.293)	(60)	(3)	(3.356)
Receitas de prestação de serviços - CSC	-	-	-	-	64.898	1.948	-	66.846
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	132.031	3.325	-	135.356	226.897	5.360	-	232.257
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	836	-	462	1.298	-	-	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	1.673	1.673	-	-	558	558
Receitas de aplicações financeiras	-	-	96.096	96.096	-	-	34.496	34.496
Receitas financeiras - derivativos	-	-	62.656	62.656	-	-	42.077	42.077
Receitas financeiras - mútuos	153.047	29.844	-	182.891	97.730	25.250	-	122.980
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	2.599	-	-	2.599	-	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CSC	581.182	9.292	-	590.474	274.828	2.111	-	276.939
Repasse de custos e despesas de colaboradores	2.010	36	(387)	1.659	4.326	4	-	4.330
Imobilizado	141	6	-	147	52	-	-	52

## 11.2. Consolidado

Saldos	2023				2022			
	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	-	<b>233.290</b>	<b>2.257.696</b>	<b>2.490.986</b>	<b>2</b>	<b>201.626</b>	<b>3.142.017</b>	<b>3.343.645</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	457	-	457	-	1.257	-	1.257
Aplicações financeiras	-	-	2.004.363	2.004.363	-	-	2.981.832	2.981.832
Bancos conta movimento	-	-	20.841	20.841	-	-	22.286	22.286
Adiantamento a fornecedor	-	-	25.392	25.392	-	-	-	-
Contas a receber	-	9.789	143.743	153.532	2	9.458	112.907	122.367
Derivativos	-	-	62.414	62.414	-	-	24.192	24.192
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	6.908	-	6.908	-	-	-	-
Mútuos	-	216.136	-	216.136	-	190.911	-	190.911
Outros créditos	-	-	943	943	-	-	800	800
<b>Passivo</b>	<b>364.261</b>	<b>5</b>	<b>5.366.319</b>	<b>5.730.585</b>	<b>75.117</b>	<b>3</b>	<b>5.732.880</b>	<b>5.808.000</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	287	1.196	909	-	287	1.196
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.258	13.258	-	-	11.329	11.329
Fornecedores e contas a pagar	-	5	46.812	46.817	-	3	20.918	20.921
Derivativos	-	-	35.312	35.312	-	-	35.533	35.533
Dividendos e juros sobre capital próprio	363.352	-	116.559	479.911	74.208	-	67.037	141.245
Mútuos	-	-	200.142	200.142	-	-	342.171	342.171
Outros débitos	-	-	412	412	-	-	2.897	2.897
Debêntures	-	-	4.953.537	4.953.537	-	-	4.998.951	4.998.951
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	253.757	253.757

## Notas Explicativas

Transações	2023			2022			
	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(14.288)	(14.288)	-	-	(5.096)	(5.096)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	(3.655)	(3.655)	-	-	(3.466)	(3.466)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	(1.451)	(12)	(1.463)	-	(554)	-	(554)
Custos / despesas - taxa administrativa de gestão de pagamentos	-	-	-	-	-	(2.171)	(2.171)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(2.881)	(2.881)	-	-	(11.181)	(11.181)
Custos / despesas - doações	-	(20.405)	(20.405)	-	-	(21.874)	(21.874)
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.377)	(1.377)	-	-	(243)	(243)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	(32)	(32)	-	-	(901)	(901)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	(1.219)	(6.144)	(7.363)	-	-	(4.795)	(4.795)
Custos / despesas - seguros	-	(61)	(61)	-	-	-	-
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	(43)	(43)	-	-	(1.423)	(1.423)
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(7.461)	(7.461)	-	-	(6.677)	(6.677)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(3.831)	(3.831)	-	(3.687)	(7.159)	(10.846)
Despesas financeiras - derivativos	-	(13.529)	(13.529)	-	-	(35.728)	(35.728)
Despesas financeiras - mútuos	-	(50.904)	(50.904)	-	-	(76.671)	(76.671)
Receitas de mútua cooperação	-	2.472	2.472	-	-	824	824
Receitas de aplicações financeiras	-	408.894	408.894	-	-	113.077	113.077
Receitas de prestação de serviço - CSC	-	-	-	-	2.026	604	2.630
Receitas de prestação de garantias em emissões de dívidas	3.325	-	3.325	-	5.360	-	5.360
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	101	4.990	5.091	89	106	1.078	1.273
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	7.521	7.521	-	-	-	-
Receitas financeiras - derivativos	-	41.860	41.860	-	-	55.069	55.069
Receitas financeiras - mútuos	29.844	-	29.844	-	25.414	-	25.414
Repasse de custos e despesas - CSC	9.292	-	9.292	-	2.100	-	2.100
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(49)	(4.576)	(4.625)	-	3.573	-	3.573
Imobilizado / intangível	6	90.310	90.316	-	-	1.486	1.486

## 11.3. Profissionais-chave da administração

## Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Não estatutários			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Remuneração</b>	<b>35.089</b>	<b>6.253</b>	<b>49.957</b>	<b>6.253</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	<b>18.888</b>	<b>2.619</b>	<b>25.246</b>	<b>2.619</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>16.201</b>	<b>3.634</b>	<b>24.711</b>	<b>3.634</b>
Incentivo de longo prazo	1.826	-	1.826	-
Provisão para remuneração variável do ano	8.656	2.152	12.421	2.152
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	5.049	1.356	9.367	1.356
Previdência privada	644	120	1.061	120
Seguro de vida	26	6	36	6
	Diretores - Estatutários			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Remuneração</b>	<b>36.674</b>	<b>48.486</b>	<b>41.860</b>	<b>91.119</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	<b>23.516</b>	<b>18.580</b>	<b>38.293</b>	<b>44.589</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>13.158</b>	<b>29.906</b>	<b>3.567</b>	<b>46.530</b>
Incentivo de longo prazo	4.374	-	4.374	-
Provisão para remuneração variável do ano	13.060	21.034	19.496	46.471
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (c)	(4.954)	7.965	(21.490)	(2.153)
Previdência privada	660	881	1.150	2.140
Seguro de vida	18	26	37	72
	Conselheiros			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Remuneração</b>	<b>9.484</b>	<b>10.052</b>	<b>9.602</b>	<b>10.318</b>
<b>Benefícios de curto prazo - remuneração fixa</b>	<b>9.426</b>	<b>9.978</b>	<b>9.544</b>	<b>10.244</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>58</b>	<b>74</b>	<b>58</b>	<b>74</b>
Seguro de vida	58	74	58	74

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores (estatutários) e Conselho de Administração da Controladora no exercício social de 2023, no valor de até R\$ 49.179, no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$ 52.266, no caso de superação de 120% das referidas metas. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e

## Notas Explicativas

participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da Lei n.º 6.404/1976 (Lei das S.A.).

### Saldos a pagar aos profissionais-chave

	Controladora (a)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Remuneração dos administradores</b>	<b>25.150</b>	<b>25.141</b>	<b>36.708</b>	<b>52.853</b>

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do Conselho Fiscal e da Administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 27 membros, em 31 de dezembro de 2023.
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado no montante de R\$ 8.413 e R\$ 8.316, respectivamente.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado no montante de R\$ 15.513 e R\$ 28.461, respectivamente.

### 11.4. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
De CDI + 1,71% a.a. a CDI+ 5% a.a.	Junho de 2028	1.094.761	807.637	295.067	424.940
4,5% a.a.	Dezembro de 2023	-	27.675	-	191
TR + 9,89% a.a.	Janeiro de 2034	81.151	73.344	81.151	73.344
105% CDI a 130% CDI	Janeiro de 2034	40.060	205.105	40.060	34.607
<b>Total</b>		<b>1.215.972</b>	<b>1.113.761</b>	<b>416.278</b>	<b>533.082</b>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Mútuos - Ativo</b>	<b>1.215.972</b>	<b>1.113.761</b>	<b>216.136</b>	<b>190.911</b>
Circulante	621.375	812.546	-	-
Não circulante	594.597	301.215	216.136	190.911
<b>Mútuos - Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200.142</b>	<b>342.171</b>
Circulante	-	-	197.934	262.530
Não circulante	-	-	2.208	79.641
<b>Total</b>	<b>1.215.972</b>	<b>1.113.761</b>	<b>416.278</b>	<b>533.082</b>

Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
De 0,80% a.a. a 2% a.a.	135.536	232.257	3.325	5.360
<b>Total</b>	<b>135.536</b>	<b>232.257</b>	<b>3.325</b>	<b>5.360</b>

**Notas Explicativas****12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto****12.1. Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto**

<b>Controladora</b>				
	<b>Investimentos (provisão para passivo a descoberto)</b>		<b>Resultado de participações societárias</b>	
<b>Controladas e controladas em conjunto</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>No Brasil</b>				
ATP	(1)	(1)	-	-
AutoBAn	450.693	3.520.531	997.154	676.906
Barcas	(128.615)	(483.569)	324.828	(28.167)
CIIS	-	-	-	(15.818)
CPC	2.732.334	2.320.428	152.997	11.774
Infra SP	-	-	-	3.792.681
Inovap 5	672	810	(138)	49
Lam Vias	371	423	(52)	28
Linha 15	1.849	1.819	30	(16)
Metrô Bahia	1.422.465	1.891.876	137.773	(94.948)
MSVia	58.670	335.297	(329.709)	(61.149)
ND	(1.008)	14.994	(16.002)	3.373
PRN	1.752	2.317	(565)	(390)
RDN	(371.450)	(335.585)	(53.865)	(352.055)
Renovias	61.209	79.892	70.485	153.752
RioSP	2.647.040	2.342.734	464.063	440.067
RodoAnel Oeste	1.322.946	1.316.600	63.115	34.954
RS Holding	859.936	788.214	94.963	106.559
Samm (a)	-	-	(4.153)	6.875
SIP	319	288	(418)	(409)
SPCP	280.190	401.924	(121.734)	(972)
SPVias	287.272	251.347	175.931	67.500
ViaCosteira	1.025.005	1.006.985	104.365	111.907
ViaLagos	40.221	26.327	72.522	49.473
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	317.112	148.922	223.695	62.183
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	602.330	85.037	(188.403)	51.730
ViaOeste	31.247	221.302	(190.262)	(46.114)
ViaQuatro	1.261.083	833.420	573.983	242.390
ViaRio	47.271	65.779	(18.556)	(16.198)
VLT Carioca	521.424	537.110	(23.260)	(15.546)
<b>No exterior</b>				
MTH	9.470	10.361	(492)	-
<b>Direito de concessão gerado na aquisição de negócios</b>	<b>481.929</b>	<b>513.261</b>	<b>(31.332)</b>	<b>(33.819)</b>
<b>Total</b>	<b>13.963.736</b>	<b>15.898.843</b>	<b>2.476.963</b>	<b>5.146.600</b>

**Notas Explicativas****Consolidado**

<b>Controladas em conjunto</b>	<b>Investimentos (provisão para passivo a descoberto)</b>		<b>Resultado de participações societárias</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>No Brasil</b>				
Controlar	(293)	(1.115)	(427)	(419)
Renovias	61.207	79.889	70.485	173.381
ViaRio	46.879	65.411	(18.556)	(16.198)
<b>No exterior</b>				
Corporación Quiport	470.367	547.703	112.954	96.010
IAF	5.345	12.842	1.594	1.263
Quiama	21.872	17.960	19.361	14.752
<b>Direito de concessão gerado na aquisição de negócios</b>	<b>100.712</b>	<b>112.076</b>	<b>(6.019)</b>	<b>(14.676)</b>
<b>Total</b>	<b>706.089</b>	<b>834.766</b>	<b>179.392</b>	<b>254.113</b>

(a) Classificado como mantido para venda.

**12.2. Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>15.898.843</b>	<b>13.822.736</b>	<b>834.766</b>	<b>848.100</b>
Resultado de equivalência patrimonial	2.476.963	5.146.600	179.392	254.113
Transação com sócios e Aquisição de participação	7.574	(32.460)	(11)	-
Aumento/(redução) de capital	684.089	(509.152)	1.260	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.009.691)	(2.060.290)	(258.843)	(225.101)
Ajuste de avaliação patrimonial	(100.942)	(227.853)	(50.499)	(42.346)
Outras movimentações	6.900	(240.738)	24	-
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>13.963.736</b>	<b>15.898.843</b>	<b>706.089</b>	<b>834.766</b>

## Notas Explicativas

## 12.3. Informações financeiras resumidas das controladas

Controladas	2023			2022			2023		2022	
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
<b>No Brasil</b>										
ATP	2.262	24.614	(22.352)	3.526	21.025	(17.499)	3.313	(5.853)	3.256	(1.468)
AutoBAn	7.588.350	7.135.892	452.458	8.189.826	4.669.194	3.520.632	3.423.034	998.818	8.213.029	4.348.896
Barcas	366.589	495.204	(128.615)	206.202	689.771	(483.569)	685.047	324.828	94.796	(216.901)
BH Airport	3.015.407	3.151.130	(135.723)	3.059.780	3.103.691	(43.911)	473.970	(91.812)	691.479	(18.594)
Bloco Sul	3.650.511	2.654.069	996.442	3.146.054	2.306.406	839.648	845.503	(93.392)	384.960	(127.168)
Bloco Central	1.243.446	872.248	371.198	1.046.782	832.954	213.828	383.330	(42.757)	219.609	(58.708)
CIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.363)
CPA	101.650	7.633	94.017	71.435	3.824	67.611	-	31.225	-	18.124
CPC	2.861.897	126.152	2.735.745	2.476.865	154.007	2.322.858	22.085	153.983	12.539	9.773
Five Trilhos	38.044	21.850	16.194	38.728	16.236	22.492	31.845	26.674	47.941	41.227
Four Trilhos	48.966	30.436	18.530	36.956	21.360	15.596	55.567	47.933	16.491	14.033
Infra SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.792.243
Inovap 5	962	290	672	917	107	810	-	(138)	-	88
Lam Vias	369	(2)	371	430	7	423	-	(52)	-	181
Linha 15	2.312	1	2.311	2.275	1	2.274	-	37	-	(20)
Metró Bahia	5.407.392	3.980.191	1.427.201	5.810.006	3.913.631	1.896.375	1.081.942	138.009	915.261	7.365
MSVia	858.774	799.270	59.504	1.177.459	841.143	336.316	251.310	(329.894)	229.307	(306.138)
ND	60.242	61.249	(1.007)	78.115	62.903	15.212	-	(16.218)	102.436	3.373
ON Trilhos	7.792	3.753	4.039	5.656	2.523	3.133	7.292	5.384	5.233	4.176
Pampulha	123.559	64.948	58.611	71.002	15.560	55.442	56.286	5.308	23.857	2.353
PRN	3.711	1.959	1.752	4.170	1.853	2.317	-	(565)	-	(390)
Quicko (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	82	(7.945)
RDN	17.411	388.860	(371.449)	19.006	354.590	(335.584)	-	(53.865)	-	(352.050)
RioSP	3.972.718	1.304.599	2.668.119	3.707.357	1.364.468	2.342.889	1.922.331	484.988	1.257.162	440.222
RodoAnel Oeste	2.002.653	673.785	1.328.868	2.063.511	741.350	1.322.161	446.858	63.712	394.030	40.846
RS Holding	1.434.246	568.298	865.948	1.368.234	576.902	791.332	-	97.857	-	107.126
SIP	612	293	319	1.402	1.114	288	-	(418)	-	(409)
SPAC	334	69.221	(68.887)	590	22.395	(21.805)	-	(47.082)	-	(9.582)
SPCP	282.826	2.636	280.190	401.980	56	401.924	-	(121.734)	-	(1.475)
SPVias	1.739.719	1.450.214	289.505	1.653.474	1.401.796	251.678	1.109.856	177.833	882.455	94.646
ViaCosteira	1.127.488	96.211	1.031.277	1.053.034	41.841	1.011.193	449.380	106.429	296.563	112.339
ViaLagos	276.326	235.740	40.586	285.162	258.783	26.379	218.341	72.836	181.083	49.525
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	1.258.826	878.321	380.505	951.120	772.426	178.694	906.739	268.412	484.098	74.614
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	5.423.625	4.669.772	753.853	3.046.743	2.940.401	106.342	2.016.692	(234.608)	1.000.961	64.709
ViaOeste	494.136	462.880	31.256	867.375	646.059	221.316	1.252.522	(190.267)	1.318.153	28.635
ViaQuatro	3.828.289	2.146.434	1.681.855	3.240.637	2.129.123	1.111.514	1.582.890	765.426	993.977	323.371
ViaSul	2.755.306	1.461.052	1.294.254	1.621.164	330.500	1.290.664	1.050.542	179.247	903.069	188.030
VLT Carioca	2.580.766	2.032.869	547.897	2.428.403	1.855.951	572.452	683.607	(24.555)	412.216	(25.406)
<b>No Exterior</b>										
Aeris Holding Costa Rica	1.100.221	1.233.185	(132.964)	986.238	1.302.950	(316.712)	573.264	167.767	343.043	(91.855)
Aeropuertos	-	72.970	(72.970)	-	152.340	(152.340)	-	71.301	-	(39.038)
CAI	172.426	10.777	161.649	112.957	16.833	96.124	-	74.970	-	40.779
CAP	415.540	243.101	172.439	422.724	314.967	107.757	331.141	74.970	299.643	40.779
CARE	5	5.909	(5.904)	5	6.369	(6.364)	-	-	-	-
CCR Costa Rica	19.365	83.700	(64.335)	20.871	174.742	(153.871)	-	81.787	-	(44.779)
CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones	24.900	83.700	(58.800)	28.902	174.742	(145.840)	-	79.809	-	(46.824)
CCR España Concesiones	470.644	84.298	386.346	388.763	175.484	213.279	-	195.409	-	(97.692)
CCR España Empreendimentos	678.635	574	678.061	757.156	887	756.269	-	124.602	-	445.340
CCR USA	16.820	-	16.820	119.243	98.653	20.590	-	(2.281)	-	357.123
Desarrollos	-	89.966	(89.966)	-	187.825	(187.825)	-	87.910	-	(48.132)
Green Airports	246.892	1.178	245.714	251.725	1.267	250.458	-	13.744	-	14.046
IBSA	488.373	490.724	(2.351)	497.538	500.069	(2.531)	-	(4)	-	(4)
IBSA Finance	487.518	488.039	(521)	496.616	497.178	(562)	-	-	-	-
Icaros	67	-	67	15	15	-	-	(19)	-	3
Quiport Holdings	508.247	78	508.169	561.292	54	561.238	-	112.958	-	94.671
MTH	9.643	173	9.470	10.561	200	10.361	1.280	(492)	1.396	(534)
SJO Holding	299.677	79.344	220.333	323.876	167.979	155.897	-	78.942	-	(47.722)
TAS (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	339.149	(11.444)
Terminal	38.731	4.465	34.266	41.742	9.320	32.422	-	4.362	-	(2.388)
<b>Subtotal</b>	<b>57.555.220</b>	<b>38.844.253</b>	<b>18.710.967</b>	<b>53.155.600</b>	<b>33.875.810</b>	<b>19.279.790</b>	<b>19.865.967</b>	<b>3.861.464</b>	<b>20.067.274</b>	<b>9.185.607</b>
<b>Controladora</b>	<b>19.592.537</b>	<b>7.130.384</b>	<b>12.462.153</b>	<b>21.222.637</b>	<b>9.758.074</b>	<b>11.464.563</b>	<b>136.654</b>	<b>1.704.840</b>	<b>299.103</b>	<b>4.133.088</b>
<b>Ativos e passivos disponíveis para venda</b>	<b>302.915</b>	<b>231.800</b>	<b>71.115</b>	<b>281.624</b>	<b>206.356</b>	<b>75.268</b>	<b>91.401</b>	<b>(4.153)</b>	<b>102.370</b>	<b>6.875</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(22.807.540)</b>	<b>(4.640.534)</b>	<b>(18.167.006)</b>	<b>(24.112.561)</b>	<b>(5.115.690)</b>	<b>(18.996.871)</b>	<b>(172.693)</b>	<b>(3.707.650)</b>	<b>(318.627)</b>	<b>(9.113.390)</b>
<b>Consolidado</b>	<b>54.643.132</b>	<b>41.565.903</b>	<b>13.077.229</b>	<b>50.547.300</b>	<b>38.724.550</b>	<b>11.822.750</b>	<b>19.921.329</b>	<b>1.854.501</b>	<b>20.150.120</b>	<b>4.212.180</b>

- (a) Investimento alienado em 11 de abril de 2022; e  
(b) Investimento alienado em 25 de julho de 2022.

## Notas Explicativas

## 12.4. Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

Os valores apresentados a seguir não consideram o percentual de participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto.

2023							
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Balanco patrimonial resumido	Quiport	Quiama	Ecuador				
<b>Ativo circulante</b>	<b>465.854</b>	<b>42.970</b>	<b>22.036</b>	<b>88.623</b>	<b>201.586</b>	<b>118.068</b>	<b>214</b>
Caixa e equivalentes de caixa	255.026	21.842	2.470	10.741	66.719	71.270	184
Outros ativos	210.828	21.128	19.566	77.882	134.867	46.798	30
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.536.729</b>	<b>1.274</b>	<b>-</b>	<b>1.915.030</b>	<b>888.395</b>	<b>194.575</b>	<b>209</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>4.002.583</b>	<b>44.244</b>	<b>22.036</b>	<b>2.003.653</b>	<b>1.089.981</b>	<b>312.643</b>	<b>423</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>316.176</b>	<b>486</b>	<b>9.856</b>	<b>210.610</b>	<b>63.634</b>	<b>118.463</b>	<b>28</b>
Passivos financeiros (a)	2.716	-	-	133.597	34.655	-	-
Outros passivos	313.460	486	9.856	77.013	28.979	118.463	28
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.673.985</b>	<b>-</b>	<b>10.906</b>	<b>1.781.557</b>	<b>954.808</b>	<b>41.158</b>	<b>981</b>
Passivos financeiros (a)	45.520	-	-	1.781.557	594.478	-	-
Outros passivos	2.628.465	-	10.906	-	360.330	41.158	981
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.012.422</b>	<b>43.758</b>	<b>1.274</b>	<b>11.486</b>	<b>71.539</b>	<b>153.023</b>	<b>(586)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.002.583</b>	<b>44.244</b>	<b>22.036</b>	<b>2.003.653</b>	<b>1.089.981</b>	<b>312.644</b>	<b>423</b>

2022							
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Balanco patrimonial resumido	Quiport	Quiama	Ecuador				
<b>Ativo circulante</b>	<b>485.263</b>	<b>35.116</b>	<b>23.802</b>	<b>113.482</b>	<b>86.650</b>	<b>98.920</b>	<b>203</b>
Caixa e equivalentes de caixa	239.012	17.506	4.840	14.510	72.993	58.735	185
Outros ativos	246.251	17.610	18.962	98.972	13.657	40.185	18
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.822.466</b>	<b>1.168</b>	<b>-</b>	<b>2.096.116</b>	<b>885.873</b>	<b>295.385</b>	<b>83</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>4.307.729</b>	<b>36.284</b>	<b>23.802</b>	<b>2.209.598</b>	<b>972.523</b>	<b>394.305</b>	<b>286</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>256.888</b>	<b>372</b>	<b>12.598</b>	<b>189.718</b>	<b>131.410</b>	<b>98.118</b>	<b>-</b>
Passivos financeiros (a)	-	-	-	104.068	103.173	-	-
Outros passivos	256.888	372	12.598	85.650	28.237	98.118	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.871.559</b>	<b>-</b>	<b>10.016</b>	<b>1.992.261</b>	<b>741.601</b>	<b>96.457</b>	<b>2.578</b>
Passivos financeiros (a)	-	-	-	1.992.258	431.193	-	-
Outros passivos	2.871.559	-	10.016	3	310.408	96.457	2.578
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.179.282</b>	<b>35.912</b>	<b>1.188</b>	<b>27.619</b>	<b>99.512</b>	<b>199.730</b>	<b>(2.292)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.307.729</b>	<b>36.284</b>	<b>23.802</b>	<b>2.209.598</b>	<b>972.523</b>	<b>394.305</b>	<b>286</b>

(a) Saldo de empréstimos e debêntures.

2023							
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Demonstração do resultado resumida	Quiport	Quiama	Ecuador				
Receitas	997.333	41.788	82.374	-	186.542	665.167	-
Depreciação e amortização	(176.144)	-	-	-	(33.886)	(167.972)	-
Receitas financeiras	20.058	110	-	240.122	18.996	8.912	20
Despesas financeiras	(247.178)	(10)	(34)	(234.501)	(149.722)	(562)	-
<b>Resultado de operações antes dos impostos</b>	<b>242.525</b>	<b>38.722</b>	<b>174</b>	<b>4.604</b>	<b>(42.355)</b>	<b>258.440</b>	<b>(863)</b>
IR e CS	-	-	-	(1.177)	14.310	(82.228)	(2)
<b>Resultado de operações</b>	<b>242.525</b>	<b>38.722</b>	<b>174</b>	<b>3.428</b>	<b>(28.045)</b>	<b>176.213</b>	<b>(865)</b>
Outros resultados abrangentes	(90.456)	(4.258)	(88)	(2.071)	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>152.069</b>	<b>34.464</b>	<b>86</b>	<b>1.357</b>	<b>(28.045)</b>	<b>176.213</b>	<b>(865)</b>

2022							
	Corporación	Quiama	Quiama	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Demonstração do resultado resumida	Quiport	Quiama	Ecuador				
Receitas	666.750	26.838	60.722	-	142.591	838.790	-
Depreciação e amortização	(109.894)	-	-	-	(27.253)	(83.367)	-
Receitas financeiras	10.352	-	-	207.096	5.051	18.840	24
Despesas financeiras	(190.391)	(6)	(38)	(204.959)	(99.421)	(300)	-
<b>Resultado de operações antes dos impostos</b>	<b>179.015</b>	<b>24.534</b>	<b>172</b>	<b>1.378</b>	<b>(21.821)</b>	<b>611.622</b>	<b>(810)</b>
IR e CS	-	-	-	(318)	7.437	(206.437)	56
<b>Resultado de operações</b>	<b>179.015</b>	<b>24.534</b>	<b>172</b>	<b>1.060</b>	<b>(14.384)</b>	<b>405.185</b>	<b>(754)</b>
Outros resultados abrangentes	(76.249)	(962)	22	(1.708)	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>102.766</b>	<b>23.572</b>	<b>194</b>	<b>(648)</b>	<b>(14.384)</b>	<b>405.185</b>	<b>(754)</b>

## Notas Explicativas

### 12.5. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão.

No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões, exceto pelo tópico relacionado a “Relicitação” na MSVia (para maiores detalhes vide nota 8.1 – Contas a receber líquidas e explicação “f” do quadro).

## Notas Explicativas

### 12.5.1. Processos em andamento

#### 12.5.1.1 RDN

##### a. Processo administrativo de responsabilização – CGE/PR

Por meio da Resolução n.º 35, de 2 de outubro de 2019, a Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR), previsto no artigo 8º da lei n.º 12.846/2013, com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas em desfavor da concessionária. A concessionária se manifestou acerca do processo em 9 de dezembro de 2019.

Após tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582, suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa decisão, em 8 de novembro de 2021, a RDN interpôs recurso administrativo, com efeito suspensivo, o qual ainda não foi objeto de julgamento pelo Governador do Estado do Paraná.

##### b. Processo n.º 1050217-49.2020.4.01.3400 – invalidade da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR n.º 3/2019

Em 4 de setembro de 2020, a RDN ajuizou a ação de procedimento comum contra o DER/PR, Estado do Paraná, União Federal, ANTT, tendo por objeto o questionamento das autuações formalizadas com base na Portaria DER/PR n.º 03/2019, que promoveu a mudança de metodologia de fiscalização estabelecida pelo DER/PR, subtraindo uma etapa prévia à formalização consistente em notificação à concessionária para correção de não-conformidades operacionais, em violação ao que está previsto no contrato de concessão,

Distribuída a ação, foram apresentadas as contestações pelos Réus bem como a Réplica por parte da RDN. Todas as partes se manifestaram no sentido de inexistirem provas a produzir, por se tratar de uma ação que versa apenas sobre questões de direito. Posteriormente, por força de decisão judicial proferida em 13 de setembro de 2021, foi determinada também a inclusão do DNIT no polo passivo da ação. O DNIT já foi citado, e já apresentou sua contestação.

Aguarda-se a abertura de prazo para razões finais e posterior sentença.

##### c. Ação Popular n.º 5056317-95.2021.4.04.7000 (Degrau Tarifário)

Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular n.º 5025506-55.2021.4.04.7000 em face do Estado do Paraná, da União Federal, do DER/PR, da AGEPAR, do DNIT, da ANTT, da RDN, da Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, da Caminhos do Paraná S/A, da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S/A – Econorte, das Rodovias Integradas do Paraná – Viapar, requerendo o ressarcimento do erário em razão dos prejuízos causados pela cobrança de tarifas calculadas com base no degraú tarifário sem que tenha havido a conclusão das obras de duplicação, correspondente à somatória de todos os valores, atualizados.

Em relação à RDN, a controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado pela RDN e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 7 de dezembro de 2022. Em audiência realizada no âmbito deste processo em 24 de abril de 2023, os autores populares se manifestaram pelo prosseguimento do processo judicial em relação à RDN.

Após manifestações diversas das várias Partes no processo, no dia 25 de novembro de 2023, foi proferida sentença reconhecendo a perda superveniente de interesse em relação à RDN, extinguindo o processo. Devido à natureza do objeto discutido na ação judicial, foi interposta a remessa necessária, que ainda deverá ser

## Notas Explicativas

apreciada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Aguardam-se também eventual recurso de apelação por parte dos autores populares.

### 12.5.1.2 ViaOeste

#### a. Marginais Castello – ampliações por nível de serviço SP 280 – kms 23 a 32

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os kms 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço, entre o período de 2004 (saturação inicial) a 2022 (execução da obra).

#### b. Sistema semiautomático de pedágio

O contrato de concessão estabelecia a obrigação das concessionárias ViaOeste e AutoBAn implantarem a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pelas concessionárias. O processo segue em fase administrativa.

### 12.5.1.3 RodoAnel Oeste

#### a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 – Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de Ação Popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo o RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Aguarda-se a manifestação do autor.

#### b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 – Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da

## Notas Explicativas

ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, o RodoAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodoAnel Oeste a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada Parte, em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação tendo o RodoAnel Oeste apresentado suas contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

### 12.5.1.4 AutoBAn

#### a. Ação de Improbidade Administrativa – Processo n.º 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo n.º 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo n.º 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância, em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do MP/SP o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério

## Notas Explicativas

Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos. Aguarda-se manifestação do juiz acerca dos pedidos formulados pelo Ministério Público e pelos requeridos.

### b. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

Em 9 de junho de 2022, foi expedida Portaria de instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da AutoBAN e determinadas autoridades do Poder Executivo Estadual visando a apuração de suposto ato de improbidade consistente na prorrogação do contrato de concessão da concessionária em razão da formalização do Acordo Definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022. As autoridades indicadas no inquérito e a concessionária apresentaram manifestação demonstrando a inexistência de ilegalidade em se efetivar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a extensão do respectivo prazo de concessão.

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferido parecer do Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX/MP-SP, que atestou não ter havido desistência de quaisquer créditos por parte da Fazenda Pública, reconhecendo que os créditos regulatórios da Fazenda serviram para abater os titularizados pela concessionária. Foram requeridas novas informações para a ARTESP, para permitir a conferência, pelo CAEX/MP-SP, da exatidão dos cálculos efetivados, bem como para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, para confirmar a existência, ou não, de procedimento de controle acerca do contrato em questão.

Em 18 de janeiro de 2023, a ARTESP apresentou as informações solicitadas e no momento aguarda-se nova manifestação do CAEX/MP-SP.

### 12.5.1.5 Barcas

#### a. Ação de rescisão de contrato de concessão (com pedido de concessão de tutela de urgência), processo n.º 0431063-14.2016.8.19.0001

Ajuizada pela Barcas, pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão de Serviços Públicos de Transporte Aquaviário de Passageiros, Cargas e Veículos no Estado do Rio de Janeiro firmado originariamente entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

A ação tramitou em 1ª Instância, com desdobramentos diversos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até que em 2 de fevereiro de 2023, a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro celebraram acordo para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário no Estado do Rio de Janeiro até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023.

Esse acordo foi homologado pelo Juízo em 2 de março de 2023, com a consequente extinção do processo, com resolução do mérito. O Ministério Público interpôs recurso de apelação contra a sentença homologatória do acordo. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação.

#### b. Ação Civil Pública n.º 0000838-96.2004.8.19.0001 (antigo n.º 2004.001.000961-5)

Proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Barcas e a realização de novo procedimento licitatório. Após tramitação em 1ª Instância, em 9 de maio de 2017, foi proferida decisão pelo

## Notas Explicativas

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dando provimento ao recurso de apelação do MP/RJ e decretando a anulação do contrato de concessão.

Os Recursos Especiais interpostos por Barcas e pelo Estado do Rio de Janeiro ficaram pendentes de apreciação no Superior Tribunal de Justiça até a formalização, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo entre Barcas e o Estado do Rio de Janeiro para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário no Estado do Rio de Janeiro até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023.

Em razão do acordo, a Barcas e o Estado de Rio de Janeiro apresentaram petição com pedido de desistência dos recursos especiais interpostos, tendo havido a homologação da desistência e trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### c. Ação Popular n.º 0120322-27.2012.8.19.0001

Ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido.

Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais n.º 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes; e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do Estado do Rio de Janeiro os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para excluir da sentença o tópico referente ao ICMS.

As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação. A apreciação dos recursos ficou pendente até o momento, e deverá ser retomada. Com o término da concessão, o pedido de declaração de caducidade perdeu seu objeto. Já o pedido de declaração de nulidade de reajuste pretendida deverá vir a ser avaliada também no âmbito da homologação de indenizações devidas à Barcas.

### 12.5.1.6 MSVia

#### a. Revisão contratual extraordinária

Em 6 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo n.º 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da

## Notas Explicativas

Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do contrato de concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do contrato de concessão.

Após tramitação e desdobramentos do caso em 1ª e 2ª Instância judiciais, em 4 de dezembro de 2019, a MSVia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela MSVia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão. O processo segue suspensão desde então.

### b. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação n.º 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a MSVia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação n.º 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. N.º 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e apresentação de alegações iniciais, respostas, réplica, e tréplica, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral em 8 de março de 2021, e proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à MSVia. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes. Desde então, houve debate acerca da realização das provas periciais determinadas pelo Tribunal Arbitral.

Em 29 de setembro de 2023, foi apresentada manifestação conjunta pelas partes, requerendo a suspensão do procedimento arbitral pelo prazo de 120 dias. Na sequência, o Tribunal Arbitral suspendeu o procedimento arbitral até 5 de fevereiro de 2024.

### c. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a MSVia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao "Processo de Relicitação", objeto da lei n.º 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal n.º 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites relativos à devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação n.º 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI n.º 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto n.º 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021, que contempla garantias por parte da MSVia. Posteriormente,

## Notas Explicativas

foram celebrados os 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação, bem como passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, respectivamente.

Continuam em andamento junto aos órgãos administrativos competentes discussões para eventual solução consensual construída a partir da instituição de Grupo de Trabalho pelo Ministério dos Transportes em 28 de abril de 2023.

### 12.5.1.7 ND

#### a. Reequilíbrio – Remuneração de Projetos Executivos (Ação n.º 5026377-67.2019.4.03.6100)

Em 13 de dezembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória perante a Justiça Federal de São Paulo contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Após tramitação judicial, em 8 de abril de 2022, a ND protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial, posteriormente celebrado, mas ainda pendente de homologação judicial.

#### b. Reequilíbrio – Tolerância de peso (Ação n.º 5016911-49.2019.4.03.6100)

Em 13 de setembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória contra a União Federal e a ANTT perante a Justiça Federal de São Paulo visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999 que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Desde o ajuizamento, o processo tramitou regularmente, tendo sido apresentadas as contestações pelas Rés, e a réplica pela ND, foi proferida a decisão saneadora em 30 de agosto de 2022, (i) deferindo a produção de provas periciais contábeis e de engenharia requeridas pela ND; (ii) nomeando os peritos para cada especialidade e determinando a intimação dos mesmos para que informem se aceitam o encargo; e (iii) determinando a posterior intimação das partes para que nomeiem assistentes técnicos e apresentem quesitos. Aguarda-se a realização das perícias.

#### c. Fórmula Paramétrica (Ação Civil Pública n.º 0035175-61.2015.4.02.51-1)

Os pedidos formulados pelo Ministério Público Federal por meio da Ação Civil Pública proposta em 9 de abril de 2015 pelo Ministério Público Federal ficaram prejudicados, tendo em vista o julgamento favorável ao posicionamento da ND por parte do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que transitou em julgado em 2 de maio de 2023. Em razão disso, a Ação Civil Pública não será mais reportada nas demonstrações financeiras.

### 12.5.1.8 ViaQuatro

#### a. Ações Populares sobre a Anulação da Licitação – Processos n.º 0107038-05.2006.8.26.0053 e 0117119-13.2006.8.26.0053

Tramitam no Poder Judiciário as ações populares em referência que objetivam a decretação da anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para

## Notas Explicativas

Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Ambas as ações são conexas.

O mérito das ações ainda não foi apreciado pelo Poder Judiciário, tendo havido discussão acerca da inclusão, ou não, das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo das ações. No momento, aguarda-se citação de novos réus, pessoas físicas. Após concluída a referida citação, deverá ser aberto prazo para a contestação por parte dos réus.

### 12.5.1.9 Controlar

#### a. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa n.º 0044586-80.2011.8.26.0053

Ajuizada pelo MP/SP em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito.

Após a discussão de questões processuais diversas, incluindo a apresentação de defesa prévia e contestação por todos os Réus, em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela lei n.º 8.249/1995 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais.

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferida decisão que, em linhas gerais, manteve as mesmas questões suscitadas anteriormente no processo. Face a esta decisão, a CCR e outros réus apresentaram embargos de declaração e, posteriormente, Agravos de Instrumento perante o Tribunal de Justiça requerendo nova decisão acerca da imediata aplicabilidade das alterações da lei de Improbidade Administrativa. Aguarda-se o julgamento dos referidos agravos de instrumento.

Nos autos principais, em primeiro grau, aguarda-se a manifestação do Ministério Público sobre a suspensão do processo, independentemente das decisões a serem proferidas nos Agravos de Instrumento interpostos pelas partes.

#### b. Ação Cautelar n.º 1006718-80.2013.8.26.0053

Ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do contrato de concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). A Municipalidade interpôs recurso de agravo de instrumento, mas não obteve êxito no respectivo efeito suspensivo pleiteado (liminar). Posteriormente, a Controlar pleiteou a extensão da medida cautelar para que permanecesse prestando o serviço até que a Municipalidade concluísse a licitação do novo modelo de inspeção veicular e as novas empresas contratadas estivessem aptas a operar o referido serviço, o que foi indeferido pelo juiz da causa. Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal, n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).

#### c. Ação Ordinária n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 – Indenização pelo encerramento antecipado do Contrato

A ação foi proposta pela Controlar em 14 de novembro de 2013 contra a Municipalidade de São Paulo tendo por objetivo o reconhecimento da extinção do Contrato n.º 34/SVMA/95 por culpa exclusiva da Municipalidade, condenando-a a indenizar a Controlar pelos prejuízos causados com o rompimento antecipado.

## Notas Explicativas

Após a determinação de que fosse realizada perícia, em 2 de março de 2017, a Prefeitura opôs embargos de declaração para que seja apreciada desde logo a questão do prazo de vigência do contrato de concessão. Em 14 de setembro de 2017, foi proferida decisão acolhendo os embargos da Prefeitura para reconhecer que houve rescisão antecipada do Contrato n.º 34/SVMA/95 a ensejar a responsabilização da Municipalidade de São Paulo pelos danos materiais causados à Controlar, ressalvada eventual questão prejudicial advinda do prosseguimento da ação civil pública de improbidade administrativa n.º 0044586-80.2011.8.26.0053.

Realizada a perícia, e após manifestação das Partes, em 11 de março de 2021, foi apresentada a manifestação do perito acerca das críticas apresentadas pela Controlar ao laudo pericial. Em 23 de junho de 2021, a Controlar apresentou as razões finais. Aguarda-se prolação da sentença.

### d. Ação Civil Pública n.º 0424291-45.1997.8.26.0053 – Nulidade de Convênio de Cooperação para a utilização do Centro Integrado de Taxi

Ajuizada em 4 de dezembro de 1997, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a Controlar, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réas para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso. A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período. O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003. Aguarda-se o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos pela Controlar aos tribunais superiores (STJ e STF).

### 12.5.1.10 Renovias

#### a. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em virtude da assinatura do TAM n.º 21/2022, houve a extinção do feito por perda de objeto. Em 7 de junho de 2023, foi proferida sentença acolhendo o pedido das partes referente à extinção do feito por perda do objeto, motivo pelo qual o referido processo não será mais reportado nas demonstrações financeiras.

#### b. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo n.º 1060269-33.2017.8.26.0053).

Em 23 de setembro de 2020, o juiz determinou a intimação das partes acerca do laudo pericial. Após a apresentação do laudo pericial, posteriormente complementado em face das críticas apresentadas pelas partes, em 14 de fevereiro de 2023, foi apresentado novo laudo complementar pelo perito. A Renovias apresentou manifestação reiterando as conclusões do laudo favoráveis, e, em 12 de junho de 2023, apresentou suas alegações finais.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo. Dessa forma, o processo seguirá suspenso até 10 de julho de 2024.

## Notas Explicativas

### c. Termo Aditivo Modificativo n.º 13/06

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM n.º 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM n.º 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias.

Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo.

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário n.º 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes interposto Recurso de Apelação, já julgados.

Em 27 de junho de 2022, a Renovias interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que aguardam julgamento.

### 12.5.1.11 Linha 15

#### a. Nulidade da licitação da Linha 15 – Prata (Ação Popular n.º 1010888-85.2019.8.26.0053)

Em 8 de março de 2019, foi ajuizada Ação Popular em face do Estado de São Paulo, e outros pleiteando a anulação da concorrência internacional n.º 01/2017, processo STM n.º 816/2017, para a concessão onerosa de prestação de serviço público de transporte de passageiros da Linha 15, da Rede Metroviária de São Paulo, com tecnologia de monotrilho. É de conhecimento da CCR outra Ação Popular sobre o tema, na qual a CCR não é parte. Considerando não ter havido a celebração do contrato de concessão, foi requerida a extinção da ação por perda superveniente de objeto, pendente de apreciação pelo Poder Judiciário.

### 12.5.1.12 ViaMobilidade – Linhas 5 e 17

#### a. Nulidade da Concorrência Internacional n.º 002/2016 e do Contrato de Concessão n.º 003/2018 (Ação Popular n.º 1012890-622018.8.26.0053)

A Ação Popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da CCR no polo passivo do processo, o que ocorreu apenas em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a CCR ou a ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 não são Parte.

Os autores populares pretendem ver declarado nulo o Contrato de Concessão n.º 003/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da CCR” estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão.

## Notas Explicativas

A CCR foi citada nos autos da Ação Popular apenas em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados.

Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da CCR bem como para informar não ter interesse na produção de provas adicionais, foi determinado o sobrestamento da ação popular até que a ação popular conexa, movida por José Prado de Andrade alcance a fase de saneamento e/ou sentença.

### 12.5.1.13 ViaRio

#### a. Sobrepreço

Os processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão instaurados perante a Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro, Controladoria Geral do Município ("CGM/RJ") e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro ("TCM/RJ") e que trataram de um suposto sobrepreço na realização das obras foram todos concluídos, sem que tenha sido apurada qualquer infração por parte da concessionária.

#### b. Processo n.º 0189152-64.2020.8.19.0001- Ação Popular – nulidade do contrato de concessão

Em 30 de setembro de 2020 foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do Contrato de Concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1ª Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e atualmente aguarda-se julgamento.

#### c. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022 e 2023

A concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2020, com base em decisão liminar. Os processos seguem em tramitação em diferentes Instâncias.

### 12.5.1.14 VLT Carioca

#### a. Rescisão do contrato de concessão

Após a celebração do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Parceria Público Privada e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município do Rio de Janeiro, foi requerida a extinção da ação judicial, que ainda pende de homologação pelo Poder Judiciário. Dada essa evolução, a referida ação não será mais reportada nas demonstrações financeiras.

#### b. Procedimento Arbitral CCBC n.º 87/2019/SEC3

Em 14 de julho de 2023, após a celebração de acordo entre as partes informado por meio de Fato Relevante de 19 de julho de 2023, foi requerida a extinção do Procedimento Arbitral. Em razão dessa evolução, referido procedimento não será mais reportado nas demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### 12.5.1.15 ViaLagos

a. 8º e 10 Aditivos Contratuais (Ações Populares n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001 e Processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012)

Em razão dos Termos Aditivos em referência, foram distribuídas ações populares questionando a validade dos referidos aditivos contratuais.

A ação popular n.º 0014659-83.2017.8.19.0011 foi distribuída em 8 de agosto de 2017. Após a apresentação de contestação pelos Réus, foi determinada a prova pericial. Aguarda-se início da perícia.

A ação popular n.º 0253634-55.2019.8.19.0001 foi distribuída em 10 de outubro de 2019. Após a apresentação de contestação pela concessionária, bem como pelo DER-RJ, Estado do Rio de Janeiro e AGETRANSP, todos defendendo a plena validade dos aditivos. Aguarda-se o fim do ciclo citatório dos demais réus para iniciar a fase instrutória do processo.

De seu turno, também tramita procedimento administrativo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema. Após controvérsia sobre a possibilidade, ou não, de extensão do prazo do contrato de concessão da Via Lagos, em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, porém, entendeu necessário remeter essa análise para auditoria extraordinária governamental (processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012).

Em 3 de maio de 2023, o Plenário proferiu acórdão nos autos da auditoria governamental, onde acolheu, em parte, as conclusões da instância técnica do Tribunal de Contas, entendendo (i) pela ausência de estudos demonstrando a vantagem da prorrogação da concessão da Via Lagos em detrimento da realização de um novo certame; (ii) pelo desequilíbrio econômico-financeiro da avença em favor da ViaLagos; e (iii) pelo uso de premissas e parâmetros inadequados para a prorrogação contratual realizada. Contudo, o Colegiado do TCE-RJ entendeu que ainda seria necessário ouvir os esclarecimentos da AGETRANSP e do DER-RJ sobre o caso, a fim de proferir uma decisão final de mérito sobre a legalidade da prorrogação do contrato de concessão. Aguarda-se prosseguimento do processo no âmbito do TCE/RJ.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

### 12.5.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Os processos listados abaixo foram encerrados ou estão em fase de encerramento, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a eles. Tais processos apenas serão reportados nas demonstrações financeiras futuras se, por qualquer motivo, ocorrer alguma mudança de expectativa de seus riscos ou efeitos.

#### 12.5.2.1 RDN

Em virtude do encerramento do contrato de concessão, em razão do acordo celebrado pela RDN e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 7 de dezembro de 2022, ou em razão de sua própria tramitação os

## Notas Explicativas

seguintes processos administrativos ou judiciais de interesse da RDN foram encerrados ou estão em fase de encerramento:

- Processo de encampação (processo n.º 0028294-77.2003.4.01.3400)
- Ação judicial contra o Decreto expropriatório (processo n.º 0001395-08.2004.4.01.3400)
- Ação Civil Pública n.º 5005558-18.2012.4.04.7009 (duplicação do trecho entre Jaguariaíva – Pirai do Sul)
- Ação Ordinária n.º 5061296-37.2020.4.04.7000 (reajuste de tarifa de pedágio para o ano de 2020)
- Ação n.º 5077418-91.2021.4.04.7000 (Notificação Judicial)
- Ação Civil Pública n.º 5079396-06.2021.4.04.7000 (Canalização)
- Ação n.º 5077425-83.2021.4.04.7000 (Interpelação Judicial)
- Ação de Consignação em Pagamento n.º 5080104-56.2021.4.04.7000 (Bens reversíveis)
- Processo Administrativo TCE/PR n.º 314.020/20 (inidoneidade cautelar das concessionárias no Estado do Paraná)

### 12.5.2.2 AutoBAN, SPVias e ViaOeste

Em virtude do acordo celebrado pelas concessionárias paulistas e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 29 de junho de 2021 os seguintes processos administrativos ou judiciais de interesse da AutoBAN, SPVias e ViaOeste foram encerrados ou estão em fase de encerramento:

- Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 16/06 (AutoBAN);
- Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 14/06 (SPVias);
- Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 12/06 (ViaOeste);
- Ação Judicial sobre a Alteração do Índice de reajuste de tarifas de pedágio (AutoBAN, SPVias e ViaOeste);
- Ação judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2013 (AutoBAN, SPVias e ViaOeste); e
- Ação Judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2014 (AutoBAN, SPVias e ViaOeste).

## 13. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento – Consolidado

	Imobilizado								Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Embarcações	Fibra óptica			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>41.193</b>	<b>149.334</b>	<b>33.663</b>	<b>26.692</b>	<b>415.713</b>	<b>145.432</b>	<b>7.205</b>	<b>21.195</b>	<b>840.427</b>	<b>138.891</b>	<b>979.318</b>
Adições	-	2.214	-	-	1.209	-	-	-	3.423	282.833	286.256
Baixas	(76)	(426)	(342)	-	-	(189)	-	-	(1.033)	(5.015)	(6.048)
Transferências	6.306	35.084	11.938	9.333	-	49.994	-	11.304	123.959	(120.180)	3.779
Depreciação	(6.849)	(46.549)	(18.562)	(1.658)	-	(43.627)	(1.073)	(1.578)	(119.896)	-	(119.896)
Ajuste de conversão	(671)	(2.180)	(376)	(369)	-	-	(882)	-	(4.478)	-	(4.478)
Outros	(7.636)	(19.697)	(647)	1.377	-	(41.351)	-	(30.921)	(98.875)	(22.279)	(121.154)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.267</b>	<b>117.780</b>	<b>25.674</b>	<b>35.375</b>	<b>416.922</b>	<b>110.259</b>	<b>5.250</b>	<b>-</b>	<b>743.527</b>	<b>274.250</b>	<b>1.017.777</b>
Custo	77.871	485.251	150.181	45.384	416.922	537.177	49.618	-	1.762.404	274.250	2.036.654
Depreciação acumulada	(45.604)	(367.471)	(124.507)	(10.009)	-	(426.918)	(44.368)	-	(1.018.877)	-	(1.018.877)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32.267</b>	<b>117.780</b>	<b>25.674</b>	<b>35.375</b>	<b>416.922</b>	<b>110.259</b>	<b>5.250</b>	<b>-</b>	<b>743.527</b>	<b>274.250</b>	<b>1.017.777</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.752	350.752
Baixas	(399)	(2.046)	(810)	-	-	(652)	-	-	(3.907)	-	(3.907)
Transferências	(3.635)	69.370	69.443	2.444	-	43.681	-	3.021	184.324	(184.324)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	7.257	-	-	-	-	-	-	7.257	-	7.257
Reclassificações para propriedade para investimento (a)	-	-	-	-	(277.361)	-	-	-	(277.361)	-	(277.361)
Provisão para perda (a)	-	-	-	-	(118.869)	-	-	-	(118.869)	-	(118.869)
Reclassificações para mantido para venda	(27)	(411)	75	(17)	-	(8.720)	-	(946)	(10.046)	2.903	(7.143)
Depreciação	(5.832)	(43.952)	(21.069)	(2.088)	-	(39.834)	(1.065)	(2.075)	(115.915)	-	(115.915)
Ajuste de conversão	(28)	(508)	(178)	(134)	-	-	(196)	-	(1.044)	-	(1.044)
Outros	(1)	2.081	(612)	-	-	2.230	-	-	3.698	(1.452)	2.246
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.345</b>	<b>149.571</b>	<b>72.523</b>	<b>35.580</b>	<b>20.692</b>	<b>106.964</b>	<b>3.989</b>	<b>-</b>	<b>411.664</b>	<b>442.129</b>	<b>853.793</b>
Custo	65.866	510.070	202.784	46.303	20.692	486.947	47.677	-	1.380.339	442.129	1.822.468
Depreciação acumulada	(43.521)	(360.499)	(130.261)	(10.723)	-	(379.983)	(43.688)	-	(968.675)	-	(968.675)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.345</b>	<b>149.571</b>	<b>72.523</b>	<b>35.580</b>	<b>20.692</b>	<b>106.964</b>	<b>3.989</b>	<b>-</b>	<b>411.664</b>	<b>442.129</b>	<b>853.793</b>
<b>Taxa média anual de depreciação %</b>											
Em 31 de dezembro de 2023	10	13	24	4	-	12	2	5			

- Provisão para perda, com contrapartida no resultado, na rubrica de outras despesas. Tal provisão será mantida até que sejam concluídos os trâmites administrativos de devolução, com a respectiva baixa efetiva do custo da área do terreno do NASP a ser devolvida. Além disso, foi provisionado no passivo o valor de R\$ 2.507, o qual é relativo a custos associados a esta devolução. A parcela remanescente do terreno no valor de R\$ 277.361, que seria destinada até então à construção do NASP, foi considerada

## Notas Explicativas

doravante propriedade mantida para valorização de capital, por prazo indeterminado e foi reclassificada de ativo imobilizado para propriedade para investimento.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 13.959 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7.802 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 7,97% a.a. e 8,41% a.a., respectivamente.

### 14. Intangível e infraestrutura em construção – Consolidado

	Intangível									
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Cessão de fibra óptica e conectividade	Transmissão de dados de radiofrequência	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>18.457.302</b>	<b>68.390</b>	<b>34.924</b>	<b>732</b>	<b>1.475.979</b>	<b>33.182</b>	<b>20.070.509</b>	<b>1.277.316</b>	<b>21.347.825</b>	
Adições	676.190	157	7.345	133	-	80.349	764.174	2.618.899	3.383.073	
Baixas	(5.230)	(33)	-	-	(110.740)	(1.197)	(117.200)	(319.137)	(436.337)	
Transferências	526.719	28.886	-	-	-	(32.747)	522.858	(526.637)	(3.779)	
Amortização	(1.232.091)	(30.823)	(8.418)	(671)	(162.947)	-	(1.434.950)	-	(1.434.950)	
Ajuste de conversão	9.945	(645)	-	-	(18.682)	-	(9.382)	(78.382)	(87.764)	
Outros	5.187.723	(4.035)	(33.851)	(194)	-	(2.958)	5.146.685	(220.375)	4.926.310	
Provisão para perda por <i>impairment</i> (a)	(141.630)	-	-	-	-	-	(141.630)	-	(141.630)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.478.928</b>	<b>61.897</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.183.610</b>	<b>76.629</b>	<b>24.801.064</b>	<b>2.751.684</b>	<b>27.552.748</b>	
Custo	37.675.298	375.702	-	-	2.511.623	76.629	40.639.252	2.751.684	43.390.936	
Amortização acumulada	(14.196.370)	(313.805)	-	-	(1.328.013)	-	(15.838.188)	-	(15.838.188)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.478.928</b>	<b>61.897</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.183.610</b>	<b>76.629</b>	<b>24.801.064</b>	<b>2.751.684</b>	<b>27.552.748</b>	
Adições	-	-	27.423	624	-	58.305	86.352	5.239.039	5.325.391	
Baixas	(1.758)	-	-	-	-	-	(1.758)	-	(1.758)	
Transferências	1.852.960	48.415	-	-	-	(48.415)	1.852.960	(1.852.960)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(7.257)	(7.257)	-	(7.257)	
Reclassificações para ativos mantidos para venda	-	199	(14.244)	50	-	199	(13.796)	-	(13.796)	
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	27.211	-	-	-	-	140	27.351	3.268	30.619	
Reclassificação para o contas a receber dos Poderes Concedentes	(466)	-	-	-	-	-	(466)	(307.818)	(308.284)	
Reequilíbrio contratual - Aeris	186.675	-	-	-	-	-	186.675	-	186.675	
Amortização	(1.248.579)	(39.336)	(9.935)	(665)	(135.108)	-	(1.433.623)	-	(1.433.623)	
Ajuste de conversão	(46.006)	(149)	-	-	(11.369)	-	(57.524)	(12.711)	(70.235)	
Outros	(8.370)	(4)	(3.244)	(9)	-	-	(11.627)	(27.564)	(39.191)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>24.240.595</b>	<b>71.022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.037.133</b>	<b>79.601</b>	<b>25.428.351</b>	<b>5.792.938</b>	<b>31.221.289</b>	
Custo	39.538.359	422.299	-	-	2.486.180	79.601	42.526.439	5.792.938	48.319.377	
Amortização acumulada	(15.297.764)	(351.277)	-	-	(1.449.047)	-	(17.098.088)	-	(17.098.088)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>24.240.595</b>	<b>71.022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.037.133</b>	<b>79.601</b>	<b>25.428.351</b>	<b>5.792.938</b>	<b>31.221.289</b>	
<b>Taxa média anual de amortização %</b>										
Em 31 de dezembro de 2023	(b)	21	(c)	(c)	(b)					

- (a) Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos intangíveis na controlada ViaOeste;  
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico; e  
 (c) Amortização linear conforme prazo dos contratos.

## Notas Explicativas

### Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

<b>Mobilidade</b>	<b>ViaMobilidade - Linhas 8 e 9</b>	<b>2.543.405</b>
	Contrato Alstom (Aquisições de trens)	2.102.126
	Contrato Siemens (Sinalização e Energia)	199.847
	Revitalização de trens e estações	216.650
	Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	24.782
	<b>Metrô Bahia</b>	<b>132.015</b>
	Revitalização de trens e estações	132.015
<b>Rodovias</b>	<b>RodoAnel Oeste</b>	<b>123.541</b>
	Implantação das vias marginais Padreira-Raposo	118.426
	Implantação de faixas adicionais	5.115
	<b>ViaSul</b>	<b>724.057</b>
	Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	269.092
	Implantação de faixas adicionais e vias marginais	185.454
	Restauração de pavimento	137.803
	Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	76.228
	1ª Intervenção em obras de arte especiais	55.479
	<b>ViaCosteira</b>	<b>272.285</b>
	Implantação de marginais, dispositivos de segurança e sinalização, fibra óptica e passarelas	171.305
	Restauração de pavimento	59.543
	Obras de restauração em obras de arte especiais	26.006
	Adequação de taludes e dos acessos laterais da rodovia	15.431
	<b>RioSP</b>	<b>699.876</b>
	Etapa inicial das obras da BR-116 na Serra das Araras, região metropolitana de São Paulo e região metropolitana de São José dos Campos	391.451
	Obras de recuperação de terraplenos e adequação de taludes da rodovia	177.344
	Revitalização de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101	126.882
	Implantação de passarelas	4.198
	<b>SPVias</b>	<b>161.720</b>
Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	161.720	
<b>Aeropostos</b>	<b>Bloco Sul</b>	<b>378.525</b>
	Obras contratuais Fase 1A	9.115
	Obras contratuais Fase 1B	369.410
	<b>Bloco Central</b>	<b>131.492</b>
	Obras contratuais Fase 1A	6.920
	Obras contratuais Fase 1B	124.572

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 212.973 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 105.723 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 7,97% a.a. e 8,41% a.a., respectivamente.

### Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade de ativos intangíveis das empresas do Grupo CCR, que apresentavam indicadores de possível perda de recuperação,

## Notas Explicativas

sendo que não se identificou necessidade de complemento ou reversão de provisão para a ViaOeste, tampouco necessidade de constituição de provisão para as demais empresas avaliadas.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

### 15. Propriedades para investimento – Consolidado

O saldo de propriedades para investimento compreende o terreno adquirido pela investida SPCP (conforme descrito na nota explicativa n.º 1.1.2b), reclassificado de ativo imobilizado para propriedade para investimento em 2023, e mensurado pelo custo, no montante de R\$ 277.361.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse ativo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria R\$ 798.400 (nível 3). O valor justo foi apurado pelo método comparativo direto, que envolve a comparação com amostras de características semelhantes.

### 16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar			
			Vencimento final	Agosto de 2023			2023	2022	
CCR	Bank of America (a)	USD + 1,66% a.a.	N/I	Agosto de 2023	-	-	-	640.406 (i)	
<b>Subtotal Controladora</b>							-	-	<b>640.406</b>
Aeris	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	Dezembro de 2025	-	-	653.402	697.899 (g)	
BH Airport	BNDES (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (b)	Dezembro de 2035	2.164	1.112	429.898	445.864 (c) (d) (e) (h)	
CAP	Maduro and Curiel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	Março de 2032	-	-	188.486	222.559 (e)	
Metró Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito A e B)	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (b)	Outubro de 2042	43.108	23.312	2.595.817	2.619.135 (c) (e)	
Metró Bahia	BNDES (Subcrédito A)	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	Outubro de 2042	-	-	3.194	3.252 (c) (e)	
Metró Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito E)	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (b)	Outubro de 2042	13.085	8.103	706.811	711.770 (c) (e)	
Metró Bahia	BNDES (Subcrédito C)	TJLP + 3,4% a.a.	3,4979% (b)	Outubro de 2042	8.871	8.316	440.396	444.412 (c) (e)	
MSVia	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338% (b)	Março de 2039	17.013	8.257	577.656	608.834 (c) (e) (g)	
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918% (b)	Março de 2039	2.598	1.300	110.123	116.088 (c) (e) (g)	
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844% (b)	Março de 2039	2.671	1.347	45.063	47.446 (c) (e) (g)	
Pampulha	Itaú	CDI + 2,2% a.a.	2,9773% (b)	Julho de 2024	188	46	13.213	11.357 (g)	
ViaLagos	JPMorgan Chase (a)	USD + 5,88% a.a.	N/I	Junho de 2025	-	-	73.004	- (i)	
ViaMobilidade Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3342% (b)	Dezembro de 2048	6.286	6.238	197.379	- (c) (e) (f) (j)	
ViaMobilidade Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3297% (b)	Dezembro de 2048	20.218	20.063	636.408	- (c) (e) (f) (j)	
ViaSul	BNDES (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,1913% (b)	Dezembro de 2043	4.501	4.067	74.063	71.330 (c) (e) (g)	
ViaSul	BNDES (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,3949% (b)	Dezembro de 2043	4.902	4.512	97.240	92.338 (c) (e) (g)	
ViaSul	BNDES (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,9391% (b)	Dezembro de 2043	5.336	5.054	46.990	- (c) (e) (g)	
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (b)	Novembro de 2035	18.490	7.343	833.215	860.897 (c) (d) (e) (f)	
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito B)	6,14% a.a.	N/I	Novembro de 2035	-	-	35.209	37.178 (c) (d) (e) (f)	
<b>Total</b>							<b>99.070</b>	<b>7.757.567</b>	<b>7.630.765</b>

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>	-	<b>640.406</b>	<b>276.364</b>	<b>877.927</b>
Empréstimos e financiamentos	-	658.163	284.432	902.291
Valor justo	-	(17.757)	(14)	(17.757)
Custos de transação	-	-	(8.054)	(6.607)
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>7.481.203</b>	<b>6.752.838</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.571.879	6.820.630
Valor justo	-	-	340	-
Custos de transação	-	-	(91.016)	(67.792)
<b>Total</b>	-	<b>640.406</b>	<b>7.757.567</b>	<b>7.630.765</b>

## Notas Explicativas

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 23;
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

### Garantias:

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da CCR;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta; e
- (i) Não existem garantias.

	2023
	Consolidado
<b>Cronograma de desembolsos (não circulante)</b>	
2025	930.986
2026	247.398
2027	282.179
2028	302.656
2029 em diante	5.808.660
Valor justo	340
(-) Custo de transação	(91.016)
<b>Total</b>	<b>7.481.203</b>

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

## Notas Explicativas

## 17. Debêntures, notas promissórias e notas comerciais

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
CCR	11ª Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5812% (a)	Novembro de 2024	1.910	142	197.823	396.640 (d)
CCR	11ª Emissão - Série 4	IPCA + 6% a.a.	(b)	Novembro de 2024	866	-	122.959	233.431 (d)
CCR (*)	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,80% a.a.	1,9702% (a)	Dezembro de 2025	6.388	-	-	802.017 (j)
CCR	14ª Emissão - Série 1	CDI + 2,20% a.a.	4,6700% (a)	Dezembro de 2026	3.580	1.478	480.789	480.951 (d)
CCR	14ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	(b)	Dezembro de 2028	10.167	-	572.731	531.193 (d)
CCR	15ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	(b)	Novembro de 2033	18.180	-	534.197	522.501 (d)
CCR	16ª Emissão - Série 1	CDI + 1,70% a.a.	1,7658% (a)	Janeiro de 2029	6.279	4.343	1.783.144	1.790.638 (d)
CCR	16ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	6,9460% (a)	Janeiro de 2036	33.785	29.659	851.732	812.008 (d)
CCR	16ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	(b)	Janeiro de 2036	38.337	-	1.136.938	1.066.789 (d)
CCR (*)	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 2	CDI + 1,30% a.a.	1,3942% (a)	Dezembro de 2023	1.781	-	-	731.373 (d)
CCR (*)	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 4	CDI + 1,30% a.a.	1,4149% (a)	Dezembro de 2023	543	-	-	182.777 (d)
<b>Subtotal Controladora</b>						<b>35.622</b>	<b>5.680.313</b>	<b>7.550.318</b>
AutoBAN	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	Outubro de 2026	2.798	521	338.307	449.848 (i)
AutoBAN	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	Novembro de 2026	3.810	2.074	1.424.146	1.427.944 (d)
AutoBAN	13ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2630% (a)	Setembro de 2027	901	656	341.489	342.222 (d)
AutoBAN	14ª Emissão - Série única	CDI + 2,14% a.a.	2,3641% (a)	Junho de 2028	25.449	18.286	2.645.565	- (d)
Bloco Central (*)	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8757% (a)	Março de 2024	2.584	-	-	700.976 (e)
Bloco Central (*)	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	2,0858% (a)	Abril de 2024	557	-	-	78.467 (e)
Bloco Central	3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6.876	6.834	809.041	- (f) (g) (h) (k)
Bloco Sul (*)	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8688% (a)	Março de 2024	7.449	-	-	2.103.082 (e)
Bloco Sul (*)	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	1,9513% (a)	Abril de 2024	795	-	-	122.724 (e)
Bloco Sul	3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20.532	20.421	2.531.270	- (f) (g) (h) (k)
Pampulha	1ª Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,60% a.a.	1,7951% (a)	Agosto de 2025	115	97	31.214	- (e)
RioSP	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	Dezembro de 2024	4.372	1.484	1.053.310	1.053.740 (d)
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (c)	Abril de 2024	3.171	46	186.258	244.418 (e)
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	186.962	248.247 (e)
RodoAnel Oeste	7ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2072% (a)	Abril de 2025	538	374	93.123	- (e)
RodoAnel Oeste	7ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (a)	Abril de 2023	143	-	-	46.185 (e)
RS Holding	5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	Outubro de 2031	14.017	7.450	510.796	546.659 (f)
SPVias	9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	Março de 2026	4.074	825	502.972	508.572 (i)
SPVias	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9382% (a)	Agosto de 2026	1.798	885	506.466	508.572 (e)
SPVias	11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	Fevereiro de 2027	884	534	168.327	168.968 (i)
SPVias	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março 2028	2.575	2.162	127.620	- (d)
ViaLagos	5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% a.a.	3,0762% (a)	Julho de 2023	1.658	-	-	230.740 (d)
ViaLagos	6ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	2,0264% (a)	Junho de 2025	668	504	125.004	- (d)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	(b)	Abril de 2030	20.919	-	549.896	597.391 (f) (g) (h) (k)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,9778% (a)	Abril de 2024	8.706	-	429.394	1.899.696 (e)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,0775% (a)	Abril de 2024	3.951	-	228.116	901.623 (e)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,4544% a.a.	6,4544% (a)	Outubro de 2048	5.316	5.148	2.583.845	- (f) (g) (h) (i) (l)
ViaOeste	8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	Dezembro de 2022	1.878	-	-	481.707 (e)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	Março de 2028	10.072	2.433	542.495	659.722 (f) (g) (h)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	Março de 2028	5.534	1.455	458.392	530.663 (f) (g) (h)
ViaSul	1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6695% (a)	Outubro de 2048	6.263	6.090	915.924	- (g) (h) (i)
VLT Carioca	1ª Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,85% a.a.	2,8069% (a)	Maio de 2024	670	283	77.880	- (e)
VLT Carioca	2ª Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 2,50% a.a.	3,4151% (a)	Setembro de 2026	1.263	1.166	48.577	- (e)
<b>Total</b>						<b>115.350</b>	<b>22.896.702</b>	<b>21.400.489</b>

(\*) Liquidada antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>861.751</b>	<b>1.820.615</b>	<b>3.894.404</b>	<b>6.434.262</b>
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	792.424	1.711.481	3.805.278	6.210.443
Valor justo	73.607	115.462	107.059	241.928
Custos de transação	(4.280)	(6.328)	(17.933)	(18.109)
<b>Não circulante</b>	<b>4.818.562</b>	<b>5.729.703</b>	<b>19.002.298</b>	<b>14.966.227</b>
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	4.899.948	5.914.976	19.211.652	15.355.110
Valor justo	(50.044)	(147.533)	(111.937)	(325.930)
Custos de transação	(31.342)	(37.740)	(97.417)	(62.953)
<b>Total</b>	<b>5.680.313</b>	<b>7.550.318</b>	<b>22.896.702</b>	<b>21.400.489</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 23;
- (c) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas

## Notas Explicativas

de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;

### Garantias:

- (d) Não existem garantias;
- (e) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (f) Garantia real;
- (g) Alienação fiduciária;
- (h) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (i) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (j) Garantia real adicional;
- (k) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*; e
- (l) Fiança bancária até a constituição das garantias reais de projeto.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2023	
	Controladora	Consolidado
2025	298.632	1.922.663
2026	293.829	2.032.146
2027	700.504	2.471.105
2028	800.965	2.881.181
2029 em diante	2.806.018	9.904.557
Valor justo	(50.044)	(111.937)
(-) Custo de transação	(31.342)	(97.417)
<b>Total</b>	<b>4.818.562</b>	<b>19.002.298</b>

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

## 18. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

### 18.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

## Notas Explicativas

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>94.122</b>	<b>82.792</b>	<b>77.345</b>	<b>1.638</b>	<b>255.897</b>
Constituição	171.252	35.001	28.252	83.490	317.995
Reversão	(33.853)	(34.877)	(24.678)	(9.151)	(102.559)
Pagamentos	(151.701)	(31.865)	(16.440)	-	(200.006)
Atualização de bases processuais e monetária	12.722	6.346	2.677	81	21.826
Transferências	(8.498)	-	8.498	-	-
Classificados como mantidos para venda	-	(7)	-	-	(7)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>84.044</b>	<b>57.390</b>	<b>75.654</b>	<b>76.058</b>	<b>293.146</b>

### 18.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Tributários (a) (b) (c) (d)	1.430.015	1.253.731
Cíveis, administrativos e outros (e)	253.521	134.397
Trabalhistas e previdenciários	83.386	45.974
<b>Total</b>	<b>1.766.922</b>	<b>1.434.102</b>

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

- R\$ 348.467 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 299.957 em 31 de dezembro de 2022), por supostos débitos e IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017 houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 191.667, e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objeto de depósito judicial, atualmente no valor de R\$ 156.799 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.129 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
- R\$ 333.452 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 306.852 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 192.304 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 178.110 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas;
- R\$ 202.870 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 185.580 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 157.483 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 143.803 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas; e
- R\$ 433.669 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 394.785 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 316.635 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 289.196 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

- O saldo, em 31 de dezembro de 2023, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de

## Notas Explicativas

diversas naturezas.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 19.633 (R\$ 66.111 em 31 de dezembro de 2022).

### 19. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>65.092</b>	<b>374.679</b>	<b>439.771</b>
Constituição	266.686	216.096	482.782
Ajuste a valor presente	19.355	32.543	51.898
Realização	(146.935)	-	(146.935)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>204.198</b>	<b>623.318</b>	<b>827.516</b>

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

### 20. Patrimônio líquido

#### 20.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### 20.2. Custos de captação

Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.

#### 20.3. Transação com sócios

Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.

#### 20.4. Ágio em transição de capital

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

#### 20.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### 20.6. Reserva para equalização de dividendos e investimentos

Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades

## Notas Explicativas

controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.

### 20.7. Reserva de lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

### 20.8. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 25 de outubro de 2023, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2023, no montante de R\$ 316.198, correspondentes a R\$ 0,15677311202 por ação ordinária em circulação, à conta da totalidade do saldo de reserva de lucros a realizar conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2023.

A Administração da Companhia propõe o destaque de Dividendos Adicionais Propostos, no montante de R\$ 131.322, relativo aos lucros apurados no exercício de 2023.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício (controladora)	1.704.840
(-) Constituição de reserva legal	<u>(85.242)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>1.619.598</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>404.899</u>
Dividendo mínimo aprovado	(404.899)

### 20.9. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.

## Notas Explicativas

### 20.10. Lucro por ação básico e diluído

Controladora e Consolidado	2023	2022
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	1.704.840	4.133.088
<b>Denominador (em milhares)</b>		
Média ponderada de ações - básico	2.018.409	2.020.000
Média ponderada de ações - diluído	2.020.000	2.020.000
<b>Lucro líquido por ação - básico</b>	<b>0,84465</b>	<b>2,04608</b>
<b>Lucro líquido por ação - diluído</b>	<b>0,84398</b>	<b>2,04608</b>

### 20.11. Ações em Tesouraria - Recompra de Ações

Em 30 de maio de 2023, a Companhia iniciou um programa de recompra de até 3.200.000 ações ordinárias de sua própria emissão, para liquidação das obrigações do Programa de Incentivo de Longo Prazo, liquidáveis em ações. Em 21 de agosto de 2023, foram concluídas as aquisições correspondentes ao limite previsto no referido programa. Foram adquiridas 3.186.433 ações, ao preço médio de R\$ 14,07 por ação, correspondente ao valor de R\$ 44.825, registrado como reserva de capital - ações em tesouraria.

### 20.12. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, a Companhia aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do *TSR* (*Total Shareholder Return*) alvo real da Companhia no período.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no *TSR*. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 1.022.483;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (*TSR* do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (*TSR* alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

## Notas Explicativas

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 1.022.483 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Adicionalmente, a Companhia outorgou, em 22 de junho de 2023, a quantidade de 282.747 ações atreladas à retenção, que poderão ser exercidas até abril de 2025, cujo valor justo na data da outorga foi de R\$ 13,95, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Do total de 2.327.713 de ações outorgadas em 2023, foram exercidas no exercício 106.858, no montante de R\$ 1.505, restando 2.220.855 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 13.218.

### 21. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receita bruta</b>	<b>136.654</b>	<b>299.103</b>	<b>19.921.329</b>	<b>20.150.120</b>
Receitas de pedágio	-	-	8.264.206	7.410.995
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	3.948.202	1.618.466
Receitas aeroportuárias	-	-	1.857.276	1.830.211
Receitas metroviárias	-	-	2.255.126	1.903.932
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	1.096.009	957.511
Receitas acessórias	-	-	325.888	323.868
Receitas aquaviárias	-	-	104.662	76.544
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	68.158	84.442
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	68.282	38.483
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	136.654	299.103	8.416	9.182
Receita de reequilíbrio - AutoBAN (a)	-	-	-	5.254.058
Receita de reequilíbrio - Aeris (b)	-	-	192.131	-
Receita de reequilíbrio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (c)	-	-	297.892	-
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro (c)	-	-	682.607	-
Receita de reequilíbrio - BH Airport (d)	-	-	28.073	-
Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B	-	-	21.578	21.775
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	486.029	620.620
Indenização por serviço público prestado - Barcas (e)	-	-	216.794	-
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	-	-	-	33
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(19.422)</b>	<b>(38.971)</b>	<b>(988.604)</b>	<b>(968.429)</b>
Impostos sobre receitas	(19.422)	(38.971)	(972.823)	(881.153)
Abatimentos	-	-	(15.781)	(87.276)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>117.232</b>	<b>260.132</b>	<b>18.932.725</b>	<b>19.181.691</b>
Receita operacional líquida no Brasil	117.232	260.132	18.028.485	18.199.768
Receita operacional líquida no Exterior	-	-	904.240	981.923

- (a) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022, pela AutoBAN;
- (b) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do 4º Termo Aditivo ao contrato de concessão da operação do Aeroporto Juan Santamaria, pela Aeris;
- (c) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração dos 2º e 8º Termos Aditivos, devido às perdas de receita tarifária advindas da pandemia da COVID-19;
- (d) Receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente a perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros, advinda da pandemia da COVID-19, conforme determinação da ANAC; e
- (e) Complemento dos valores que Barcas tem a receber do Poder Concedente, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023.

## Notas Explicativas

### 22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.150.548)</b>	<b>(2.388.347)</b>	<b>(5.540.672)</b>	<b>(5.328.963)</b>
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais	(723.707)	(828.293)	(3.371.075)	(3.167.535)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(144.565)	(155.895)	(326.187)	(199.795)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(45.320)	(152.976)	(50.204)	(152.976)
Variação monetária sobre obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(165.496)	(149.250)
Juros e variações monetárias	(3.262)	(7.334)	(59.874)	(96.075)
Perda com operações de derivativos	(793.639)	(1.076.350)	(913.049)	(1.206.314)
Juros sobre impostos, contribuições e multa com os Poderes Concedentes parcelados	-	-	(1.599)	(1.125)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(51.898)	(16.453)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	226.932	113.525
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	(424.912)	(151.971)	(498.085)	(185.941)
Ajuste a valor presente de obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(80.737)	(46.820)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(426)	(243)	(3.020)	(11.516)
Juros e variação monetária sobre acordo de leniência e PIC	(337)	(1.385)	(337)	(1.385)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(64)	(2)	(5.009)	(7.561)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(14.316)	(13.898)	(241.034)	(199.742)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.542.666</b>	<b>1.488.599</b>	<b>2.328.195</b>	<b>2.221.790</b>
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	81.695	201.348	86.785	201.348
Juros e variações monetárias	185.966	132.064	37.840	35.407
Ganho com operações de derivativos	710.249	855.230	824.604	916.148
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	299
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	351.521	191.663	400.878	261.216
Rendimentos sobre aplicações financeiras	204.012	101.707	914.226	722.907
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	256	79	4.621	19.231
Juros e outras receitas financeiras	8.967	6.508	59.241	65.234
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(607.882)</b>	<b>(899.748)</b>	<b>(3.212.477)</b>	<b>(3.107.173)</b>

### 23. Instrumentos financeiros

#### 23.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

## Notas Explicativas

Ativo	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>4.631.919</b>	<b>4.097.677</b>	<b>16.683.719</b>	<b>16.788.521</b>
Caixa e bancos	Nível 2	1.189	267	382.843	330.055
Aplicações financeiras	Nível 2	2.307.658	2.091.472	6.621.312	7.793.332
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	8.002	5.173	282.343	221.848
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	249.690	228.482	253.248	233.096
Contas a receber do Poder Concedente - MSVia	Nível 3	-	-	701.948	1.036.346
<b>Valor justo através do resultado abrangente</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.302</b>
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	-	-	-	1.302
<b>Custo amortizado</b>		<b>2.065.380</b>	<b>1.772.283</b>	<b>8.442.025</b>	<b>7.172.542</b>
Contas a receber das operações		-	-	955.796	878.463
Contas a receber dos Poderes Concedentes		-	-	7.109.196	5.979.544
Contas a receber de partes relacionadas		178.355	129.018	153.532	122.367
Mútuos com partes relacionadas		1.215.972	1.113.761	216.136	190.911
AFAC - partes relacionadas		161.039	76.039	457	1.257
Dividendos e juros sobre capital próprio		510.014	453.465	6.908	-
<b>Passivo</b>	<b>Nível</b>	<b>(6.175.408)</b>	<b>(8.522.934)</b>	<b>(35.799.933)</b>	<b>(33.468.535)</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>(2.410.945)</b>	<b>(3.173.461)</b>	<b>(3.257.968)</b>	<b>(4.082.473)</b>
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais (a)	Nível 2	(2.366.825)	(2.353.914)	(3.103.683)	(3.199.552)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira(a)	Nível 2	-	(640.406)	(73.004)	(640.406)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	(44.120)	(179.141)	(81.281)	(242.515)
<b>Valor justo através do resultado abrangente</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(292)</b>	<b>-</b>
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	-	-	(292)	-
<b>Custo amortizado</b>		<b>(3.764.463)</b>	<b>(5.349.473)</b>	<b>(32.541.673)</b>	<b>(29.386.062)</b>
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais (a)		(3.313.488)	(5.196.404)	(19.793.019)	(18.200.937)
Empréstimos e financiamentos (a)		-	-	(7.684.563)	(6.990.359)
Fornecedores e outras contas a pagar		(42.817)	(74.858)	(1.665.543)	(985.633)
Mútuos cedidos a terceiros		-	-	-	(122.884)
Mútuos com partes relacionadas		-	-	(200.142)	(342.171)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(1.782)	(2.907)	(46.817)	(20.921)
AFAC - partes relacionadas		(1.196)	(1.196)	(1.196)	(1.196)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(405.180)	(74.108)	(479.911)	(141.245)
Obrigações com os Poderes Concedentes		-	-	(2.670.482)	(2.580.716)
<b>Total</b>		<b>(1.543.489)</b>	<b>(4.425.257)</b>	<b>(19.116.214)</b>	<b>(16.680.014)</b>

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação

**Contas a receber do Poder Concedente – MSVia** – Foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

**Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A controlada ViaLagos captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), por uma taxa de USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a.. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 72.679 em 31 de dezembro de 2023.

**Empréstimos, debêntures, notas promissórias e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo						
Empréstimos (a)	-	-	-	-	13.259	13.369	11.479	11.809
Debêntures, notas promissórias e notas comerciais (a)	3.349.110	3.611.704	5.240.472	5.451.773	19.908.369	22.285.182	18.281.999	18.804.368

## Notas Explicativas

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

**Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** – A Companhia e suas controladas captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 3.108.561 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.283.557 em 31 de dezembro de 2022), conforme detalhado a seguir:

<b>Empresa</b>	<b>Taxa contratual da dívida</b>	<b>Taxa contratual - Swap</b>	<b>Custo amortizado (a)</b>
CCR	IPCA + 6% a.a.	CDI + 1,80% a.a.	122.696
CCR	IPCA + 4,25% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	590.179
CCR	IPCA + 4,88% a.a.	CDI + 1,3817% a.a.	555.778
CCR	IPCA + 6,4370% a.a.	CDI + 0,90% a.a. / 107,2% CDI a.a. / CDI + 0,85% a.a. / 105,78% CDI a.a.	1.074.609
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	578.997
RodoAnel Oeste	120% do CDI	CDI + 0,9940% a.a.	186.302
<b>Total</b>			<b>3.108.561</b>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

### 23.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

O Grupo CCR contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros de emissões de debêntures, e *NDF (Non-Deliverable Forward)* para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 31 de dezembro de 2023:

<b>Empresa</b>	<b>Risco</b>	<b>Risco coberto</b>
CCR	<i>Swap</i> - riscos de juros	100% Debêntures - 11ª Emissão - Série 4
CCR	<i>Swap</i> - riscos de juros	100% Debêntures - 14ª Emissão - Série 2
CCR	<i>Swap</i> - riscos de juros	100% Debêntures - 15ª Emissão - Série única
CCR	<i>Swap</i> - riscos de juros	58,28% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2
RodoAnel Oeste	<i>Swap</i> - riscos de juros	50% Debêntures - 6ª Emissão - Série única
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	<i>Swap</i> - riscos de juros	100% Debêntures - 2ª Emissão
ViaLagos	<i>Swap</i> - riscos cambiais	100% Empréstimo em moeda estrangeira
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	<i>NDF</i> - riscos cambiais	100% Fluxo de Caixa

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

## Notas Explicativas

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
		Moeda local		Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado			
		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
<b>Swap - riscos cambiais</b>		<b>15.000</b>	<b>124.574</b>	<b>(94.043)</b>	<b>(71.515)</b>	<b>(488)</b>	<b>(25.642)</b>	<b>(68.889)</b>	<b>(138.814)</b>	-	-
CCR	2023	-	124.574	(91.578)	(71.515)	-	(25.642)	(65.936)	(138.814)	-	-
ViaLagos	2025	15.000	-	(2.465)	-	(488)	-	(2.953)	-	-	-
<b>Swap - riscos de juros</b>		<b>3.334.051</b>	<b>3.329.852</b>	<b>(176.086)</b>	<b>(106.322)</b>	<b>172.455</b>	<b>15.925</b>	<b>(19.556)</b>	<b>(138.785)</b>	-	-
CCR	2023 a 2036	2.250.051	2.245.852	(148.041)	(94.117)	205.570	74.983	(17.454)	(82.306)	-	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(31.510)	(17.712)	(34.184)	(63.374)	(2.320)	(58.730)	-	-
RodoAnel Oeste	2024	384.000	384.000	3.465	3.342	1.069	4.316	218	2.127	-	-
SPVias	2022	-	-	-	2.165	-	-	-	124	-	-
<b>NDF - riscos cambiais</b>		<b>18.492</b>	<b>51.165</b>	<b>(4.193)</b>	<b>(12.539)</b>	<b>(292)</b>	<b>1.600</b>	<b>-</b>	<b>(12.567)</b>	<b>(6.085)</b>	<b>1.600</b>
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2023 a 2025	18.492	-	(44)	-	(292)	-	-	-	(336)	-
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	2023	-	51.165	(4.149)	28	-	1.600	-	-	(5.749)	1.600
ViaSul	2022	-	-	-	(4.039)	-	-	-	(4.039)	-	-
VLT Carioca	2022	-	-	-	(5.132)	-	-	-	(5.132)	-	-
CPC	2022	-	-	-	(3.396)	-	-	-	(3.396)	-	-
<b>Total</b>		<b>3.367.543</b>	<b>3.505.591</b>	<b>(274.322)</b>	<b>(190.376)</b>	<b>171.675</b>	<b>(8.117)</b>	<b>(88.445)</b>	<b>(290.166)</b>	<b>(6.085)</b>	<b>1.600</b>

### 23.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

#### 23.3.1. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre dívidas e contratos de fornecedores estrangeiros e *NDF* sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos com fornecedores estrangeiros	Dólar / Euro	(96.750)	-	(24.188)	(48.375)
Hedge <i>NDF</i> de fluxo de caixa futuro	Euro	6.186	-	1.546	3.093
Arrendamento	Euro	(480)	-	(120)	(240)
<b>Total do efeito de perda</b>			<b>-</b>	<b>(22.762)</b>	<b>(45.522)</b>
<b>Moedas em 31/12/2023:</b>	Dólar <sup>(2)</sup>		4,8413	6,0516	7,2620
	Euro <sup>(2)</sup>		5,3516	6,6895	8,0274

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e

## Notas Explicativas

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2023, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

### 23.3.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, notas comerciais, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ <sup>(7) (8)</sup>	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(14.581.805)	(1.877.668)	(2.289.848)	(2.701.879)
IPC-A	(9.315.189)	(1.025.838)	(1.128.578)	(1.231.320)
TJLP	(5.836.472)	(563.920)	(659.081)	(754.266)
SOFR diária	(653.402)	(48.155)	(68.306)	(91.702)
<b>Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, derivativos e notas comerciais</b>		<b>(3.515.580)</b>	<b>(4.145.812)</b>	<b>(4.779.166)</b>
CDI	(606.549)	(66.389)	(78.630)	(90.850)
<b>Efeito sobre os mútuos</b>		<b>(66.389)</b>	<b>(78.630)</b>	<b>(90.850)</b>
Selic <i>over</i>	(12.696)	(1.492)	(1.865)	(2.238)
<b>Efeito sobre as obrigações parceladas</b>		<b>(1.492)</b>	<b>(1.865)</b>	<b>(2.238)</b>
CDI	8.842.904	735.822	847.969	959.613
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>735.822</b>	<b>847.969</b>	<b>959.613</b>
<b>Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)</b>		<b>(2.847.639)</b>	<b>(3.378.338)</b>	<b>(3.912.641)</b>
<b>As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:</b>				
	Aumento do CDI <sup>(2)</sup>	11,6500%	14,5625%	17,4750%
	IPC-A <sup>(3)</sup>	4,6200%	5,7750%	6,9300%
	TJLP <sup>(4)</sup>	6,5300%	8,1625%	9,7950%
	Selic <i>over</i> <sup>(5)</sup>	11,7500%	14,6625%	17,5750%
	SOFR diária <sup>(6)</sup>	5,3800%	6,7250%	8,0700%
	Redução do CDI <sup>(2)</sup>	11,6500%	8,7375%	5,8250%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3. Nas investidas em que os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse. Nas investidas em que as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, foi considerada a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários de estresse;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 31/12/2023, divulgada pelo BNDES;
- (5) Taxa de 31/12/2023, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve em 31/12/2023;
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA Selic e SOFR).

## Notas Explicativas

### 24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### 24.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

Outorga variável	%	Base	Valor pago no exercício		Circulante	
			2023	2022	Valor a pagar	2022
AutoBAn	1,5	Receita bruta	49.836	41.277	4.509	3.753
ViaOeste	3,0	Receita bruta	41.583	19.122	3.814	1.684
RodoAnel Oeste	3,0	Receita bruta	12.228	10.500	1.098	926
SPVias	1,5	Receita bruta	16.106	13.086	1.494	1.269
Curaçao Airport (CAP)	16,0	Receita aeronáutica e não aeronáutica	52.832	12.518	5.284	4.297
BH Airport	5,0	Receita bruta (a)	13.923	10.782	18.824	15.639
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	1,0	Receita bruta	5.176	4.521	766	747
Pampulha	5,0	Receita bruta	-	-	374	115
<b>Total</b>			<b>191.684</b>	<b>111.806</b>	<b>36.163</b>	<b>28.430</b>

(a) Receita bruta, deduzida de 26,42% sobre as receitas tarifárias (incorporação do ATAERO às receitas reguladas), líquido de Pis e Cofins.

#### 24.2. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

Empresa	2023	2022
AutoBAn	3.342.916	3.261.921
BH Airport (a) (b)	188.469	179.663
Bloco Central	512.706	633.064
Bloco Sul	924.676	1.294.671
Pampulha	136.890	161.372
RioSP	14.406.417	15.233.241
RodoAnel Oeste (a)	440.861	456.802
SPVias	1.179.783	1.306.123
ViaCosteira	1.733.444	1.989.578
ViaLagos	63.149	66.556
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (a)	210.023	260.053
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (a)	1.870.203	3.755.737
ViaOeste (c)	1.242.280	1.465.039
ViaQuatro (a)	6.769	7.154
ViaSul	4.537.920	4.826.811
<b>Total</b>	<b>30.796.506</b>	<b>34.897.785</b>

(a) Os valores representam 100% da concessionária;

(b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pelas concessionárias, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista na BH Airport; e

(c) O compromisso de investimento estimado da ViaOeste, levando-se em conta obras de nível de serviço, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, totaliza R\$ 1.837.389.

## Notas Explicativas

Os valores acima, com exceção do mencionado no item (c), não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 24.3. Contribuição fixa - BH Airport

	2023		2022	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	246.062	238.049	228.811	222.586
Não circulante	3.351.684	2.396.270	3.367.639	2.329.700
<b>Total</b>	<b>3.597.746</b>	<b>2.634.319</b>	<b>3.596.450</b>	<b>2.552.286</b>

	2023		2022	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
2023	-	-	228.811	222.586
2024	246.062	238.049	165.910	155.673
2025	173.681	162.752	165.910	149.813
2026	155.911	147.254	148.935	135.112
2027	155.911	142.418	148.935	130.462
2028 em diante	2.866.181	1.943.846	2.737.949	1.758.640
<b>Total</b>	<b>3.597.746</b>	<b>2.634.319</b>	<b>3.596.450</b>	<b>2.552.286</b>

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão, o qual foi previsto no Edital de Licitação como integralmente devido desde o início da concessão, bem como à contribuição extraordinária para recomposição econômico-financeira prevista na revisão extraordinária do contrato de concessão.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo n.º 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, de maio para dezembro. A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

## Notas Explicativas

## 25. Demonstrações dos fluxos de caixa

## 25.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	-	-	<b>192.131</b>	<b>5.282.034</b>
Receita de reequilíbrio - Aeris, AutoBAN e baixa da parcela retida dos ex acionistas de Barcas	-	-	192.131	5.303.574
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	-	33.526
Baixa do investimento alienado	-	-	-	(40.722)
Baixa - arrendamento	-	-	-	(14.344)
<b>Variações nos ativos a passivos</b>	-	<b>(92.155)</b>	<b>(277.192)</b>	<b>561.856</b>
Contas a receber das operações	-	-	-	78.109
Contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(240.071)	20.257
Contas a receber de partes relacionadas	-	(106.567)	-	-
Tributos a recuperar	-	(8.120)	(5.242)	(5.617)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	(15.445)	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	-	-	-	17.512
Fornecedores	-	18	(59)	(6.198)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	(49.623)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias	-	1.834	-	(7.373)
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social	-	35.405	-	-
Obrigações com os Poderes Concedentes	-	-	(31.820)	610.323
Outras obrigações	-	720	-	(95.534)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	-	<b>92.875</b>	<b>85.061</b>	<b>(5.925.747)</b>
Mútuos com partes relacionadas	-	-	-	5.617
Adições ao ativo intangível	-	(584)	-	(610.323)
Outros ativo imobilizado e intangível	-	-	85.061	(5.274.315)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	(76.000)	(84.581)	(1.260)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	76.000	260.411	1.260	-
Caixa líquido recebido na venda de participação da TAS	-	-	-	(46.726)
Caixa líquido adquirido na incorporação da CIIS e da Infra SP	-	(66.941)	-	-
Títulos patrimoniais	-	(15.430)	-	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	-	<b>(720)</b>	-	<b>81.857</b>
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	-	16.868
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	65.709
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	-	(720)	-	(720)

## Notas Explicativas

## 25.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

Controladora	Empréstimos e financiamentos	Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>(640.406)</b>	<b>(7.550.318)</b>	<b>(74.108)</b>	<b>49.341</b>	<b>(10)</b>	<b>8</b>	<b>(8.215.493)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>628.519</b>	<b>2.787.180</b>	<b>390.025</b>	<b>239.619</b>	<b>462</b>	<b>44.825</b>	<b>4.090.630</b>
Pagamentos de principal e juros	628.519	2.787.180	-	-	462	-	3.416.161
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	239.619	-	-	239.619
Ações em tesouraria - Recompra de ações	-	-	-	-	-	44.825	44.825
Dividendos pagos	-	-	390.025	-	-	-	390.025
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>11.887</b>	<b>(917.175)</b>	<b>(721.097)</b>	<b>(83.390)</b>	<b>(881)</b>	<b>(1.505)</b>	<b>(1.712.161)</b>
Despesas com juros, variação monetária e cambial	29.644	(861.541)	-	-	-	-	(831.897)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(17.757)	(55.634)	-	(83.390)	-	-	(156.781)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(64)	-	(64)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(721.097)	-	-	-	(721.097)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	-	-	-	-	-	(1.505)	(1.505)
Adições	-	-	-	-	-	(817)	(817)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>(5.680.313)</b>	<b>(405.180)</b>	<b>205.570</b>	<b>(429)</b>	<b>43.328</b>	<b>(5.837.024)</b>

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures, notas promissórias e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	Arrendamentos	Ações em tesouraria	Total
<b>Saldo inicial</b>	<b>(7.630.765)</b>	<b>(21.400.489)</b>	<b>(342.171)</b>	<b>(141.245)</b>	<b>(358.187)</b>	<b>(8.117)</b>	<b>(21.661)</b>	<b>8</b>	<b>(29.902.627)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>479.210</b>	<b>1.587.129</b>	<b>187</b>	<b>382.393</b>	<b>(116.694)</b>	<b>274.322</b>	<b>27.921</b>	<b>44.825</b>	<b>2.679.293</b>
Captações (líquidas dos custos de transação)	(940.985)	(9.831.078)	-	-	-	-	-	-	(10.772.063)
Pagamentos de principal e juros	1.420.195	11.418.207	187	-	-	-	27.921	-	12.866.510
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	274.322	-	-	274.322
Dividendos pagos	-	-	-	382.393	61.085	-	-	-	443.478
Ações em tesouraria - Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	44.825	44.825
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(177.779)	-	-	-	(177.779)
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(606.012)</b>	<b>(3.083.342)</b>	<b>141.842</b>	<b>(721.059)</b>	<b>(140.195)</b>	<b>(94.530)</b>	<b>(22.484)</b>	<b>(1.505)</b>	<b>(4.527.285)</b>
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(656.463)	(3.004.218)	(50.907)	-	-	-	-	-	(3.711.588)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(18.083)	(79.124)	-	-	-	(88.445)	-	-	(185.652)
Resultado abrangente das operações com derivativos	-	-	-	-	-	(6.085)	-	-	(6.085)
Resultado do exercício de acionistas não controladores	-	-	-	-	(149.661)	-	-	-	(149.661)
Aquisição de mútuo - VLT Carioca	-	-	185.236	-	-	-	-	-	185.236
Impostos sobre mútuo - VLT Carioca	-	-	7.636	-	-	-	-	-	7.636
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(5.009)	-	(5.009)
Ajuste acumulado de conversão	68.534	-	(123)	38	1.892	-	-	-	70.341
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(721.097)	-	-	-	-	(721.097)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	(1.505)	(1.505)
Aumento de participação - VLT Carioca	-	-	-	-	7.574	-	-	-	7.574
Adições	-	-	-	-	-	-	(17.475)	-	(17.475)
<b>Saldo final</b>	<b>(7.757.567)</b>	<b>(22.896.702)</b>	<b>(200.142)</b>	<b>(479.911)</b>	<b>(615.076)</b>	<b>171.675</b>	<b>(16.224)</b>	<b>43.328</b>	<b>(31.750.619)</b>

**Notas Explicativas****26. Ativos e passivos mantidos para venda**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>71.115</b>	<b>75.268</b>	<b>250.803</b>	<b>267.706</b>
Investimento	71.115	75.268	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	13.499	27.220
Aplicações financeiras	-	-	-	3.027
Contas a receber das operações	-	-	28.005	50.173
Tributos a recuperar	-	-	2.807	1.915
Ativo fiscal diferido	-	-	31.405	26.078
Despesas antecipadas e outros créditos	-	-	2.413	2.291
Imobilizado	-	-	101.729	94.583
Intangível	-	-	38.457	30.180
Direito de uso em arrendamento	-	-	32.488	32.239
<b>Passivos mantidos para venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(141.134)</b>	<b>(186.592)</b>
Notas promissórias	-	-	-	(55.315)
Fornecedores	-	-	(17.466)	(15.139)
Obrigações fiscais	-	-	(3.325)	(2.310)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(6.558)	(6.592)
Outras obrigações	-	-	(78.999)	(73.522)
Impostos parcelados	-	-	(95)	(158)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	-	(63)	(56)
Passivo de arrendamento	-	-	(34.628)	(33.500)

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda são relativos à Samm, sendo sua venda altamente provável em razão da estratégia da CCR de revisão de portfólio e alocação de capital.

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da  
CCR S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individuais e consolidadas

Veja as Notas 3.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principal assunto de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas e controladas em conjunto, consideradas como componentes significativos. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e

(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – individuais e consolidadas

Veja as notas 3.14 e 9.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Principal assunto de auditoria

A Companhia e determinadas controladas e controladas em conjunto possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e
- (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas

controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras") e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 06 de fevereiro de 2024.

PIEADADE MOTA DA FONSECA

LEDA MARIA DEIRO HAHN

MARIA CECILIA ROSSI

## Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR S.A. ("Companhia") - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2023

O Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR ("CAC") é órgão estatutário de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do compliance das transações consoante as políticas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empreendida esteja em consistência com as diretrizes estratégicas do Grupo CCR.

### Responsabilidades e formação atual do Comitê

O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento ("RI CA-CCR"), baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de compliance e de riscos e controles internos; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (considerando os projetos conduzidos por auditores terceirizados); e (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de independência e de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

### Atividades do CAC

O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeriram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia.

Ao longo do período de janeiro de 2023 até a data deste relatório, o CAC reuniu-se em 21 (vinte e uma) ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e colaboradores das várias unidades de negócios e de companhias brasileiras e estrangeiras controladas do Grupo CCR; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos acompanhamentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas em relação ao exercício social de 2022; (iv) com a área de Compliance, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e os controles internos estabelecidos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC visitaram as unidades AUTOBAN e VIA QUATRO, a CCR Aeroportos, o Aeroporto de Navegantes e o GBS (centro de serviços compartilhados), além da CCR Mobilidade - Linhas 8 e 9.

### Auditoria Interna

O Plano de Auditoria Interna da Companhia para o ano de 2023 foi recomendado pelo CAC e aprovado em 26 de janeiro de 2023 pelo Conselho de Administração da CCR e manteve volume de horas de trabalho similar e número de processos auditados aproximadamente 40% maior, tendo em conta a execução de auditorias contínuas.

A Auditoria Interna da Companhia concluiu, conforme planejado, os seguintes processos que foram objeto de auditoria no período:

- Gestão do Contrato de Concessão – Rodovias (ViaOeste/Rodoanel)
- Gestão do Contrato de Concessão – Mobilidade (Linha 5)
- Gestão de Contratos de Importação – Mobilidade (Metro Bahia)
- Gestão do Contrato de Concessão – Aeroportos (Curaçao)
- Reequilíbrio Econômico-financeiro – Mobilidade
- Gestão de Contrato de Terceiros – Rodovias
- Auditoria do Programa de Compliance – Aeris
- Cybersecurity for OT (Operation Technology) – GBS Tecnologia (Aeroportos)
- Estratégia de Compras realizadas por Suprimentos – Corporativo
- Gestão de Manutenção - Aeroportos (Quiport)
- Regularização de Áreas - Aeroportos
- Gestão de Receita – Operador TECA – Aeroportos (Curitiba e Navegantes)
- Gestão de Engenharia – Rodovias (RioSP)
- Gestão de Projetos – Tecnologia Operacional – Rodovias
- Gestão de Crise e Continuidade de Negócios – Rodovias (ViaSul e ViaCosteira)
- Gestão de Projetos e Obras -Aeroportos (Bloco Sul)
- Gestão de Mudanças -Aeroportos (Bloco Sul)
- Gestão de Frotas – Aeroportos (Bloco Sul e Bloco Central)
- Remuneração Fixa (Folha de Pagamentos) – Corporativo
- Controle de Operações (APOC) – Aeroportos (Curitiba, Goiânia e São Luiz)
- Gestão Regulatória – Corporativa
- Gestão de Comunicação – Stakeholders (público externo) – Corporativo
- Revisão do Cálculo da PPRNN – Programa de Participação Resultado Novos Negócios
- Regularidade de processos de compras (auditoria contínua)
- Folha de Registro de Vigência do Contrato

- Existência de Eventual Passivo Omisso (auditoria contínua)
- Existência de Eventuais Pagamentos Indevidos Módulo Financeiro i9 (auditoria contínua)
- Adiantamentos em Aberto – auditorias contínuas

o Obras de construção

o Requisições e Pedidos de Compras atrelados

o Processos de Aprovação

o Folhas de Registro

o Outros

• Prazos de Procurações (auditoria contínua)

• Pedidos (auditorias contínuas)

o por área e processos de deliberação

o análise de quebras por área e por notas fiscais

O CAC discutiu os assuntos relevantes classificados nesses relatórios, particularmente, aqueles classificados como de risco muito alto e alto, com a Auditoria Interna da Companhia que, como parte da execução de seus trabalhos discutiu os resultados diretamente com os diretores e gestores das respectivas Plataformas de Negócio e de Controladas, assim como monitorou o andamento dos planos de ação elaborados para a correção das deficiências identificadas.

Compliance:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:

- Monitoramento periódico do atendimento de Compliance referente às políticas e normas da Companhia, incluindo aspectos relacionados às operações com partes relacionadas.
- Resultados dos testes transacionais efetuados, suas conclusões e eventuais recomendações para aprimoramento de controles internos e planos de ação decorrentes.
- Indicadores e relatos relevantes do Canal Confidencial CCR
- Conclusão de investigações relevantes e medidas de remediação adotadas
- Cronograma de atividades e análise crítica para extensão e manutenção da Certificação da ABNT NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno do Grupo CCR.
- Certificação ISO 37301:2021 – Sistema de Gestão de Compliance com foco em ESG para o Grupo CCR
- Monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Integridade, incluindo:
  - ? atualização de políticas
  - ? riscos de suborno
  - ? cronograma de comunicação e treinamentos
  - ? due diligence de contrapartes
  - ? Embaixadores de Compliance

Riscos

Em linha com a agenda temática de Riscos estabelecida a partir da relevância no âmbito da matriz de riscos da Companhia, foram discutidos pelo CAC os seguintes temas:

- Responsabilidades Contratuais
- Gestão de Estoques
- Gestão de ativos (manutenção)
- Segurança da Informação
- Mudanças Regulatórias e Políticas
- Gestão de Implantações (CAPEX)
- Transformação Digital e Inovação
- Mudanças Climáticas
- Preços de Insumos e Custos de Construção
- Gestão da Reputação
- Gestão de Desmobilizações
- Saúde e Segurança do Trabalho
- Integridade e Compliance
- Gestão da Operação
- Gestão de Compras, Contratos e Terceiros
- Leis Ambientais
- Licença Prévia, de Instalação e Operação
- Atualização da Matriz de Riscos, Appetite e Tolerância

Outros temas

Adicionalmente, (i) o CAC analisou as principais transações contratadas pela administração entre Partes Relacionadas; (ii) recomendou ao CA a aprovação do Regimento da Auditoria Interna em setembro/2023 e da Política do Sistema de Gestão de Compliance em outubro/2023; e (iii) procedeu a leitura do relatório da administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Auditoria Independente

O CAC se reuniu em sete ocasiões, entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2024, com sócios e equipes da KPMG Auditores Independentes, incluindo, quando aplicável, sessões privadas.

Os Auditores Independentes apresentaram ao CAC o escopo, incluindo os principais procedimentos de auditoria realizados e os pontos identificados como relevantes durante os trabalhos de auditoria para o fechamento das demonstrações financeiras trimestrais e anual (nesta oportunidade incluindo os principais assuntos de auditoria (PAA) destacados pelo auditor independente em seu relatório com a descrição das principais atividades realizadas).

Em particular, foram também discutidos, com a presença da administração da companhia, os principais reequilíbrios contratuais contabilizados, bem como as principais transações do ano.

Os auditores independentes confirmaram ao CAC sua avaliação de independência em relação à Companhia. Adicionalmente, não veio

ao conhecimento do Comitê nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, tampouco de quaisquer divergências relevantes entre o posicionamento da administração e dos auditores independentes com respeito às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Recomendação referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2023

Os membros do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos da CCR S.A. ("CCR" ou Companhia) no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Conselho de Administração da CCR e seus Comitês de Assessoramento, procederam à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da CCR a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2024

Jorge Roberto Manoel  
Coordenador do Comitê

José Guimarães Monforte

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Eduardo Bunker Gentil

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 30, I, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 08 de fevereiro de 2024 e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo/SP, 08 de fevereiro de 2024.

**MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS**  
DIRETOR PRESIDENTE

**PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

**WALDO PEREZ**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**ROBERTO PENNA CHAVES NETO**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE JURÍDICO E DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

**MÁRCIO MAGALHÃES HANNAS**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

**FÁBIO RUSSO CORRÊA**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

**EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO**  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 30, I, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido no dia 08 de fevereiro de 2024 e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo/SP, 08 de fevereiro de 2024.

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS  
DIRETOR PRESIDENTE

PEDRO PAULO ARCHER SUTTER  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

WALDO PEREZ  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ROBERTO PENNA CHAVES NETO  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE JURÍDICO E DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

MÁRCIO MAGALHÃES HANNAS  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

FÁBIO RUSSO CORRÊA  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO  
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS